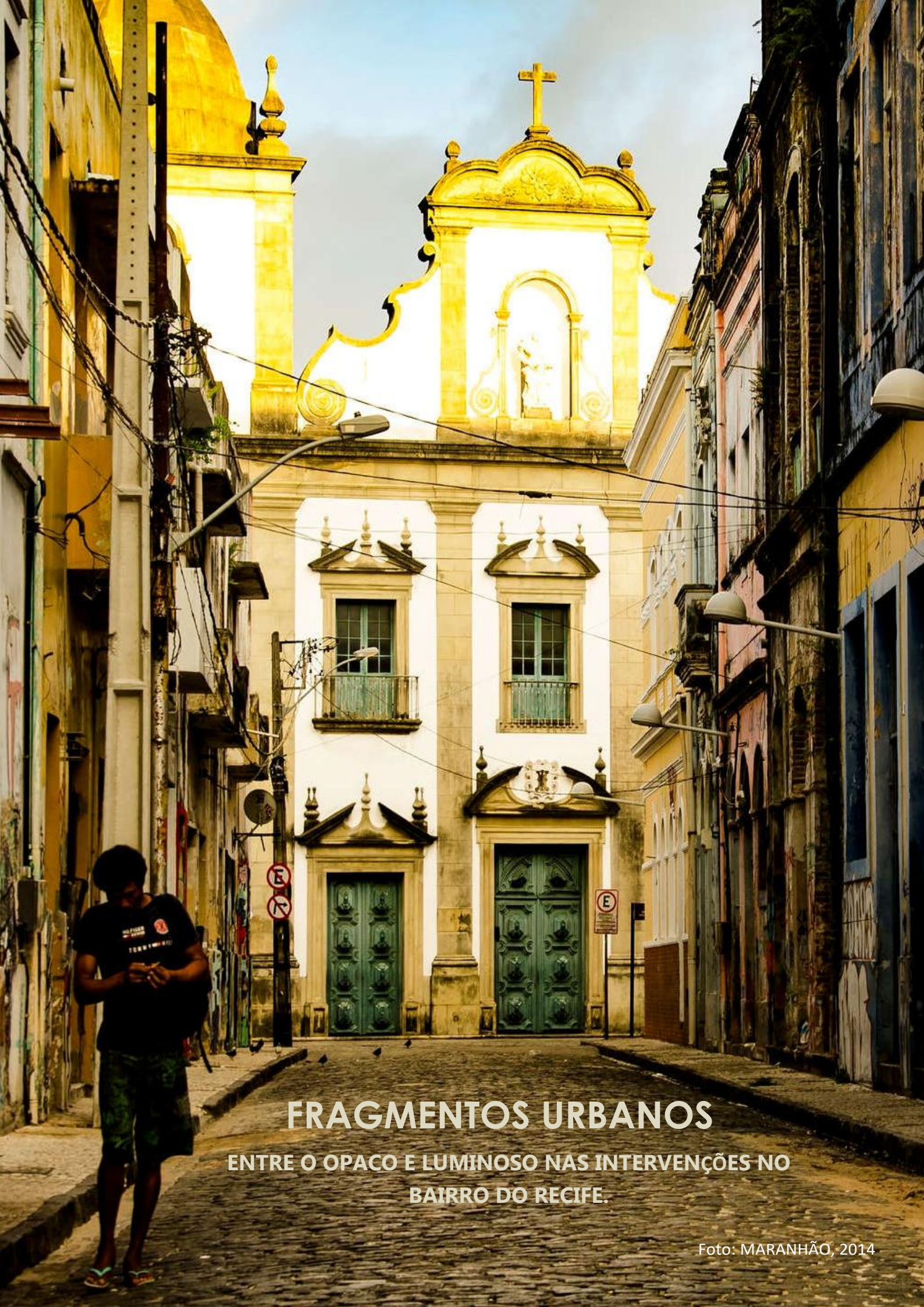




FRAGMENTOS URBANOS

ENTRE O OPACO E LUMINOSO NAS INTERVENÇÕES NO
BAIRRO DO RECIFE.

Foto: MARANHÃO, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MARIANE LOURENÇO DÂMASO

FRAGMENTOS URBANOS
ENTRE O OPACO E LUMINOSO NAS INTERVENÇÕES
NO BAIRRO DO RECIFE

JOÃO PESSOA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO

FRAGMENTOS URBANOS

ENTRE O OPACO E LUMINOSO NAS INTERVENÇÕES
NO BAIRRO DO RECIFE

Dissertação de mestrado acadêmico à banca examinadora de defesa no programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba- UFPB como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: **Prof.^a Dr^a Berthilde de B. L. e Moura Filha.**

JOÃO PESSOA,

2017

D155f Dâmaso, Mariane Lourenço.
Fragmentos urbanos: entre o opaco e luminoso nas
intervenções no bairro do Recife / Mariane Lourenço Dâmaso. –
João Pessoa, 2017.
144 f. : il. -

Orientadora: Berthilde de B. L. e Moura Filha.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CT

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Patrimônio - Conservação.
3. Fragmentação. 3. Recife - Bairro. I.Título.

UFPB/BC

CDU: 72+711(043)

**Fragmentos urbanos. Entre o opaco e luminoso nas intervenções no
bairro do Recife**

Por

Mariana Lourenço Dâmaso

Dissertação aprovada em 16 de Novembro de 2016



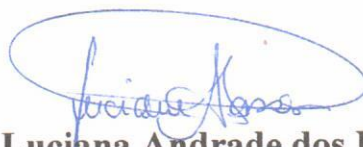
Maria Berthilde de B. L. Moura Filha

Orientadora – UFPB



Francisco de Assis da Costa

Examinador Interno – UFPB



Luciana Andrade dos Passos

Examinadora Externo – UFPB



Natália Miranda Vieira de Araújo

Examinadora Externo – UFRN

João Pessoa-PB
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre me dar o que preciso para viver.

A minha orientadora, prof. M^a Berthilde Moura Filha, pelo tempo disponibilizado, por todo conhecimento compartilhado, pelas preciosas orientações e conversas, sendo além de professora uma amiga, tendo contribuído diretamente no desenvolvimento de minha pesquisa.

Aos professores do PPGAU/PB, em especial a prof.^a Marcele Trigueiro, a prof.^a Jovanka Scocuglia, o prof.^o Xico Costa e a prof.^a Doralice Satyro pelas contribuições e provocações relevantes durante o período da pesquisa. E agradeço a Sinval pela ajuda em todas as dúvidas.

A Lúcia, Antônio Vicente, Dayane e Moisés Ferreira por cada palavra de incentivo, pelo companheirismo, estando ao meu lado em cada momento de dificuldade.

Aos amigos de turma do Mestrado, em especial a Fernando Morais e Arthur Cavalcante, por compartilhar comigo o dia-a-dia de desafios e aprendizagens da pós-graduação.

Á Maria Helena e toda a família LPPM, que tive o prazer de conhecer, pelas conversas e contribuições para minha pesquisa.

A Marina e Maria João pelo carinho e amizade durante os momentos de adaptação em João Pessoa.

A prof^a Amélia Reynaldo pela grande professora que é e competência inspiradora.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização desse trabalho.

RESUMO

O Bairro do Recife é o objeto empírico desta pesquisa, o qual será estudado com ênfase na ideia da fragmentação do seu espaço urbano, processo que teve início ainda nas primeiras décadas do século XX, antes mesmo dos planos que visaram sua proteção enquanto patrimônio. Tem-se como objetivo analisar as implicações da fragmentação socioespacial na conservação do conjunto histórico do bairro e, para tanto, foram selecionados planos e projetos ali implementados em (1989 e 1993) considerados relevantes para a sua atual conformação espacial. O marco temporal de análise inicia-se quando o valor patrimonial vira o eixo norteador das intervenções no bairro, na década de 1983, com o primeiro Plano objetivando a conservação da área, até os dias atuais (2016), com as intervenções mais recentes, nos armazéns da frente marítima. No entanto, utiliza-se de um resgate histórico, ainda da década de 1910, - que demoliu uma parcela do bairro para abertura de novas avenidas resultando em duas grandes zonas: a modernizada e a não- modernizada -, para demonstrar a complexidade de se intervir em uma área histórica, que passou por transformações precedentes às quais modificaram substancialmente a morfologia e a funcionalidade do bairro. Trabalhamos com a hipótese de que os planos e projetos de conservação para o Bairro do Recife fomentam a fragmentação socioespacial devido, principalmente, ao instrumento de gestão utilizado para ‘revitalizar’ a área: Os “pólos” de atividades, considerados capazes de catalisar o seu crescimento econômico. A questão recai na contínua utilização do instrumento de delimitação de pólos de intervenção na área histórica, em geral destinados ao uso turístico e de lazer, pois se aponta que tal estratégia vem acentuando ainda mais o contraste entre as áreas foco de interesse e o seu entorno degradado. Argumenta-se que essas ações, que tendem a uma fragmentação contínua, não necessariamente acompanham o patrimônio oficialmente reconhecido, priorizando parcelas específicas em detrimento de áreas e de riquíssimos exemplares arquitetônicos que também fazem parte da história do Bairro do Recife, mas que não estão sendo favorecidas pelas práticas de conservação.

Palavras-chave: Patrimônio; conservação; fragmentação; Bairro do Recife.

ABSTRACT

The empirical object of this research is the 'Bairro do Recife', which will be studied with emphasis on the idea of fragmentation of its urban space, a process initiated in the first decades of the twentieth century, even before the plans aiming its protection as heritage were applied. The objective is to analyze the consequences of socio-spatial fragmentation in the conservation of the neighborhood's historic site. Therefore, it was made a selection of plans and projects implemented in the area, which can be considered relevant to its current spatial conformation. The study begins making a rescue, still of the 1910s, with the urban reforms which demolished a portion of the neighborhood for the purpose of opening new avenues, resulting in two major areas: the modernized and non-modernized. The others intervention projects analyzed had as proposal the conservation of the neighborhood after its recognition as heritage, covering the time frame between the 1990s and the current days. It is discussed the hypothesis of which the conservation plans and projects for the 'Bairro do Recife' promote socio-spatial fragmentation mainly because of the management tool used to 'revitalize' the area: the creation of activity 'poles', considered as capable of catalyzing their economic growth of the neighborhood. The continuous use of the instrument of intervention 'poles' delimitation in the historic sites (which are generally intended only for touristic and leisure use) is questionable because it accentuates the contrast between the areas of interest and its degraded surroundings. It is argued that these actions, which tend to a continuous fragmentation, do not necessarily follow the officially recognized heritage, once they prioritize specific places at the expense of areas and architectural examples which are important parts of the 'Bairro do Recife' history, which are important parts of the "Bairro do Recife" history, therefore, deserve care and attention during conservation practices.

Keywords: Patrimony; conservation; fragmentation; Bairro do Recife.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Recife século XVII expansão urbana.....	P09
FIGURA 02: Crescimento norte-sul da expansão urbana do Bairro do Recife através de aterros.....	P.10
FIGURA 03: Crescimento norte-sul da expansão urbana do Bairro do Recife estando marcado com linha tracejada o principal percurso que cortava o bairro.....	P.12
FIGURA 04: Exemplares significativos da arquitetura do Bairro do Recife – Século XIX.....	P.12
FIGURA 05: Demolição do Bairro do Recife, século XX.....	P.15
FIGURA 06: Antes e depois da construção da Avenida Marquês de Olinda.....	P.15
FIGURA 07: Mapa do Recife 1906, com registro do traçado urbano antes da reforma de 1910.....	P.16
FIGURA 08: Mapa do Recife depois da reforma de 1932.....	P.16
FIGURA 09: Edifício eclético construído na reforma do início do século XX.....	P.19
FIGURA 10: Edifícios remanescentes da reforma do início do século XX, na proximidade do porto.....	P.19
FIGURA 11: Ruas nos arredores da igreja do Pilar na década de 1970, em destaque a igreja do Pilar.....	P.22
FIGURA 12: Lado norte do Bairro do Recife, Cruz do Patrão em destaque, 1912.....	P.24
FIGURA 13: Edifícios que rompem o gabarito do Bairro do Recife, construídos na década de 1960.....	P.46
FIGURA 14: Centro Histórico de São Luis, (direita) e recorte da área de abrangência do projeto Praia Grande (esquerda).....	P.50
FIGURA 15: Prostitutas mantém quase virgens bairro do Recife.....	P.52
FIGURA 16: Limite do centro histórico de Salvador.....	P.57
FIGURA 17: Etapas de intervenção do programa de recuperação do centro histórico.....	P.57

FIGURA 18: Setores do corredor cultural.....	P.58
FIGURA 19: Linha do tempo – trajetória das intervenções no Bairro do Recife.	P.83
FIGURA 20: Recortes de jornais indicando licitação da área dos armazéns (1).	P.85
FIGURA 21: Recortes de jornais indicando licitação da área dos armazéns (2).	P.86
FIGURA 22: Polo Novo Recife dividido em dois: Porto Novo e Porto Novo Recife	P.87
FIGURA23: Projetos de lazer aos finais de semana	P.88
FIGURA 24: Desembarque de turistas no terminal marítimo de passageiros....	P.89
FIGURA 25: Protestos realizados pela comunidade do Pilar.....	P.90
FIGURA 26: Unidades entregues na comunidade do Pilar.....	P.91
FIGURA 27: Vista de dentro: a realidade da Comunidade do Pilar	P.92
FIGURA 28: Vista de fora: comunidade do Pilar, escondida por trás dos edifícios de seu entorno.....	P.93
FIGURA 29: Forte do Brum e área de lazer da comunidade do Pilar.....	P.94
FIGURA 30: Turistas e visitantes almoçando na rua da Moeda.....	P.95
FIGURA 31: Rua Tomazina, adjacente a rua da Moeda.....	P.96
FIGURA 32: Reportagem sobre cobranças de melhorias para rua da Moeda.	P.97
FIGURA 33: Ocupação durante o dia na rua da Moeda e adjacentes.	P.98
FIGURA 34: Rua Alfândega.	P.98
FIGURA 35: Requalificação da Praça Tiradentes.....	P.99
FIGURA 36: Pessoas ao redor do pátio interno do Paço Alfândega para evento do PDLOL 17.....	P.101
FIGURA 37: Pérgolas e bancos em madeira avançando sobre o rio.	P.102
FIGURA 38: Calçadão na Beira Rio e os contra-usos.	P.102
FIGURA 39: As diferentes apropriações do Marco zero do Recife.....	P.105
FIGURA 40: Faixa litorânea contínua do centro histórico do Recife e proposta do PRO para o Bairro.....	P.107
FIGURA 41: Caminhando na Av. Alfredo Lisboa, conjunto dos armazéns.	P.108
FIGURA 42: Caminhando na Av. Beira Rio, conjunto dos armazéns.	P.111

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Projetos propostos do plano de reabilitação.....	P.29
QUADRO 02: Programas propostos no âmbito do plano de reabilitação.....	P.30
QUADRO 03: Projetos estruturadores	P.31
QUADRO 04: Caracterização dos setores de intervenção com os respectivos pólos de interesse	P.35
QUADRO 05: Projetos de impacto, setores, pólos.....	P.37
QUADRO 06: Períodos de implantação dos planos de revitalização.....	P.39
QUADRO 07: Sínteses Explicativa	P.68

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: Reforma do Bairro do Recife, demolição e construção de quadras-1910.....	P.17
MAPA 02: Ampliação do porto do Recife, Formação do Cais do Apolo e demolição do entorno do Pilar 1970.....	P.21
MAPA 03: Lei de uso e ocupação do solo LUOS: 13.957/1983.....	P.26
MAPA 04: Zoneamento do Bairro do Recife proposto pelo “Plano de Reabilitação” 1985.....	P.28
MAPA 05: Sobreposição dos setores com diagnóstico das atividades existentes no Bairro do Recife 1990.....	P.34
MAPA 06: Sobreposição dos setores com os pólos de atividade do Bairro do Recife 1990.....	P.36
MAPA 07: Polígono de tombamento com setores de intervenção de acordo com a LUOS: 16.176/ de 1996.....	P.42
MAPA 08: Ampliação do polígono de tombamento com setores de intervenção de acordo com a LUOS nº 16.176 / 1996	P.43
MAPA 09: Porto Digital, zoneamento proposto de uso do solo.....	P.102

MAPA 10: Síntese dos espaços opacos e luminosos, 2016.....	P.115
MAPA 11: Plano de Preservação Estadual, 1978	P.134
MAPA 12: Plano de Preservação Municipal, 1981	P.135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	P.01
1. TRAJETÓRIA DO BAIRRO DO RECIFE: FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	P.08
1.1 O BAIRRO DO RECIFE: CONTEXTO DE FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX	P.08
1.2 O VALOR PATRIMONIAL COMO EIXO NORTEADOR DAS INTERVENÇÕES URBANAS	P.23
2. ESTRATÉGIAS E CONCEITOS	P.44
2.1 A FUNÇÃO HABITACIONAL COMO FOCO DE ATUAÇÃO EM CENTRO HISTÓRICO NOS ANOS 1980.	P.48
2.2 A CIDADE ATRAÇÃO DA DÉCADA DE 1990 E OS POLOS DE ATIVIDADE	P.54
2.3 FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL	P.63
2.4 ESPAÇOS OPACOS E LUMINOSOS	P.70
3. O OPACO E O LUMINOSO NO PROCESSO DE FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL NO BAIRRO DO RECIFE	P.76
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	P.116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	P.121
ANEXO	P.133

INTRODUÇÃO

Considerar um bem arquitetônico a ser mantido e preservado para usufruto das gerações futuras é uma ideia relativamente recente na trajetória cultural da humanidade, reportando-se ao século XVIII e, de modo mais sistematizado, ao século XIX. E quando se trata de conjuntos urbanos é ainda mais recente, pois somente em 1964 a Carta de Veneza recomendava que os “sítios urbanos” deveriam ser equiparados à “criação arquitetônica isolada”, considerando que adquiriam, com o tempo, uma “significação cultural”.

A Carta de Veneza é considerada um marco para o debate sobre a salvaguarda de áreas urbanas, não obstante desde o pós-guerra estivesse em foco à questão da refuncionalização das áreas centrais, do seu papel na estrutura da cidade, bem como a busca de estratégias para se enfrentar as contradições entre desenvolvimento e preservação. O vínculo estabelecido entre patrimônio urbano e centralidade assumiu um importante papel que, de certa forma, cristalizou o conceito de “centro histórico”¹, reforçou a dicotomia entre centro e periferia, desviando a atenção do problema da cidade tratada enquanto uma totalidade (SANTANNA, 2014, p.66). Verificou-se, com o tempo, um processo gradativo de abandono e degradação dos centros históricos, devido à tendência de isolá-los perante o restante da cidade.

Esta problemática pontuou diversos documentos no âmbito da conservação do patrimônio, a exemplo da Norma de Quito (1967) que buscava caminhos para conciliar as exigências do crescimento urbano à manutenção dos conjuntos e centros históricos, explorando-os como estrutura ativa para o desenvolvimento econômico-social. Com a Declaração de Amsterdã (1975) surgiam os princípios da “conservação integrada”² das áreas de interesse histórico, os quais foram, por muito tempo, apontados como meio de incluir esses sítios, conjuntos e bairros históricos na dinâmica das cidades contemporâneas mediante a integração dos aspectos

¹ Nesse sentido o conceito de Centro Histórico abordado aqui segundo Carrion (1998) está associado à origem do núcleo urbano, consequentemente, a valorização do seu passado.

² Dentre os princípios da conservação integrada estão: * O patrimônio arquitetônico contribui para a tomada de consciência da comunhão entre história e destino; * O patrimônio é uma riqueza social, sua manutenção, portanto, deve ser uma responsabilidade coletiva; * A recuperação de áreas urbanas degradadas deve ser realizada sem modificações substanciais da composição social dos residentes nas áreas reabilitadas; * De e ser encorajada a participação de organizações privadas nas tarefas da conservação integrada.

sociais, econômicos e culturais. Portanto, a Conservação Urbana dos centros históricos seria integrada ao planejamento urbano da cidade como uma maneira estratégica de desenvolvimento socioeconômico. A Carta de Machu Picchu de (1977) reafirma a necessidade da conservação dos centros históricos considerando que o pensamento urbanístico de então, não tinha por proposta setorializar a cidade, mas criar uma integração funcional e espacial entre os diversos componentes do espaço urbano.

Em paralelo a esta atenção aos centros históricos, o turismo ganha ênfase na economia mundial e a sua vinculação às áreas patrimoniais mostra-se uma vertente a ser explorada. Desse modo, os conjuntos históricos representavam possíveis meios de desenvolvimento econômico, em que os aspectos culturais seriam fundamentais. É neste contexto, que os planos e projetos de “revitalização” para estas áreas transformam-se em um dos instrumentos de gestão que estão intimamente relacionados à produção econômico-social da atualidade.

O “turismo cultural” proposto, por exemplo, na Carta do Turismo Cultural (1976), tinha a concepção de valorizar a identidade e particularidade dos lugares. No entanto, a expansão da globalização e seu efeito na ‘mundialização’ das cidades, veio inverter esta lógica, refletindo na forma de (re)planejar os centros históricos, provocando a fratura entre os valores pertinentes ao lugar e aqueles atrativos ao consumo turístico.

Tal contradição é ressaltada por Santos (2014) e Souza (2005) quando mencionam que a globalização integra os espaços no que tange à economia, configurando redes que articulam numerosos pontos no mundo, mas também gera um espaço local cada vez mais fraturado sociopoliticamente e menos vivenciado como um ambiente comum de socialização. Rebatendo este quadro sobre os espaços urbanos “revitalizados” observa-se que a preocupação maior recai na necessidade de vinculá-los à função turística para garantir visibilidade mundial e retorno econômico, sem levar em consideração, geralmente, a identidade do lugar e as pessoas que se relacionam com o preexistente.

Estas questões apontadas, em particular o descompasso entre os planos que abordam os princípios da conservação integrada ao planejamento urbano e sua execução nas áreas históricas, que acabam fraturar sociopoliticamente o espaço local, balizou o ponto de partida da presente investigação. Toda esta preocupação surgiu ao se observar, de modo empírico, a realidade do Bairro do Recife, onde,

andando por suas ruas, é fácil perceber as desigualdades no tratamento dos espaços, usos e usuários.

Se atenta que, em grande parte, a fisionomia e estrutura urbana que o Bairro do Recife tem hoje foram dadas pelo conjunto de ações econômicas, sociais, espaciais e simbólicas vinculados a ambiciosos planos e projetos, os quais foram (e ainda são) regidos pelos princípios da conservação integrada ao planejamento urbana. Partindo desse conhecimento, das diversas propostas já levadas a cabo no patrimônio do bairro, e observando as referidas desigualdades, questiona-se: havendo um princípio de conservação integrada, como não se identifica uma concepção de conjunto dessa área histórica? Ou melhor, se os princípios da conservação integrada buscam caminhos para conciliar as exigências do crescimento urbano à manutenção do centro histórico, explorando-o como estrutura ativa para o desenvolvimento econômico-social de todo o conjunto, criando uma integração funcional e espacial entre os diversos componentes do urbano, porque no Bairro do Recife não se percebe uma convergência entre: o patrimônio a ser conservado; as áreas intervencionadas; as funções urbanas; e o cotidiano da população ali residente? Porque alguns setores da ilha sempre ficam à margem das ações de reabilitação, em particular aqueles mais vinculados ao uso residencial?

Perante estas questões, o Bairro do Recife foi escolhido como objeto empírico de estudo. O marco temporal de análise inicia-se quando o valor patrimonial vira o eixo norteador das intervenções no bairro, na década de 1983, com o primeiro Plano objetivando a conservação da área, até os dias atuais (2016), com as intervenções mais recentes, nos armazéns da frente marítima. Utiliza-se de intervenções anteriores a esse marco temporal, como por exemplo, a grande reforma em 1910, para demonstrar a complexidade de se intervir em uma área histórica, que passou por transformações precedentes às quais modificaram substancialmente a morfologia e a funcionalidade do bairro. Mostrou-se, então, necessário regressar o olhar da análise para entender a dinâmica urbana preexistente às intervenções patrimoniais. Sendo assim, os planos de conservação não foram implementados encima de uma “tábua rasa”, mas sim, encima de um contexto urbano preestabelecido por intervenções anteriores.

Este estudo visa refletir qual foi o impacto da acumulação de todas as intervenções - objetivando a conservação da área - realizadas em seu patrimônio urbano, em particular quanto à perceptível fragmentação dos espaços e funções.

Isso levou à formulação da seguinte hipótese: ser esta fragmentação socioespacial do bairro o produto de uma recorrente estratégia de intervenção que privilegia pontos específicos de ação, sem que o mesmo seja entendido em sua totalidade enquanto uma área de conservação patrimonial.

Tal hipótese assinala a pertinência em estudar esta temática, pois enquanto os documentos patrimoniais indicam uma vertente de integração e não setorização no tratamento das áreas urbanas patrimoniais, em geral, as propostas preservacionistas nas últimas 3 décadas têm seguido um caminho oposto implicando, muitas vezes, na separação dos usos e usuários desses espaços. Esse conflito é materializado, principalmente, quando se confronta os espaços do turismo, lazer e consumo, e aqueles destinados a atividades “menos rentáveis” e consideradas marginais, como a habitacional, resultando em um espaço fragmentado e desigual. Portanto, se faz pertinente pensar as perspectivas de conservação de áreas históricas no Brasil e refletir sobre os resultados dessas intervenções nas últimas décadas.

Autores como Santos (2013), Souza (2015) e Chetry (2014), ancoram essa reflexão quando abordam os efeitos da fragmentação socioespacial, a qual é entendida como sendo o resultado da subordinação da produção do espaço aos interesses das grandes empresas ou grupos hegemônicos, onde as intervenções não surgem da necessidade do cotidiano, mas sim, de parâmetros exógenos a esse meio, sem referência a ele. A partir destas referências, foi possível adequar o conceito de fragmentação à escala de análise do centro histórico para perceber as consequências socioespaciais provocada pelas estratégias de conservação das áreas patrimoniais.

Dentro desta perspectiva, as questões a serem abordadas são complementadas com as ideias de Santos (2013) que caracteriza os espaços urbanos como opacos e luminosos. Estes são entendidos como antagônicos, onde os luminosos pertencem ao tempo rápido da tecnologia e informação, enquanto os opacos competem ao tempo lento do cotidiano orgânico. Porém, a principal diferença entre eles é a visível desigualdade de densidade de fluxos de pessoas, capital e atenção, onde os luminosos são excessivamente trabalhados pelos parâmetros da globalização, ao passo que, na oposição, os opacos são praticamente ausentes desses elementos.

Sendo assim, a noção de fragmentação e de espaços opacos e luminosos será

nossa base conceitual para fundamentar a hipótese apresentada. As análises de autores como Leite (2007), Vieira (2008) e Braga (2013), reforçam o nosso interesse em estudar esta temática.

Visando situar o problema enfrentado na presente investigação, cabe adiantar brevemente algumas informações sobre o processo de formação e transformação do espaço urbano do Bairro do Recife. Este passou por sucessivas intervenções, muitas delas vinculadas diretamente com a atividade portuária. A mais expressiva foi à reforma que ocorreu no início do século XX quando arrasam parte da malha urbana para a construção de uma cidade “modernizada”, cuja conformação arquitetônico-espacial caracteriza a parte sul do bairro até os dias atuais.

Reconhecido como patrimônio cultural da cidade, em 1980 com o Decreto nº 11.692 que instituiu toda a extensão do Bairro do Recife como Zona Especial de Preservação Rigorosa (ZEPH), se sucederam os planos e projetos de conservação que representaram, também, mudanças no Bairro do Recife, as quais estavam então direcionadas à alteração de usos e usuários da área histórica. Apesar da existência do Plano de Reabilitação proposto na década de 1983, a “revitalização” do bairro só conseguiu ser posto em execução, de fato, com a mudança de rumo trazido com o Plano de Revitalização iniciado na década de 1990, norteada por uma estratégia que consistia na delimitação de áreas de intervenção e na introdução de ‘pólos de atividade’, a fim de atrair o investimento da iniciativa privada.

A implantação do Plano de Revitalização de 1990 pressupunha uma continuidade temporal nas atividades até o ano de 2004, o que possibilitou a execução de muitas das obras planejadas (LEITE, 2007, p.180). No entanto, essas ações ficaram concentradas em áreas selecionadas dentro da poligonal de tombamento delimitada em 1996, a qual se superpõe à área resultante da reforma urbana do início do século XX, enquanto que projetos de cunho social previstos no âmbito do mesmo plano foram deixados de lado (VIEIRA, 2008, p.222).

Atualmente, o bairro é alvo de projetos distintos: a operação urbana que utiliza alguns armazéns da frente marítima com fins turístico e cultural, e a obra de inclusão social da Comunidade do Pilar, população carente residente no setor norte do bairro. Toda esta trajetória resultou que, hoje, ao tentar apreender o Bairro do Recife enquanto um espaço de valor patrimonial fica a questão: o que se vê? Uma história materializada em uma poligonal reconhecida como patrimônio da

cidade, ou fragmentos de história selecionados e “iluminados” a cada intervenção que se sucedeu? É visível que o impacto de todas essas intervenções tem redesenhado o perfil do bairro, mas não vem alterando as assimetrias que demarcam espacialmente as desigualdades socioespaciais do conjunto histórico.

Diante do exposto, o procedimento metodológico adotado para responder às inquietações levantadas é guiado por: revisão de literatura e observação in loco do objeto empírico em diferentes dias e horários, possibilitando verificar as desiguais espacialidades existentes; construção do referencial teórico e adequação dos principais conceitos abordados – fragmentação, espaços opacos e luminosos; estudo e análise dos principais planos e projetos de “revitalização” propostos para o Bairro do Recife; consulta a jornais, revistas e blogs de modo a estar atualizada com os acontecimentos que poderiam intervir na pesquisa; construção da análise e elaboração de mapas-sínteses a partir do entendimento de todas estas referências.

Para discorrer sobre isso, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro é dedicado a historiar o processo de formação e transformação do espaço urbano do Bairro do Recife ao longo do século XX, visando situar cronológica e espacialmente o leitor para que venha a compreender o objeto de análise em pauta e visualizar a condição em que o Bairro do Recife adentrou o século XXI. Justifica-se pelo fato do bairro, hoje, não ser apreendido de uma forma clara pelo observador devido a sua complexidade e distintas realidades.

O segundo capítulo, de caráter mais teórico e conceitual, é destinado a contextualização e discussão do pensamento preservacionista no âmbito internacional e nacional, inserindo nesta trajetória as ações implementadas no Bairro do Recife. A finalidade é mostrar que os planos de conservação do patrimônio no bairro não eram ações isoladas, mas estavam em diálogo com a tendência específica de cada época. Neste capítulo, também se aproxima os conceitos chave da análise com as estratégias adotadas nos planos de conservação para o Bairro do Recife. Os conceitos abordados são: “polos de atividades”, “fragmentação socioespacial” e “espaços opacos e luminosos”. O terceiro capítulo é dedicado a analisar o Bairro do Recife, de forma crítica, enquanto produto sócio-espacial das principais ações de conservação aqui tratadas e refletir o que é hoje essa realidade.

Por fim, esta dissertação tem como propósito maior questionar a recorrente

adoção de estratégias, planos e projetos de reabilitação urbana de centros históricos que já demonstraram ser incapazes de garantir a conservação integrada dessas áreas, questionando o que se busca com as ações em andamento, atualmente, no Bairro do Recife. Acredita-se que esta reflexão crítica sobre os resultados das intervenções em áreas históricas brasileiras nas últimas décadas pode vir a contribuir nas discussões sobre os caminhos a trilhar perante a difícil tarefa de intervir em espaços urbanos já consolidados, com suas cargas de história, memória e vivência social.

1

TRAJETÓRIA DO BAIRRO DO RECIFE: FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

Sendo objetivo desta pesquisa trabalhar com o Bairro do Recife nos dias atuais, não cabe aqui discorrer detalhadamente sobre a história e formação do mesmo. No entanto, se revelou a necessidade de situar cronológica e espacialmente o leitor para que venha a compreender o objeto de análise em pauta, em particular quanto à ideia da fragmentação do seu espaço urbano, processo que como se relata a seguir teve início antes mesmo dos planos que visaram à proteção do bairro enquanto patrimônio.

Assim, este capítulo foi estruturado considerando dois recortes: um primeiro, que contextualiza o surgimento, formação e transformação do Bairro do Recife antes de lhe ser atribuído um valor patrimonial; e em seguida se discorre sobre o momento de reconhecimento do bairro enquanto patrimônio e os planos propostos e/ou implementados visando a sua reabilitação ou a revitalização, termos aqui adotados por nós a partir dos títulos dos próprios planos.

1.1. O BAIRRO DO RECIFE: CONTEXTO DE FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX

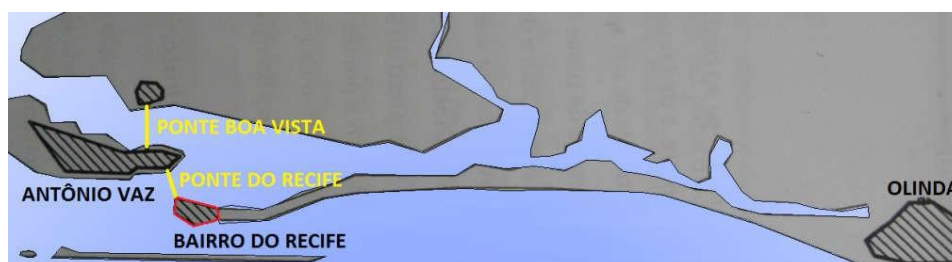
O Bairro do Recife que tem sua origem datada de 1537 teve por função dar apoio portuário à cidade de Olinda, sendo ocupado por uma pequena aldeia conhecida como “Povo”, localizada no final do istmo de Olinda (CAVALCANTI, 1997). De acordo com Menezes (1995, p.28), sua morfologia não se prendia a nenhuma teoria urbana sofisticada e, ocorrendo um desenvolvimento modesto do núcleo primitivo do Recife, foi se “formando uma paisagem singela e singular”, onde as ruas foram se definindo como meio de ligação entre os domicílios e os pontos de interesse coletivo. (ZANCHETTI; MARINHO; LACERDA, 1998, p.09).

A invasão holandesa, em 1630, representou um momento de crescimento do

povoado, quando a estratégia de intervir no espaço do bairro foi fruto de uma condição natural conciliada à referência cultural dos países baixos. Surgiram, então, os primeiros sobrados construídos, segundo Menezes (1995, p.28), com madeira que vinha em lastros de navios, “representando no fato a intervenção cultural na forma de viver do lugar”.

Neste primeiro momento de presença, os holandeses consolidaram e expandiram o núcleo original (ZANCHETTI, 2000, p.02), mas em seguida ampliaram a malha urbana em direção à ilha de Antônio Vaz, hoje conhecida como bairro de Santo Antônio, surgindo a Cidade Maurícia. Data deste período a construção de duas pontes: uma ligando o Bairro do Recife à Ilha de Santo Antônio (ponte do Recife) e outra ligando a Ilha de Santo Antônio ao continente (ponte da Boa Vista) (Figura 1). Essa expansão resultou na formação de um tecido urbano em quase toda a planície da cidade, disposto na forma de leque aberto ou com a sua configuração rádio concêntrica em torno do porto. (ZANCHETTI; MARINHO; LACERDA, 1998, p.09). Por isso, segundo Moreira (1996, p.777), a “condição portuária concedeu uma organização peculiar ao Recife” sendo o elemento que estruturou a cidade.

Figura 1 – Recife século XVII – expansão urbana (sem escala).



Fonte: ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.10. Modificação da autora (2015).

Ainda na época dos holandeses, no âmbito do Bairro do Recife, houve um crescimento do núcleo urbano ao longo do eixo norte-sul do istmo (Figura 2) com a introdução da técnica do aterro em áreas alagadas e de mangue (LUBAMBO, 1991).

Figura 2 - Crescimento norte-sul da extensão urbana do Bairro do Recife através de aterros.



Fonte: DANTAS et al. (2015).

Em 1654, os holandeses foram expulsos do território, os portugueses retomaram o controle da capitania e autores como Menezes (1995) e Zanchetti (2000) referem que toda memória flamenga foi destruída, ficando apenas alguns marcos importantes, enquanto a maioria dos edifícios que marcavam a presença do invasor foram arrasados.

Nas primeiras décadas do século XVIII, o Recife tentava se recuperar das sequelas provocadas pela guerra contra os invasores, uma vez que o conflito tinha deixado marcas profundas nas igrejas³ que ainda no início deste século estavam sendo lentamente reconstruídas (MILFONT, 2010). A reconquista do poder exauriu os recursos locais e a reconstrução do Recife teve que depender, basicamente, dos investimentos de sua população e, especialmente, dos comerciantes que dominavam a vida econômica, sendo conhecidos como os 'mascates'.

A luta política dos mascates também marcou o século XVIII. Estes queriam a emancipação do Recife e autonomia política em relação à Olinda, pois apesar da sua importância comercial o Recife ainda era considerado um povoado pertencente aos domínios político-jurídicos de Olinda, embora já ostentasse ares de vila notável e um expressivo crescimento urbano para época. Contudo, a conquista do título de vila⁴ foi alcançada a duras penas, no episódio que ficou

³ No Brasil colonial se manifestavam ações que visavam mostrar o poder a partir de referenciais construtivos que marcavam a Administração Real e o controle religioso das paróquias. Esses referenciais construtivos eram as igrejas e seus grandes adros, as casas de câmara e cadeia, as ruas principais, as estradas de terra, os caminhos dos sertões, todos sinalizando marcos de domínio territorial e político-jurídico. No entanto, a construção de igrejas parece ser o referencial máximo tanto do poder religioso como do poder real (MILFONT, 2010, p. 85).

⁴ Esta vila era formada por "duas penínsulas equivalentes" a de São Frei Pedro Gonçalves já chamada de Recife e a de Santo Antônio, essas "duas penínsulas" consistiam nas freguesias

conhecido como a guerra dos mascates (MILFONT, 2010, p.68).

Segundo Milfont (2010, p.209), os registros históricos não possibilitam fazer uma descrição minuciosa das ruas do núcleo urbano durante o século XVIII, porém, a autora destaca que a Vila do Recife era constituída de ruas estreitas e tortuosas como travessas becos, além das “encruzilhadas”, pátios, adros e algumas praças, transfigurando o antigo tecido holandês, “surgindo então à impressão de um novo traçado” (MILFONT, 2010, p.215). No fim do século XVIII, o Recife havia conquistado definitivamente o continente da Boa Vista, mas ainda representava uma ocupação rarefeita (ZANCHETTI, 2000, p.10).

Em 1823, o Recife foi elevado à categoria de cidade, se tornando a capital da província de Pernambuco em 1827. Nesse início do século XIX os espaços densamente ocupados eram os bairros do Recife, Santo Antônio e São José. Verificava-se a complementaridade funcional entre esses núcleos, sendo o Bairro do Recife caracterizado pelos trapiches de açúcar, oficinas, estabelecimentos de comércio exterior, armazéns de algodão e residências; no Santo Antônio localizavam-se o comércio varejista, os prédios institucionais e residência e, no São José, apenas residências (ZANCHETTI; MARINHO; LACERDA, 1998, p.10). Portanto, o Bairro do Recife afirmava seu caráter comercial-financeiro dentro do funcionamento da cidade, que de certo modo, também o fragmentava.

No âmbito do espaço físico, ocorreu à expansão do bairro em direção ao norte, ocupando o antigo caminho para Olinda, situação de crescimento que se estendeu até o século XX. O principal eixo de circulação dentro do bairro era organizado pelas ruas de São Jorge, Bom Jesus e da Cadeia (atual Av. Marquês de Olinda), que recebiam e dirigiam os fluxos para a ponte do Recife (Figura 3). Este percurso guardava exemplares significativos da arquitetura local, como os arcos de entrada do bairro, a igreja do Corpo Santo, os sobrados coloniais, a Igreja Nossa Senhora do Pilar e o Forte do Brum (Figura 4).

centrais da vila. A Freguesia do Recife tinha na época mil e oitenta e duas casas de dois, três e quatro sobrados. Quase todos os moradores do Recife eram homens de negócio, adverte o religioso Loreto Couto (1981). Havia nesta freguesia três templos importantes: o convento da Congregação do Oratório de S. Felipe Neri e sua Igreja Madre de Deus, no centro da Praça do Recife havia a Igreja Paroquial de S. Fr. Pedro Gonçalves Corpo Santo e outro templo importante que estava localizado a poucos passos da língua de terra num núcleo de ordenamento referente à Igreja do Pilar (MILFONT, 2010, p. 70).

Figura 3 - Crescimento norte-sul da extensão urbana do Bairro do Recife, estando marcado com linha tracejada o principal percurso que cortava o bairro.



Fonte: DANTAS et al. (2015).

Figura 4 - Exemplos significativos da arquitetura do Bairro do Recife – Século XIX.



(A) - Rua da Cruz (atual Bom Jesus) em perspectiva o Arco do Bom Jesus, Porta de Terra— Litografia de W. Bassler (1848). (B) - Largo e Igreja do Corpo Santo - Litografia de Luis Schlappriz (1863). (C) - Arco da Conceição que dava acesso à ponte do Recife, atual Maurício de Nassau (1906). (D) - Casario Rua do Bom Jesus. Fonte: LUNA (2016).

Na primeira década do século XX, o Bairro do Recife foi alvo de uma reforma urbana que espelhava as transformações econômicas, políticas, culturais e sociais ocorridas no Brasil, conduzida pelo recém-implantado governo republicano que sob o lema “ordem e progresso” estabeleceu um projeto nacional de modernização estreitamente associado às necessidades urgentes de uma

transformação da infraestrutura de transporte e saneamento das cidades (MEDEIROS, 2005, p. 03).

No Recife, assim como ocorria em todo o país, o modelo de modernização urbana adotado teve por referência aquele do Rio de Janeiro, caracterizado pelo trinômio sanear, circular e embelezar. Que tentava dar resposta a questões que preocupavam a sociedade naquela época, como as epidemias e a pouca qualidade de vida nos centros urbanos, ocasionadas pelo crescimento populacional desordenado, num espaço urbano limitado e com infraestrutura precária, o que provocava a degradação das condições de vida nas cidades.

Ao mesmo tempo, a cidade do Rio de Janeiro, assim como as demais cidades brasileiras, do início do século XX, com suas estruturas herdadas dos tempos coloniais, não representavam os novos tempos da burguesia dominante que almejava viver à imagem e semelhança das grandes capitais europeias. Adotava-se, então, um novo discurso sobre as cidades, que colocava em questão não só as condições sanitárias da urbe, mas também a sociedade tradicional, criando uma nova concepção de valores, de espaço público e de arquitetura (PECHAMAN, 1992).

Nesse contexto, a proposta era reformar as cidades, não só para combater as epidemias, mas para substituir tudo que dizia respeito à cidade antiga, julgada como o lugar da doença, sujeira e desordem por uma nova cidade saudável, ordenada e, principalmente, bela (MOURA FILHA, 2000, p.05). Tudo isso dava espaço para projetos de intervenção que propunham uma renovação da estética da cidade através da abertura de vias, desapropriação e demolição de prédios.

Esse modelo de modernização interessava particularmente aos governantes do Recife, que mesmo sendo à época a referência comercial e financeira no Nordeste do país, passava por processo gradativo de decadência. Isso ocorria entre outros fatores, devido ao porto que perdia importância com a estagnação do açúcar, enquanto o café passava a ser o principal produto de exportação do país, deslocando o foco econômico para a atual região sudeste do Brasil. (ZANCHETTI; MARINHO; LACERDA, 1998, p.11).

Assim, a primeira área a receber intervenções modernizadoras baseadas no discurso sanear, circular, embelezar foi o Bairro do Recife porque abrigava o porto. As intervenções se materializaram em um amplo conjunto de planos e obras

que compreendeu o “Plano de Saneamento” da cidade (1909 - 1915) do engenheiro Saturnino de Brito e os “Planos de Melhoramento do Porto e do Bairro do Recife” (1909- 1926) (MOREIRA, 1995).

A reforma, que incluiu renovação de parte do tecido urbano e demolição de antigos edifícios, teve início com o reaparelhamento e modernização do porto, ocorrendo a construção e reforço de diques e muralhas, a construção de armazéns, serviços de dragagem e de aterros, a implantação de calçamento e linhas férreas urbanas para melhor circulação de produtos. No entanto, o reaparelhamento não se limitou ao porto em si e tais propostas levaram à demolição, reconstrução e reordenação de uma parcela do Bairro do Recife, evidenciando uma ampla complementaridade entre a modernização da infraestrutura portuária e a reforma urbana do bairro (MOREIRA, 1995).

A reforma do bairro consistiu na demolição do antigo traçado urbano irregular e do casario colonial, para dar lugar, entre outras melhorias, às duas grandes avenidas radiais: Marques de Olinda e Rio Branco, que convergem para uma praça que propicia grandes visadas e o acesso direto e rápido do porto para o resto da cidade, fazendo surgir um desenho urbano completamente novo (MOREIRA, 1995, p.790). Neste processo de remodelação, foram demolidos vários edifícios coloniais, entre eles: os arcos que delimitavam a entrada do bairro, a Igreja do Corpo Santo e conjuntos de sobrados (Figura 5 e 6).

Figura 5 - Demolição do Bairro do Recife, Século XX.



(A) - Demolição da Igreja do Corpo Santo, 1913; (B) - Abertura da Av. Rio Branco, 1910; (C) - Construção dos armazéns; (D) - Esquina da Av. Rio Branco com o Cais do Apolo, demolição do prédio, 1941. Fonte: DIAS, Benício Whatley, arquivos da FUNDAJ.

Figura 6 – Antes e depois da construção da Av. Marquês de Olinda.



Fonte: LUNA (2016).

Expressa Medeiros (2005) que o Bairro do Recife, após esta reforma, não mais se reconhece como o Recife do Corpo Santo, do Arco do Bom Jesus, das ruas tortas e sobrados alongados. Naquele momento, o valor atribuído à arquitetura colonial e imperial era muito pouco, assim, não foi difícil ver essa parcela do bairro ser demolida (VIEIRA, 2008, p.115) para dar resposta à estratégia de substituir a velha imagem de cidade colonial luso-brasileira, que “não espelhava o quanto

de progresso detinha o novo Porto” (MENEZES, 1995, p.28).

O resultado desta grande reforma constitui parte da atual morfologia do bairro. Apenas parte, pois é importante atentar que o projeto estético e funcional delineado para modernizar e embelezar o Bairro do Recife não se destinava a todo ele. Por isso foram reformadas somente as parcelas associadas ao núcleo original do bairro, próximo ao porto, onde as referências coloniais foram substituídas pela desejada cidade modernizada (Figura 7 e 8). Conforme aponta Cavalcanti (1997, p.68), a ocupação que vai da Praça Arthur Oscar (conhecida como Praça do Arsenal) ao Forte do Brum é mais recente, com construções do século XX, por isso pouco teve de modificação nesta reforma (Mapa 01).

Figura 7 - Mapa do Bairro do Recife, datado de 1906, com registro do traçado urbano antes da reforma de 1910.



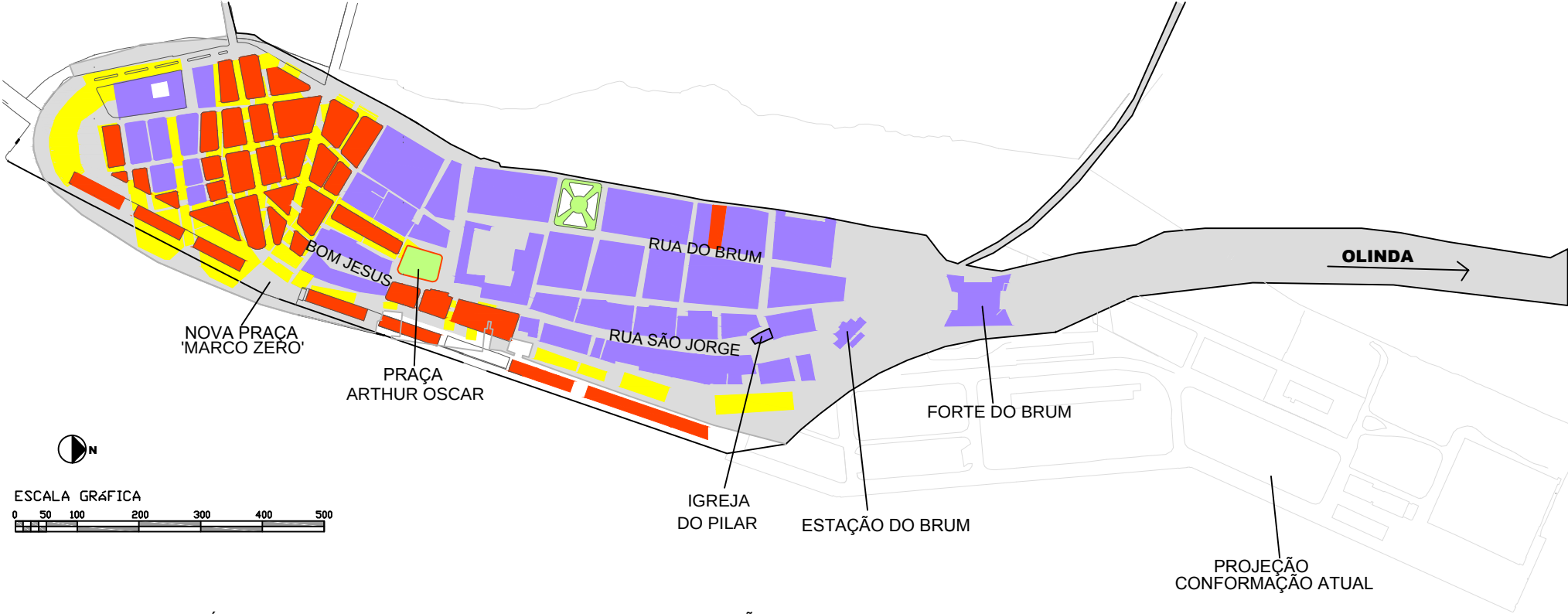
FONTE: LUNA (2016), modificado pela autora (2016).

Figura 8 - Mapa do Recife depois da reforma urbana– 1932.



FONTE: LUNA (2016), modificado pela autora (2016).

MAPA 01 - REFORMA DO BAIRRO DO RECIFE, DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE QUADRAS - 1910.



FONTE: ATLA ARQUEOLÓGICO DO RECIFE (1988, P.45); MAPA BASE UNIBASE; ADAPTAÇÃO PELA AUTORA (2015).

LEGENDA:

- QUADRAS CONSTRUÍDAS
- QUADRAS DEMOLIDAS
- QUADRAS SEM MODIFICAÇÃO
- EXTENSÃO URBANA ANTES DA REFORMA DE 1910

LEGENDA:

- PRAÇA

Aponta-se como resultado dessas ações o surgimento de duas realidades distintas dentro do Bairro do Recife: a parte modernizada e a não modernizada, resultando na reconfiguração dos novos usos do espaço urbano.

A reforma implicou num processo de elitização da área modernizada, onde apenas parte dos ocupantes anteriores tiveram condições de permanecer, uma vez que no lugar dos velhos sobrados coloniais surgiram modernos edifícios ecléticos (Figura 9) destinados a atividades ligadas ao comércio e às finanças, como bancos, companhias financeiras, firmas de comércio exportador e importador. Para Moreira (1996), o Bairro do Recife reafirmou então sua identidade como a entrada da cidade, o bairro da produção, dos negócios, do porto.

Já a atividade habitacional não foi considerada neste segmento do bairro, sendo destinada para esta função a área não modernizada, no outro lado da ilha, em meio às atividades portuárias (Figura 10). É difícil dizer onde de certo a população menos favorecida foi se alojar depois da reforma, mas como descrito por Leite (2007, p.145) “as memórias do ensaísta pernambucano Sílvio Rabello (1979), que residiu no bairro no período da reforma, é um dos importantes relatos”. Rabello chegou ao Bairro do Recife em 1908, ainda criança, e residiu na Rua São Jorge nas proximidades da Igreja Nossa Senhora do Pilar. Fez parte das pessoas que saíram do bairro logo depois da grande reforma, e depois de um período morando fora a família de Rabello volta a residir na mesma Rua São Jorge, em 1919 (LEITE, 2007, p.147).

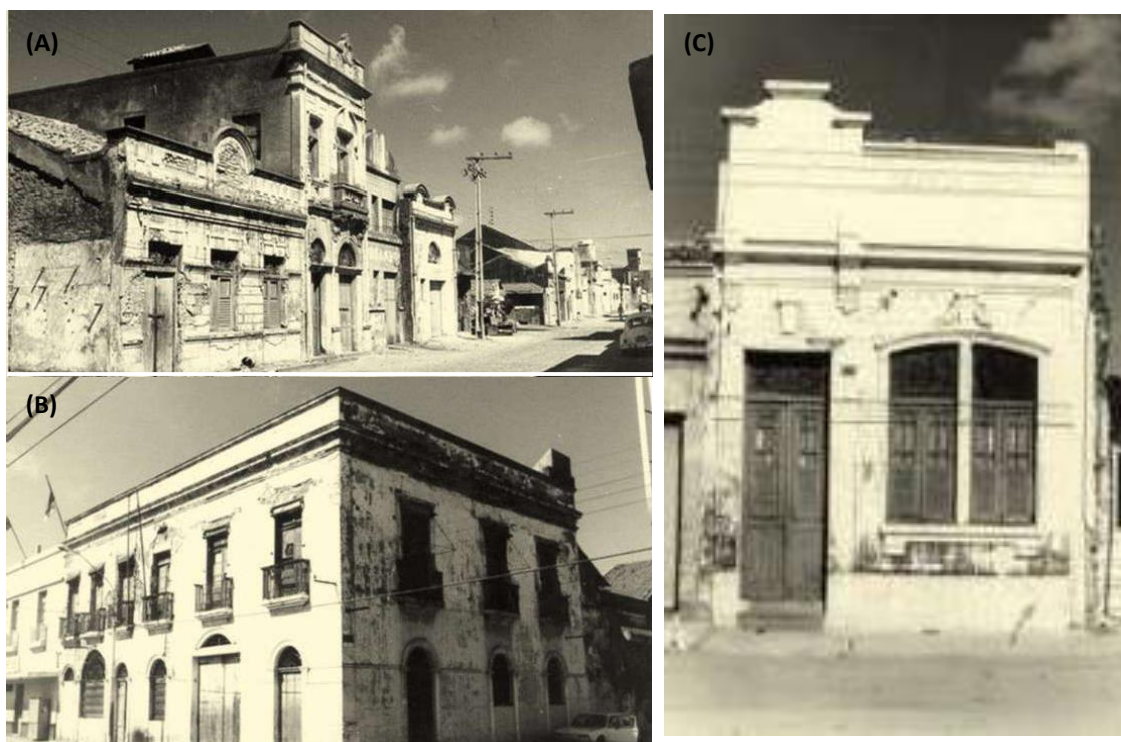
É possível que as ruas próximas à Igreja do Pilar tenham sido reapropriadas pela população pobre, devido à aproximação com as atividades portuárias – principal fonte de renda da população residente no bairro - e, talvez, aos edifícios não terem sofrido uma hipervalorização decorrente da reforma urbana. Tal fato iria desenhar o perfil de uso e ocupação desta parte do bairro, o qual associado à sua degradação física deu a característica do lugar até os anos 1980.

Figura 9 – Edifícios ecléticos construídos na reforma do início do século XX.



(A) - Praça Rio Branco, 1920; (B) - Av. Rio Branco, prédio da Bolsa de Valores 1910; Fonte: LUNA (2016).

Figura 10 – Edifícios remanescentes da reforma do início do século XX, na proximidade do Porto.



(A) - Vista da Rua Bernardo Vieira de Melo com a quadra 34 em primeiro plano; (B) - Quadra 42 da Rua do Brum com a Travessa Edgard Werneck; (C) - Prédio nº 423 da Rua de São Jorge – quadra 38; Fonte: GIUSTINA, 2010, p.133 - 138.

Segundo Moreira (1995, p.792), após esse período de obras que “redefiniu espacialmente atividades econômicas e habitacionais”, observa-se certa estagnação de intervenções na cidade e, também, mudança do foco de atenção das subseqüentes ações que, por exemplo, foram voltadas para o bairro de Santo Antônio a partir do final dos anos 1920⁵.

Assim como ocorreu com o Bairro do Recife, após as intervenções o Santo Antônio passou por um processo de elitização se tornando um lugar nobre da cidade, uma área plena de edifícios e marcos simbólicos e representativos das elites: monumentos, igrejas, edifícios públicos. Este bairro se transformou no centro administrativo e cultural, além de deter uma considerável parcela de residências e um intenso comércio a varejo. A consequência disto para o Bairro do Recife foi o princípio do seu esvaziamento.

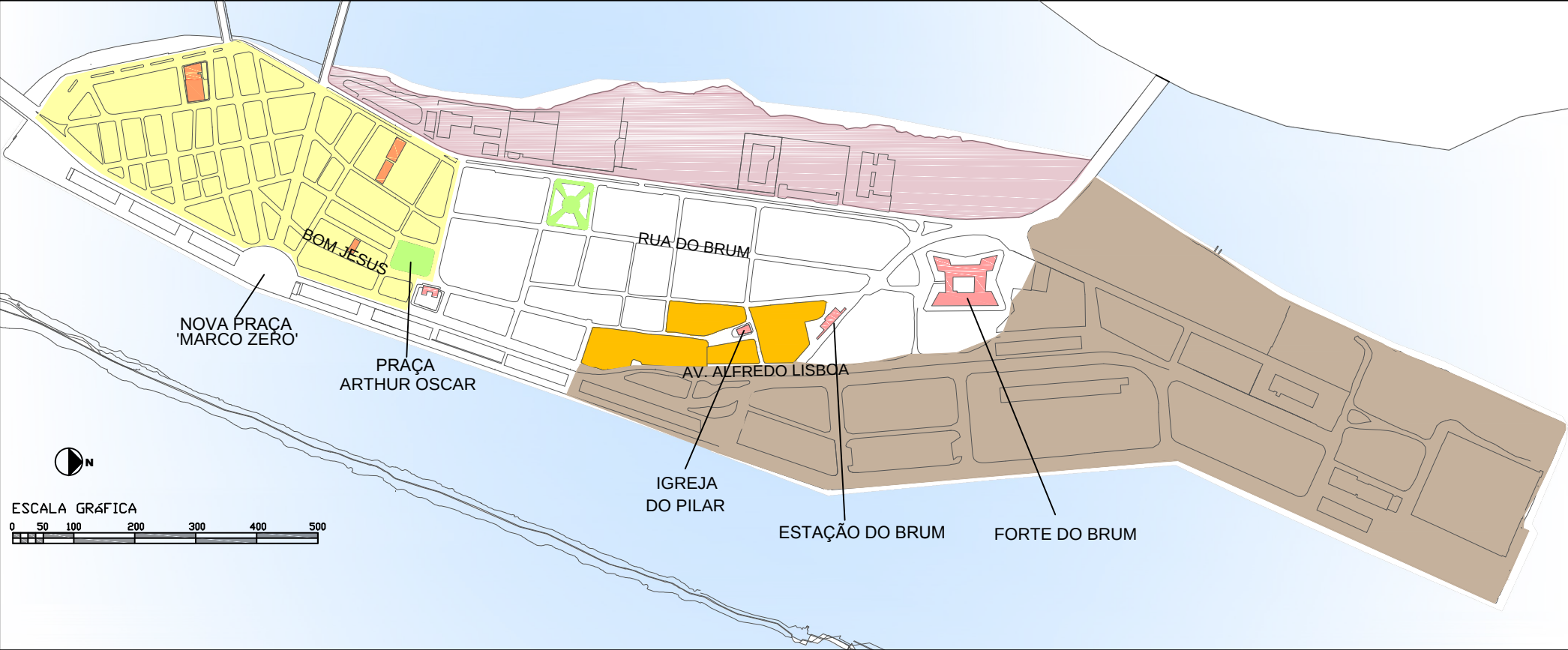
Após este conjunto de obras a cidade do Recife adquiriu condições básicas para o crescimento de bairros elitizados, como Espinheiros, Aflitos, Casa Forte, Madalena e a orla de Boa Viagem⁶. A população aos poucos se deslocou para essas áreas, deixando os bairros centrais, principalmente quando o uso do automóvel redimensionou a noção de distância (MOREIRA, 1996).

Na década de 1960 o porto do Recife prossegue o seu caminho, sem a importância de outrora, mas mesmo assim oprimindo mais uma vez o tecido urbano do Bairro do Recife. O porto amplia sua área de ocupação com a construção de grandes armazéns do terminal açucareiro e do parque de tancagem, interrompendo o espaço público da Av. Alfredo Lisboa para incorporá-lo ao pátio de manobra de caminhões. As intervenções, neste momento, são exclusivamente funcionais ligadas ao porto (Mapa02).

⁵ A partir do final dos anos 1920 o bairro de Santo Antônio tornou-se o foco das atenções. Assim, como ocorreu no Bairro do Recife, emergiu a necessidade de sua reordenação, sobretudo em relação ao seu sistema viário. A reforma urbana do bairro de Santo Antônio, que abriu a Avenida 10 de novembro (atual Guararapes), levou a demolição de vários becos, vielas e casarios, provocando a destruição de mais lugares históricos da cidade (MOREIRA, 1995).

⁶ Segundo Moreira (1995) os “núcleos periféricos” foram prioridade no governo de Sérgio Lorêto (1922-1926), as obras incluíam a urbanização do Derby, a construção da Av. Boa Viagem, e modernização de antigos largos e praças periféricas, incorporando esses núcleos ao tecido urbano e aumentando a mancha urbana da cidade do Recife.

MAPA 02 - AMPLIAÇÃO DO PORTO DO RECIFE, FORMAÇÃO DO CAIS DO APOLO E DEMOLIÇÃO DO ENTORNO DO PILAR - 1970.



FONTE: MAPA BASE UNIBASE; ADAPTAÇÃO PELA AUTORA (2015).

LEGENDA:

- CAIS DO APOLO (ATERRO DÉC. 1960)
- ÁREA PORTUÁRIA (AMPLIAÇÃO DÉC. 1960)
- DEMOLIÇÃO DO ENTORNO IGREJA DO PILAR
- ZONA MODERNIZADA (INÍCIO SÉC XX)

LEGENDA:

- PRAÇA
- MONUMENTO TOMBADO

Também nesta época, foi executado o último aterro no Cais do Apolo, franja oeste do bairro, antiga área de mocambos e da 'praia de fora de porta' (CAVALCANTI, 1997). Na década de 1970, foram construídos aí edifícios institucionais, verticalizados e em linguagem modernista, como a Prefeitura da cidade e o Tribunal Regional do Trabalho, contrastando com a realidade do Bairro do Recife. No entanto, nada modificou a condição do bairro que continuou a depender do porto.

No final da década de 1970, ocorreu outra intervenção marcante no espaço do bairro em decorrência do porto: a demolição do casario no entorno da Igreja do Pilar (Figura 11), que se encontrava tombada a nível federal desde 1965. Mesmo já se insinuando essa atenção recente sobre a proteção ao patrimônio do Bairro do Recife, o porto iniciou as obras necessárias para expansão das suas atividades, as quais nunca foram realizadas devido ao rápido processo de diminuição do movimento portuário e o consequente aumento da ociosidade da sua infraestrutura. Com isso, grande parte dos edifícios que pertenciam ao porto e as grandes áreas urbanas desapropriadas e demolidas foram abandonadas.

A atenção ao patrimônio histórico-cultural do Bairro do Recife leva a uma concepção diferente de intervir no espaço do bairro, agora não mais por questões de ampliar a malha urbana, mas conserva-la e mantê-la. Sendo assim, o objetivo da intervenção é alterado.

Figura 11 – Ruas nos arredores da Igreja do Pilar na década de 1970, em destaque a Igreja do Pilar.



1.2. O VALOR PATRIMONIAL COMO EIXO NORTEADOR DAS INTERVENÇÕES URBANAS

Fatos como o tombamento da Igreja do Pilar marcaram o início de uma forma diferenciada de ver o Bairro do Recife, ao qual foi progressivamente sendo atribuído um ‘valor’ de patrimônio. Isso ocorreu no período em que se deu uma ampliação do entendimento de patrimônio no Brasil, levando o poder público local a introduzir o conjunto histórico do bairro nas políticas patrimoniais e, portanto, a lógica de intervenção é alterada.

Na década de 1980, mais precisamente no período entre 1983 e 1989, foi elaborado e parcialmente executado o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, integrado a um processo mais amplo de estudos para combater a degradação do centro da cidade, considerado uma zona ‘marginal’ e perigosa, com grande número de imóveis ociosos.

O denominado centro da cidade era constituído pelo Bairro do Recife, Boa Vista, Santo Antônio e São José, porém a estratégia de atuação na região teve dois eixos principais: um direcionado aos problemas específicos do Bairro do Recife e outro referente às intervenções no restante do centro (ZANCHETTI, 1995, p.103).

Relatou Romero Pereira, em entrevista⁷ concedida a Natália Vieira (2008, p.122), que o Bairro do Recife merecia atenção e um projeto especial devido à situação de degradação dos edifícios e o alto nível de ociosidade da sua infraestrutura. Foi criado, então, o Escritório de Revitalização do Bairro do Recife (ERBR) instalado no próprio bairro, que teve a tarefa de executar o Plano de Reabilitação, em 1987.

Outro motivo que direcionou a especial atenção ao Bairro do Recife foi que, neste período, segundo os técnicos do ERBR, apesar do seu estado de decadência, o bairro era “um dos Sítios Históricos [da região metropolitana] que apresenta melhores condições de recuperação e maior potencial de utilização” devido ao grau de preservação, a fácil acessibilidade, infraestrutura instalada e a existência das funções econômica, comercial e financeira (URB – RECIFE, 1990, p.03).

O objetivo central do Plano de Reabilitação “era a recuperação do patrimônio

⁷ Entrevista realizada em 01 de junho de 2005. Romero Pereira foi coordenador do ERBR.

edificado em função da inclusão das classes sociais de baixa renda que ocupava a área” (VIEIRA, 2008, p.124). Com isso, a memória e história do bairro baseada nas vivências dos moradores, bem como as diversas funções, incluindo o porto e a habitação de baixa renda, estavam em foco.

É importante ressaltar que um dos princípios deste plano era tentar uma maior integração da área portuária com o restante do Bairro do Recife, uma vez que o porto ocupava 53% do total da ilha, sendo essa área distribuída entre atracagem dos navios e terrenos vazios e desocupados os quais constituíam o setor mais degradado, onde se localizava a favela do Rato, conhecida atualmente por Comunidade do Pilar.

Em função disso, a equipe do ERBR manteve uma articulação com a Administração do Porto na tentativa de buscar o entendimento das questões físicas que suas ações demandavam ao bairro. Chegaram à conclusão da necessidade de resgatar monumentos localizados na área privativa do Porto, lançando a proposta de retomada do espaço público onde está localizada a Cruz do Patrão (Figura 12), único plano até a época atual a se preocupar com este monumento do século XVII. Também foi proposto resgatar a Av. Alfredo Lisboa interditada e privatizada pela administração portuária; elaborar recomendações para ocupação das áreas portuárias [VOLUME I]⁸ e garantir o envolvimento do porto nos projetos sociais do bairro (URB – RECIFE, 1990, p.15).

Figura 12 – Lado norte do Bairro do Recife, Cruz do Patrão em destaque, 1912.



Fonte: DU BOCAGE (2015).

⁸ Documento não encontrado: Planta baixa (03/05) do projeto específico da área portuária presente no Volume 1 do Plano de Reabilitação.

Antecede a este Plano de Reabilitação, a setorização do Bairro do Recife através da lei de uso e ocupação solo - LUOS nº 14.511/83⁹ (Mapa 03). Esta lei estabeleceu dois setores de preservação no bairro: o de Preservação Rigorosa (SPR) e o de Preservação Ambiental (SPA) e, ainda, um Setor de Uso Múltiplo nº 4 (SU-4) que foi destinado, predominantemente, para a função portuária e contemplava o grande conjunto arquitetônico da metade do século XX, com recomendações que permitiam a derrubada de antigos depósitos e armazéns para construção de novas edificações (URB – RECIFE, 1990, p.05).

No entanto, existiam ambiguidades em relação à delimitação do SU4¹⁰, mostrando uma imprecisão em relação à definição da área que podia colocar em risco os demais setores de preservação, por não limitar de forma objetiva o direito da administração do Porto do Recife em atuar no espaço do bairro.

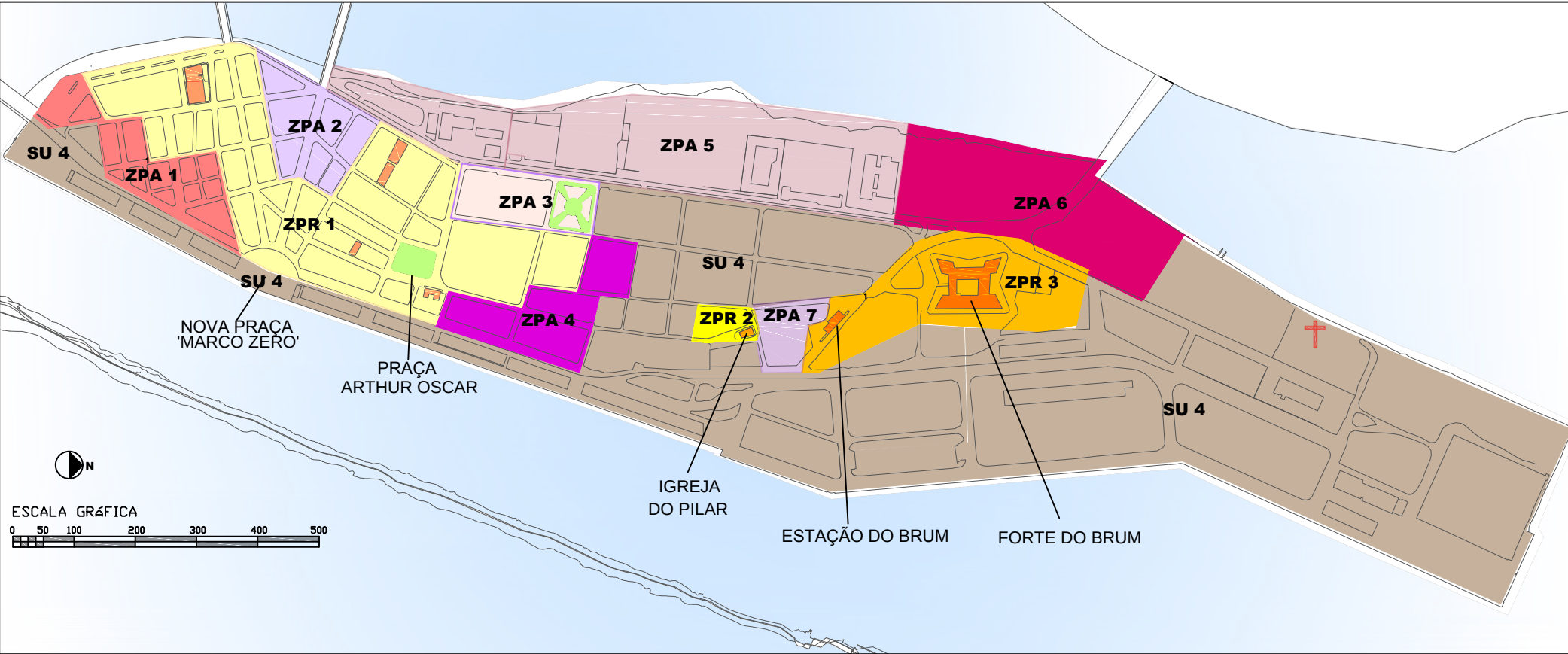
Em relação aos setores de preservação, foram delimitadas dez áreas. De maneira geral, a ZPR era responsável por definir a área de maior densidade de monumentos, e a ZPA tinha o objetivo de criar uma ambiência e uma transição entre a ZPR e o restante do Bairro (ZANCHETTI, 1995, p.102-103). Nota-se que o rigor da proteção concentra seu grau máximo no bem tombado, reduzindo-o na medida em que vai se afastando do bem.

Para a execução do Plano de Reabilitação, após a análise realizada pelo ERBR das peculiaridades e diagnóstico das características do Bairro do Recife, foi estabelecido um conjunto de propostas direcionadas em dois níveis: o zoneamento do bairro e as intervenções globais (URB – RECIFE, 1990, p.09).

⁹Em 1980, surge o Decreto nº 11.692/80 que instituiu o Bairro do Recife como Zona Especial de Preservação Rigorosa - ZEPH – como “conjunto antigo”. Três anos depois, foi editada a Lei de Regulação do Uso do Solo – LUOS nº 14.511/83.

¹⁰ Este setor também estava presente nos bairros: Pina, São José e Santo Amaro. No caso do Bairro do Recife estava presente no mapa das delimitações das zonas, no anexo 1A, da referida lei. Porém, tanto nos parâmetros urbanísticos (anexo 2B da lei), quanto na descrição literal dos limites das divisões territoriais (anexo 1B da mesma lei), este setor não aparece.

MAPA 03 - LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, LUOS Nº 13.957 / 1983



FONTE: MAPA BASE UNIBASE; LEI Nº 13.957 / 83; ADAPTAÇÃO PELA AUTORA (2015).

LEGENDA:

- ZONA DE PROTEÇÃO RIGOROSA
- ZPR - 1
 - ZPR - 2
 - ZPR - 3

- ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
- ZPA - 1
 - ZPA - 2
 - ZPR - 3

- ZPA - 4
- ZPA - 5
- ZPA - 6
- ZPR - 7

- SETOR DE USO MULTIPLO
- SU - 4 *
- *Setor destinado a atividade portuária.

LEGENDA:

- PRAÇA
- MONUMENTO TOMBADO

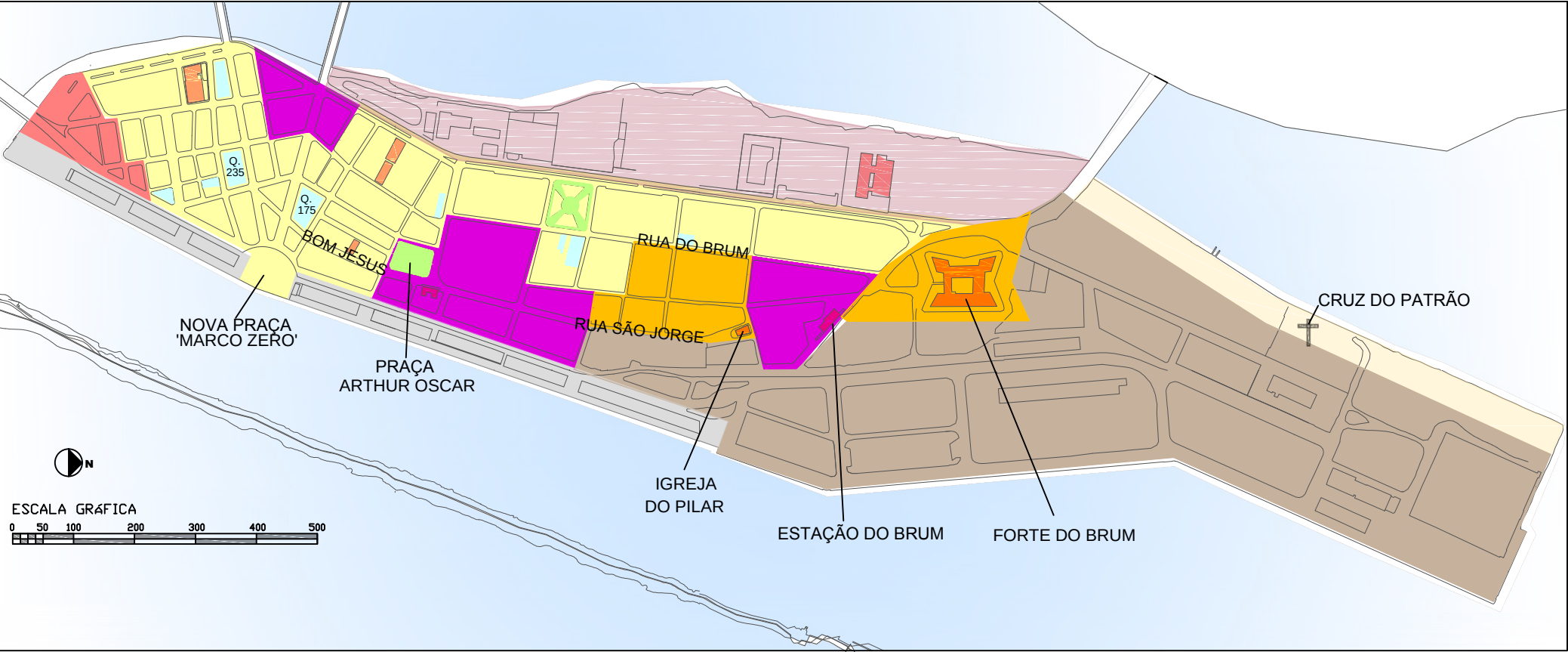
No que se refere ao zoneamento proposto pelo Plano de Reabilitação (Mapa 04), foram implementadas mudanças em relação à Lei de uso e ocupação do solo, de 1983, havendo uma diminuição no número de setores, que passou a oito áreas propostas. No entanto, esta subtração não significou uma negação da complexidade do bairro, visto que, na nova proposta cada área é mapeada considerando oito realidades distintas, cada uma delas pensadas segundo estratégias diferenciadas de intervenção. Isso demonstra que, neste momento, o princípio norteado de delimitação das áreas foi a preservação de todo o conjunto arquitetônico e urbanístico da ilha, havendo, portanto, um entendimento mais ampliado em relação a LUOS, que seguia a lógica da preservação do espaço urbano como consequência da presença dos edifícios tombados.

Verifica-se que havia, para elaboração do Plano de Reabilitação, o entendimento de que as características essenciais a serem preservadas deveriam ultrapassar a materialidade do edificado, sendo também protegidos aspectos culturais como: “a efetividade que liga o povo ao prédio”, “a rua como palco de acontecimentos populares”, “o povo na sua expressão de convivência”, “o cotidiano popular” (URB – RECIFE, 1990, p.07).

Portanto, a partir da realização de um estudo detalhado a partir da escala das quadras¹¹, os técnicos obtiveram uma leitura geral do bairro, propondo ações que abrangessem não só a recuperação física e econômica dos imóveis, mas também a recuperação socioespacial. Vieira (2008, p.124), observa que, naquele momento, entre os valores considerados fundamentais para intervir no espaço do Bairro do Recife não estava o valor econômico, ou, se estava, aparecia de forma muito sutil.

¹¹ As ações de melhorias eram visando toda uma quadra ou uma rua, e foram tomadas como objeto piloto as quadras 175 e 235 para receber as primeiras intervenções.

MAPA 04 - ZONEAMENTO DO BAIRRO DO RECIFE PROPOSTO PELO 'PLANO DE REABILITAÇÃO' - 1985



FONTE: IPHAN (1988,P.18); MAPA BASE UNIBASE; ADAPTAÇÃO PELA AUTORA (2015).

LEGENDA:

- DE **CONSERVAÇÃO** - MANUTENÇÃO DO EXISTENTE;
- DE **RESTAURAÇÃO** - RESTAURAÇÃO (NOVOS USOS) E CONSERVAÇÃO;
- DE **CONSERVAÇÃO DO PORTO** - MANUTENÇÃO DO EXISTENTE;
- 'NON AEDIFICANDI'** - PROTEÇÃO AOS MONUMENTOS;
- DE **RENOVAÇÃO URBANA** - EDIFÍCIOS ATÉ 6 PAVIMENTOS;

- PÚBLICA** - RESGATE DO CAIS DA CRUZ DO PATRÃO;
- PORTUÁRIA** - SILUETA A ANÁLISE DA PREFEITURA E SPHAN, QUANTO A OCUPAÇÃO E GABARITO;
- PROJETO CAIS DO APOLO** - TRATAMENTO PAISAGISTICO, ESTACIONAMENTO E EQUIPAMENTOS DE LAZER;

LEGENDA:

- PRAÇA;
- MONUMENTO TOMBADO;
- EDIFÍCIOS COM PROPOSTA DE INTERVENÇÃO;

No que se refere às propostas de intervenção, foram definidos programas e projetos que contemplavam as duas grandes linhas de ação do plano: fixar a população existente e proporcionar a melhoria da sua condição de vida com o máximo de aproveitamento do potencial arquitetônico histórico ambiental.

Em relação aos projetos (Quadro 01), estes foram pensados numa escala mais pontual, sendo a área de maior atenção aquela onde o foco era a recuperação dos edifícios. Os projetos tinham como intenção devolver “a importância da complexidade das funções urbanas do centro da cidade, priorizando a função habitacional, voltada para a população de baixa renda” (URB – RECIFE, 1990, p.22).

Quadro 01 - Projetos propostos do Plano de Reabilitação.

PROJETO	ENDEREÇO	FINALIDADE
Habitação popular coletiva I	Rua do Brum, nº210, 214, 228.	Destinado aos moradores da comunidade do Pilar.
Habitação coletiva II	Rua do Apolo, nº235.	Destinado aos antigos moradores do bairro.
Restaurante popular	Rua do Brum, nº393.	Destinado aos moradores da comunidade do Pilar e trabalhadores do Porto.
Creche	Rua do Brum, s/ nº.	Destinado aos moradores da comunidade do Pilar e trabalhadores do Porto.
Núcleo de vida cooperativa	Av. Marquês de Olinda, nº 245 e 257. (ocupa dois pavimentos)	Destinado aos antigos moradores do bairro.
Memória em movimento	Sem endereço	Regatar e socializar as marcas deixadas por todos que vivem no Bairro.
Integração Porto/ Cidade.	Sem endereço	
Turístico	Sem endereço	Circuito envolvendo todos os monumentos do bairro e um mirante no último andar da Prefeitura.

Fonte: URB - RECIFE (1990).

Estes projetos eram parte de ações mais globais contidas nos programas propostos, estando suas principais diretrizes listadas no Quadro 02 a seguir.

Quadro 02 - Programas propostos no âmbito do Plano de Reabilitação.

PROGRAMAS PROPOSTOS	DESCRIÇÃO
Promoção / Divulgação¹²	Levar a informação do plano a todos os usuários do bairro para desta forma envolvê-los participativamente neste processo de reabilitação, retomando a credibilidade nestas ações.
Melhorias urbanas	Continua manutenção dos espaços públicos do bairro através de ações imediatas e permanentes.
Recuperação Física	Elaboração de projetos de restauração de prédios, quadras e ruas visando a sua reabilitação e preservação para instalação de novos usos.
Sócio - econômico	Integração do corpo técnico do Plano com a população existente e usuária do Bairro do Recife na busca de compatibilização de necessidades.
Político-institucional	Revisão da legislação existents com ajustes de áreas limites e recomendações e especiais.
Jurídico	Criação de instrumentos jurídicos capazes de promover a restauração funcional e física dos imóveis através da posse dos mesmos.

Fonte: URB - RECIFE (1990).

Sintetizando os objetivos do Plano de Reabilitação, este buscava a integração do porto com o bairro, seja espacialmente ou em seu envolvimento nos projetos sociais propostos; a conservação do acervo ainda não protegido por lei, ampliando o número de bens a restaurar; e ajustes nos limites e recomendações da legislação vigente para o bairro (URB – RECIFE, 1990, p.08). De maneira geral, a preocupação recaía entre o porto, a legislação e a habitação popular como

¹² Percebemos que este programa foi inserido posteriormente (1990), acreditamos que um dos fatores foi devido a falta de credibilidade que a população estava com a demora nas realizações dos projetos.

problemas a enfrentar visando preservar as características essenciais do conjunto.

Ao chegar à década de 1990, nova proposta surge para o Bairro do Recife, estando inserida em um projeto de âmbito nacional denominado “Cores da Cidade”, o qual foi fruto de uma união de interesses entre os governos municipais de algumas cidades brasileiras e as empresas Tintas Ypiranga e Rede Globo. Teve início com a Operação Pelourinho que colocou Salvador na agenda do turismo internacional, sendo de grande repercussão e, no Rio de Janeiro deu origem ao Projeto Corredor Cultural (VIEIRA, 2008; LEITE, 2007).

Em 1993, o Projeto Cores da Cidade promoveu a recuperação das fachadas de 34 prédios da Rua do Bom Jesus, sendo o começo de um plano mais complexo, denominado Plano de Revitalização do Bairro do Recife que previa atuar um horizonte temporal até o ano de 2005. Este era então entendido como um processo norteado por projetos estruturadores que visavam garantir continuidade temporal das atividades propostas e listadas no Quadro 03 a seguir. Segundo Zancheti, Marinho e Lacerda (1998), esses projetos incluíam a essência econômica e social das atividades a serem implantadas, a forma de ocupação da área, a utilização do patrimônio ambiental e cultural e a imagem social do bairro.

Quadro 03 – Projetos Estruturadores.

PROJETOS ESTRUTURADORES	SITUAÇÃO EM 2005
Centro de animação cultural, lazer e comércio no Pólo Bom Jesus.	Projeto que recebeu maior incentivo. A Rua do Bom Jesus foi a maior beneficiária, porém teve ‘altos e baixos’ e terminou perdendo a vitalidade que alcançou no início do plano de revitalização, em 1993.
Percurso da Memória	Sem informação
Terminal Marítimo de Passageiro (pensado inicialmente para o armazém nº 11).	Acabou sendo construído no armazém nº 10, não chegando a funcionar devido a pouca profundidade de atracagem.
Shopping Cultural da Alfândega	Construído em 2000, como Paço Alfândega. Antigamente o espaço era conhecido como “Casarão Pop” ocupado por artesãos locais que promoviam uma feira “na qual de tudo se vendia” (LEITE, 2007, p.268-269).

Centro Múltiplo do Pilar	Não executado, uma das exigências era o deslocamento da favela ali existente, tarefa que dependia exclusivamente do poder público.
Apartamentos inseridos em antigos armazéns	Não executado
Aquário no Pólo Capibaribe	Não executado
"waterfront" nos armazéns do porto	Não executado

Fonte: ZANCHETI, MARINHO, LACERDA, 1998.

O objetivo central deste plano estava fundado na perspectiva de transformar o Bairro do Recife em uma centralidade cultural nacional e internacional, e, portanto, a transformação da imagem passa a ser um aspecto norteador das ações de intervenção.

A parte operacional do Plano de Revitalização é precedida por um diagnóstico das características do Bairro do Recife, que identificou: a distribuição das atividades e usos existentes, estado das infraestruturas urbanas e ambientais e o padrão de ocupação do Bairro, com isso, foram delimitados três grandes setores urbanos em toda a ilha (Mapa05).

Setor de consolidação, compreendendo a área consolidada quanto aos usos, correspondendo tanto àquela do porto quanto ao Cais do Apolo, onde se fixaram instituições como a Prefeitura do Recife, o Tribunal Regional Federal e a Polícia Federal. Neste setor, se destacavam duas propostas: a construção de novos edifícios seguindo o modelo de ocupação modernista presente no Cais do Apolo; a adaptação da frente marítima do porto e seus galpões desativados para abrigar um complexo de atividades comerciais, de lazer e diversão, chamado de "waterfront", prevendo ainda a construção do Terminal Marítimo de Passageiros.

Setor de revitalização, onde se encontra a maior parte das edificações de interesse histórico cultural, compreendendo, praticamente, a área que desde 1996 constitui o polígono de tombamento (VIEIRA, 2008, p.130). A proposta neste setor é receber atividades que garantissem a visibilidade do Plano, prevendo a

implantação de serviços modernos¹³, equipamentos culturais, de lazer e diversão, o comércio varejista voltado ao turismo.

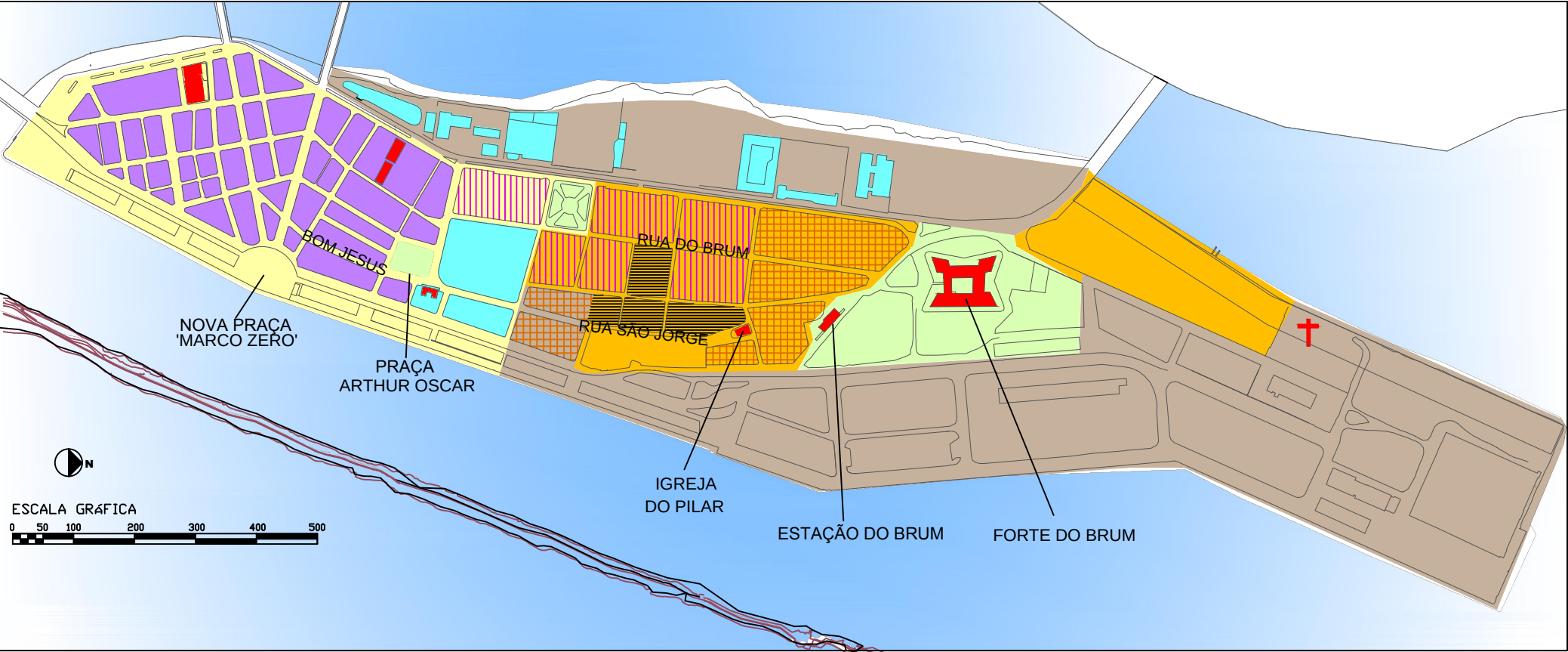
Setor de renovação, onde o foco é o incentivo à construção e aumento do valor do solo. É neste setor que está situada a Fábrica do Pilar, o Moinho Recife, a Comunidade do Pilar e o Porto. A mudança de uso é proposta com o projeto de implantação do “Centro do Pilar” que também teria por função dar apoio de comércio às atividades portuárias (ZANCHETI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.42). Mas para isto, era preciso a relocação da comunidade existente no local, proposta posteriormente revista, sendo aceita a permanência da mesma.

Para cada setor o plano reservava um tipo específico de intervenção, objetivando potencializar os recursos de cada um deles e a transformação dos seus usos. Esta divisão se tornou a principal base de planejamento e execução do plano (LEITE, 2007, p.177).

Percebe-se uma relação estreita entre a delimitação dos três setores e os usos e atividades já existente no espaço do bairro, conformando assim: o setor de revitalização coincide com as atividades de serviço como bancos e restaurantes; o setor de consolidação com atividades institucionais e portuárias; e o setor de renovação correspondendo aos usos “tolerados, mas não incentivados” como as indústrias, comércio atacadista e a comunidade (Mapa 05).

¹³ Serviços modernos são constituídos por aquelas atividades que se fundamentam na incorporação da ciência e da tecnologia como base de atuação. São os serviços que dependem de conhecimento especializado e de “know-how” de ponta (ZANCHETI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.35).

MAPA 05 - SOBREPOSIÇÃO DOS SETORES COM O DIAGNÓSTICO DAS ATIVIDADES EXISTENTES NO BAIRRO DO RECIFE - 1990.



FONTE: ZANCHETI, MARINHO, LACERDA (1998, P. 19); MAPA BASE UNIBASE; ADAPTAÇÃO PELA AUTORA (2015).

LEGENDA SETORES:

LEGENDA ATIVIDADES:

LEGENDA:

- REVITALIZAÇÃO;
- RENOVAÇÃO;
- CONSOLIDAÇÃO;

- SERVIÇO;
- INSTITUCIONAL;
- COMÉRCIO ATACADISTA;
- INDÚSTRIA;

- PORTO DO RECIFE;
- FAVELA DO RATO;

- PRAÇA;
- MONUMENTO TOMBADO;

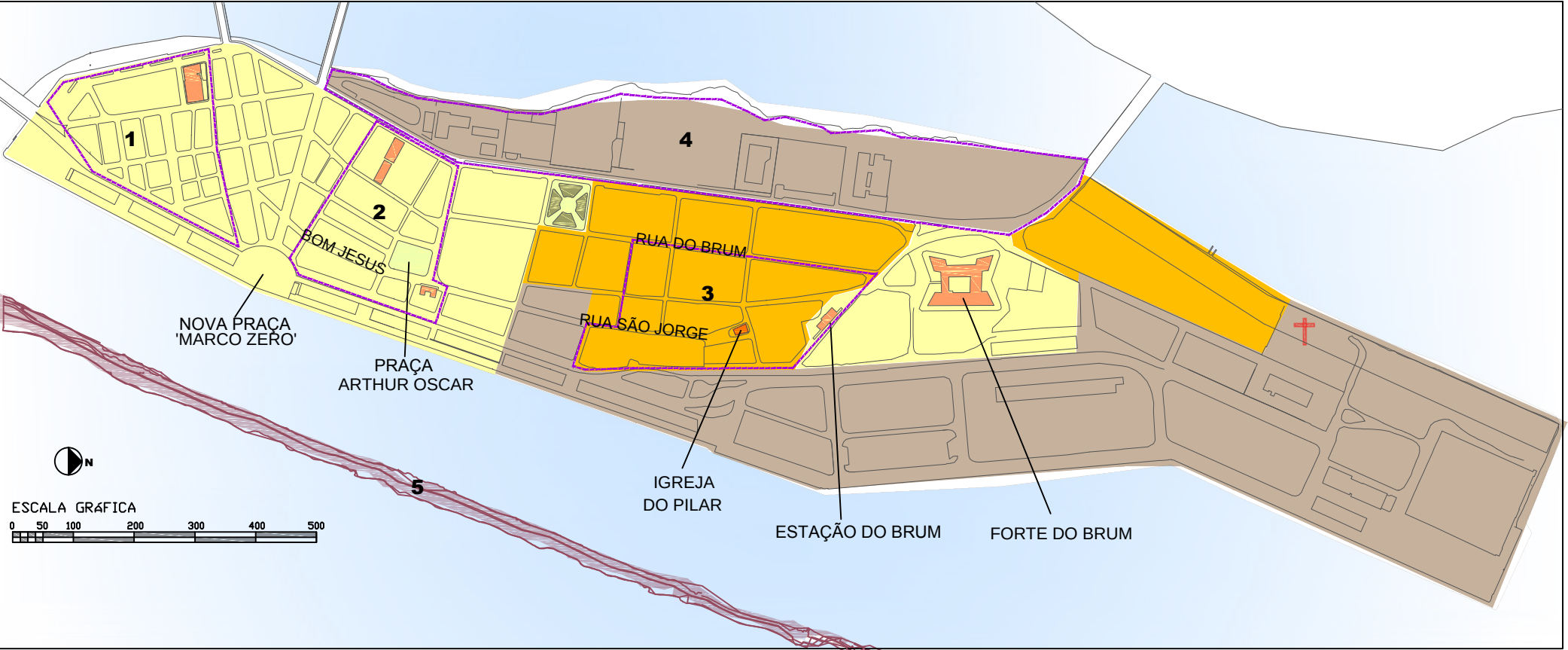
Essa delimitação espacial em setores de intervenção ganhou estatuto jurídico na Lei 16.290, sendo definidos, dentro de cada setor, espaços chamados de Pólos de interesse (Mapa 06). Segundo esta lei, pólos de interesse são “unidades de caráter temporário, auxiliares a revitalização dos setores de intervenção, para promoção de atividades urbanas que conjuguem investimentos públicos e privados no Bairro do Recife” (LEI 16.290/97). Seguindo esta estratégia, cada setor deveria ter, então, pelo menos um pólo de atividade que garantisse a rentabilidade dos mesmos, como descrito a seguir (Quadro 04).

Quadro 04 – Caracterização dos setores de intervenção com os respectivos pólos de interesse.

Setores de intervenção	Definição
Setor de consolidação • Pólo Capibaribe;	Permanência do processo atual de utilização do solo, “baseado em modelos modernistas de ocupação e construção dos lotes”.
Setor de Revitalização • Pólo Bom Jesus; • Pólo Alfândega; • Pólo Arrecifes;	Visa “melhorar as condições de uso e a qualidade ambiental da área e intensificar o grau de utilização das edificações”.
Setor de Renovação • Pólo Pilar;	Neste setor o poder público tem maiores deveres por ser “a porção onde se incentivara a renovação do espaço urbano, permitindo um aumento da densidade de construção e aumento do valor do solo”.

Fonte: ZANCHETI (1995, p.106).

MAPA 06 - SOBREPOSIÇÃO DOS SETORES COM OS POLOS DE ATIVIDADES DO BAIRRO DO RECIFE - 1990.



FONTE: ZANCHETI, MARINHO, LACERDA (1998, P.24); MAPA BASE UNIBASE; ADAPTAÇÃO PELA AUTORA (2015).

LEGENDA SETORES:

LEGENDA POLOS:

LEGENDA:

- REVITALIZAÇÃO;
- RENOVAÇÃO;
- CONSOLIDAÇÃO;

- 1 ALFÂNDEGA;
- 2 BOM JESUS;
- 3 PILAR;
- 4 CAPIBARIBE;
- 5 ARRECIFES;

- PRAÇA;
- MONUMENTO TOMBADO;

Outro conjunto de projetos específicos proposto pelo Plano de Revitalização é estabelecido através dos 'Projetos de Impacto' que deveriam ser implantados de modo coordenado com os já referidos 'Projetos Estruturadores' como maneira de induzir e garantir a realização dos objetivos.

Os projetos de impacto foram assim divididos: I- destinado aos Pólos turísticos com a intenção de criar a principal área de atração cultural e lazer; e II- destinado ao Pólo Pilar, que objetivava reverter a imagem do bairro através do sentido simbólico, ação motivada devido a sua imagem de degradação.

Quadro05 - Projetos de impacto, setores, pólos.

SETOR	PÓLOS	PROJETOS DE IMPACTO I	Situação em 2005
Setor de Revitalização	Bom Jesus	Quarteirões de animação da Rua Bom Jesus e adjacentes	Executado.
		Reforma da Praça do Arsenal da Marinha	Executado.
		Revitalização da Torre Malakoff	Executado , hoje o edifício é o museu e o observatório astronômico.
	Futuro Pólo 'Porto Novo'. Próximo ao Pólo Alfândega e Bom Jesus.	Construção do Terminal Marítimo de Passageiro	Executado , foi construído no armazém nº 10, mas não chegou a funcionar devido a sua inoperabilidade.
		Reforma da Praça do Marco Zero	Executado , realizada em 1999.

SETOR	PÓLOS	PROJETOS DE IMPACTO II	Situação em 2005
Setor de Renovação	Pilar	Elaboração de uma nova legislação de uso do solo para o setor de renovação	Executado , resultou na nova Lei 1.996 vigente até o momento.
		Requalificação e Urbanização da Comunidade do Pilar para implantação do Centro Múltiplo.	Não executado.
	Sem pólo. Próximo ao Pilar.	Construção de apartamentos em armazéns revitalizados;	Não executado.
		Urbanização da Av. Alfredo Lisboa, incluindo a Estação e Forte do Brum;	Executado

Fonte: ZANCHETI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.45.

Diante do que foi aqui exposto, ficam evidentes as estratégias diferenciadas de acordo com as características e objetivos definidos para cada um dos setores e pólos. Assim, as ações propostas para o Pólo Bom Jesus e Alfândega, destinados a alcançar a revitalização através da atração cultural e lazer, ficam sujeitas a impactos na mídia visando atrair o interesse privado (ZANCHETI, MARINHO, LACERDA, 1998). Estes foram os pólos que tiveram o maior número de obras executadas até o fim da vigência do Plano de Revitalização, em 2005, resultando numa ocupação por bares e restaurantes, em especial na Rua Bom Jesus, que expressam o interesse individual de empresários ligados ao setor de turismo e diversão como resposta ao incentivo e credibilidade na ‘revitalização’ da área.

Por sua vez, em situação oposta, o Pólo Pilar foi caracterizado como a área mais degradada e complexa, seja devido à existência de expressivos vazios urbanos decorrentes da reforma ocorrida em 1970 para ampliação do porto, seja à incorporação de atividades diversas como o porto, habitação de baixa renda, indústria e comércio atacadista. Neste contexto, a estratégia adotada foi a renovação urbana e a elevação do potencial construtivo, tendo por objetivo “reverter a imagem do Bairro”. Para tanto, era preciso relocar a população pobre

existente no local liberando-o para o setor imobiliário. Isto significa que tal projeto dependia exclusivamente dos recursos do Governo para, posteriormente, atrair a iniciativa privada, mas como referido no quadro 05 muitas ações não foram executadas.

No Quadro 06, sintetizamos os resultados esperados para cada período (curto, médio e longo prazo) baseado no próprio Plano de Revitalização, e os dialogamos com o balanço realizado por Natália Vieira (2008, p.136-194) que definiu três etapas de implantação a partir da sistematização das ações executadas.

Quadro 06 - Períodos de implantação do Plano de Revitalização.

Prazos segundo os objetivos do Plano de Revitalização	Período / Agente gestor	Resumo dos acontecimentos segundo Vieira (2008)
Curto prazo procurava institucionalizar o Plano e fazê-lo aceito pela sociedade	1993 a 1996 Compete ao município a gestão	“Ascensão do programa através da valorização econômica e exploração turística” (p. 136 – 150)
Médio prazo procurava garantir e viabilizar o processo de mudança da estrutura econômica do Bairro	1997 a 2000 Gestão passa para a competência do Estado	“Preocupação concentrada em turismo e lazer” (p.105-172)
Longo prazo procurava consolidar a nova feição do Bairro	2001 a 2004 Gestão do Estado	“Os frutos gestados do período imediatamente anterior” (p.172-194)

Fonte: ZANCHETI, MARINHO, LACERDA, 1998; VIEIRA, 2008;

É importante salientar que a estratégia utilizada para o plano tem a base mais forte na parceria público-privado, a qual acontece desde o primeiro período de sua implantação. Segundo Vieira (2008, p.221) “Neste caso, o Estado entra como regulador, estabelecendo, além de condições, parâmetros para a recuperação da

área”. Ressalta a mesma autora que para este tipo de gestão mais voltada a um perfil empresarialista, faz-se necessário tornar o Bairro do Recife um empreendimento atrativo (VIEIRA, 2008, p.131-132).

No entanto, existem algumas dificuldades em estabelecer uma relação de real parceria entre o poder público e a iniciativa privada. Como ponderam Botler, Perreira, Jurema (1995, p.37) a gestão do Plano de Revitalização do Bairro do Recife estava apoiada no setor público responsável pelo planejamento e o setor privado na participação da execução, se fosse de seu interesse – o que repercute nos projetos com retornos econômicos mais imediatos. As dificuldades aumentaram nas sucessivas administrações quando o investimento público municipal foi insignificante para manter a continuidade da revitalização, prejudicando a próxima grande área que seria “revitalizada”, o Pólo Pilar (VIEIRA, 2006).

A partir 2000, os governos estadual e federal tornaram-se as principais fontes de financiamento para executar outros projetos do Plano de Revitalização, como por exemplo, a construção do Porto Digital, empresa encarregada de promover um pólo de tecnologia da informação e comunicação no Recife¹⁴ (ZANCHETI, 2007, p.13). A instalação deste pólo altera o perfil das atividades existentes no bairro, introduzindo novos interesses (VIEIRA, 2006, p.189-190; TINÔNO, 2011, p.74). Cabe destacar que esse processo de adaptação do uso do solo para as atividades do Porto Digital é gradual.

O ano de 2005 baliza o término do horizonte temporal do Plano de Revitalização, iniciado em 1993, se fazendo necessária a revisão das estratégias e objetivos. Os balanços sobre os mesmos são os seguintes. Avaliou Vieira (2008, p.220-225) que o plano termina “deixando o Bairro em decadência, sem a mesma vitalidade” dos primeiros anos da sua implantação. Quanto ao aspecto funcional, as intervenções concederam privilégio ao uso turístico através dos investimentos aplicados nos pólos Bom Jesus e Alfândega, demonstrando, de forma geral, uma progressiva subordinação dos valores culturais aos valores econômicos como forma de viabilizar a adesão da iniciativa privada.

¹⁴Faz parte dos “serviços modernos”. Inicialmente se falava em SOFTEX Recife que seria um prédio para abrigar o Centro de Negócios da Tecnologia da Informação (ITBC). Este centro seria a âncora do pólo(MOREIRA, 1998; ANDREA, 1999; apud VIEIRA, 2009, p.161), porém, só foi iniciada suas operações em junho de 2010, atualmente funciona no Edifício da IGB na Rua Domingos José Martins como parte de um projeto maior denominado Porto Digital.

Outro resultado importante desse período, além dos já citados, é a retificação da LUOS para a Lei nº 16.176/96, vigente até hoje, a qual incorporou a delimitação de setores proposta no Plano de Revitalização, embora com alguns ajustes¹⁵ (Mapa 07). Esta nova LUOS reduz a complexidade do bairro, considerando, por exemplo, que toda a área portuária deve ser de intervenção controlada, conjugando com a área de maior interesse histórico. Desta forma, mais de cinquenta por cento do conjunto urbano do Bairro do Recife, passou a pertencer ao mesmo critério de avaliação.

Também neste período, o IPHAN aprova¹⁶ o pedido de tombamento do polígono, por ação municipal com o programa Monumenta/BID, que corresponde exatamente a área da grande reforma do início do século XX¹⁷. A poligonal é dividida em três núcleos (Mapa 08): subnúcleo-1 corresponde a área da reforma de 1910; subnúcleo-2 é o núcleo primitivo formador da cidade do Recife; subnúcleo-3 é área que sofreu influência da reforma. Mais do que o valor arquitetônico, foi o “caráter documental” do bairro que permitiu seu tombamento e, segundo Leite (2007, p.85) “a distinção entre o valor urbanístico e valor arquitetônico esclarece as razões” para tal aprovação.

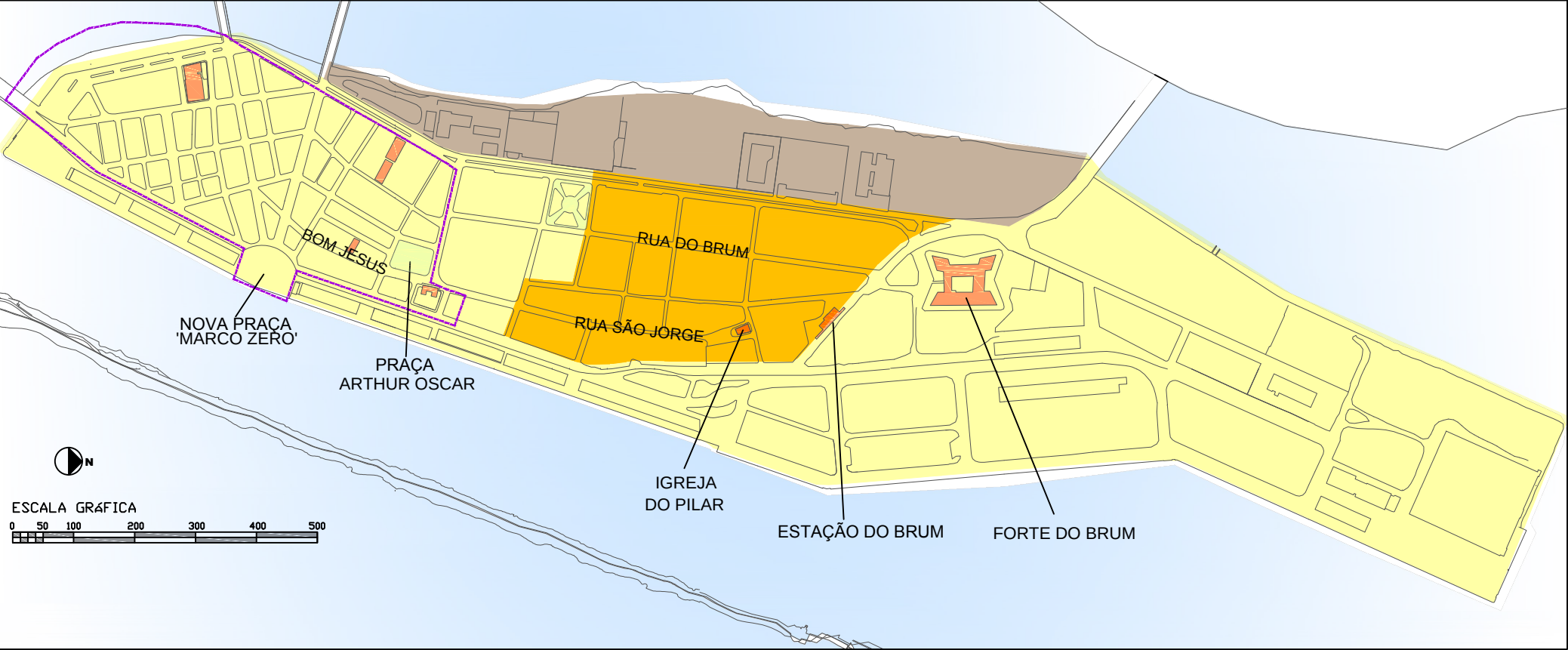
O relato aqui apresentado permite visualizar a condição espacial, funcional, social, econômica em que o Bairro do Recife adentrou o século XXI, cumprindo o objetivo deste capítulo quanto a apresentar com clareza o objeto de estudo. No entanto, para proceder à análise proposta, que integrará o capítulo 3 desta dissertação, é pertinente entender que os fatos aqui relatados não ocorriam de forma isolada e descontextualizada da realidade nacional e internacional, o que leva a retomar o caso do Bairro do Recife no próximo capítulo sob a ótica da sua inserção em tal realidade, compreendendo os processos para poder avaliar e/ou questionar os resultados decorrentes desses diversos planos implantados, tendo por foco a constante segmentação e redefinição espacial gerada e o reatamento na conservação do seu patrimônio.

¹⁵ A zona de preservação rigorosa (ZPR) passou a ser definido como setor de intervenção controlada e a zona de preservação ambiental (ZPA) redefinido como setor de renovação urbana, o setor de consolidação permaneceu com a mesma denominação.

¹⁶ Através da Portaria nº 263 de 23 de julho de 1998.

¹⁷ O Bairro do Recife foi inscrito, em 1998, nos livros de tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e das Belas Artes. Em 2000, o bairro, em toda sua extensão, foi cadastrado pelo IPHAN como sítio arqueológico (SILVA, 2009, p.47).

MAPA 07 - POLÍGONO DE TOMBAMENTO COM SETORES DE INTERVENÇÃO DE ACORDO COM A LUOS Nº 16.176 / 1996



FONTE: LEI Nº 16.176/96; MAPA BASE UNIBASE; ADAPTAÇÃO PELA AUTORA (2015).

LEGENDA SETORES:

LEGENDA :

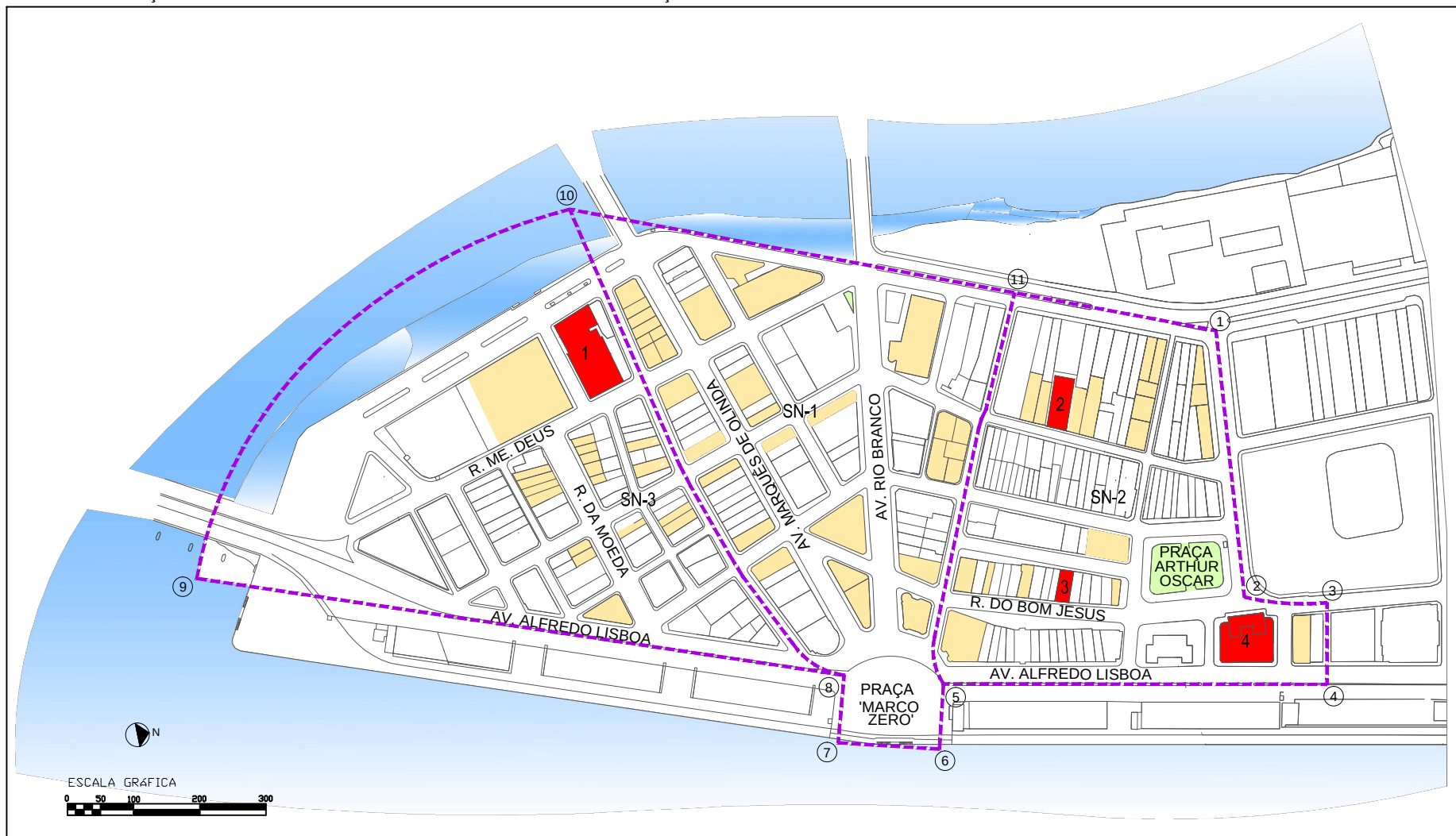
LEGENDA:

- REVITALIZAÇÃO;
- RENOVAÇÃO;
- CONSOLIDAÇÃO;

POLÍGONO DE TOMBAMENTO;

- PRAÇA
- MONUMENTO TOMBADO

MAPA 08 - AMPLIAÇÃO DO POLÍGONO DE TOMBAMENTO COM SETORES DE INTERVENÇÃO DE ACORDO COM A LUOS Nº 16.176 / 1996



FONTE: LEI Nº 16.176/96; MAPA BASE UNIBASE; ADAPTAÇÃO PELA AUTORA (2015).

LEGENDA

- IMÓVEIS DESTAQUE *
- LIMITE DO POLÍGONO DO NÚCLEO DE TOMBAMENTO

A proposta de tombamento subdivide o bairro em 3 núcleos:

SN-1 Subnúcleo 1 Área da reforma de 1910;

SN-2 Subnúcleo 2 Núcleo primitivo formador da cidade do Recife;

SN-3 Subnúcleo 3 Área que sofreu influência da reforma de 1910.

* São no total 51 imóveis em destaque. A condição de destaque dos imóveis refere-se à complexa questão do valor arquitetônico do conjunto, que em decorrência da justaposição de estilos, as composição dos imóveis em destaque compõem um arranjo de estilos arquitetônicos.

LEGENDA:

- PRAÇA;
- MONUMENTO TOMBADO;
- 1 - IGREJA MADRE DE DEUS;
- 2 - TEATRO APOLO;
- 3 - SINAGOGA;
- 4 - TORRE MALAKOFF;

2

ESTRATÉGIAS E CONCEITOS

Este capítulo destina-se a discorrer, de forma objetiva, sobre os fundamentos e propostas que direcionavam, a cada tempo, as intervenções sobre os centros e cidades históricas no Brasil, possibilitando inserir os planos e estratégias de intervenções já apresentados para o Bairro do Recife no contexto em que ocorreram, criando relações entre o que se propunha a nível local e o que se recomendava e idealizava a nível nacional e internacional no âmbito da conservação de áreas urbanas patrimoniais. Por fim, são apresentados os conceitos selecionados para proceder à análise específica proposta para o presente estudo.

Pontua Choay (2006, p.175-203) que a percepção do urbano como patrimônio histórico nasce quando das críticas de John Ruskin às grandes reformas urbanas de Haussmann, ocorridas na Europa no século XIX. Portanto, constitui a contramão do processo de urbanização dominante, mesmo que ainda não estivesse propriamente dirigida à conservação dessas áreas.

No Brasil, os primeiros indicativos de valorização de áreas urbanas como objeto patrimonial ocorreram no início do século XX, porém ainda com uma perspectiva muito semelhante à conservação de monumentos isolados (SANT'ANNA, 2014, p.59). Um passo foi dado quando surgiu a preocupações em manter o entorno e a ambiência dos monumentos arquitetônicos, derivando daí a proteção de conjuntos urbanos. A expressão “entorno” era inicialmente utilizada para designar a “vizinhança” do bem protegido mantendo com este uma relação predominantemente visual, tendo por objetivo garantir a visibilidade dos “monumentos” (NASCIMENTO; CRUZ; VIEIRA, 2013; SILVA, 2007).

Com a expansão do conceito de patrimônio cultural, a ideia de “entorno” do bem protegido passa, então, a associar-se à noção de “ambiência”, conceito mais amplo que evidencia não só os referidos aspectos visuais relacionados às edificações situadas na envoltória (como proporção, relação volumétrica, materiais empregados), mas também aspectos sociais, econômicos e culturais, entendidos

como pertinentes aos bens protegido (NASCIMENTO; CRUZ; VIEIRA, 2013).

Tal debate conceitual pode ser contextualizado, cronologicamente, com o período de crescimento vertiginoso das cidades europeias no pós- guerra, quando ocorreu uma pressão sobre as áreas centrais, desencadeando sua paulatina descaracterização e impulsionando as propostas em torno da refuncionalização das áreas centrais, pioneiramente na Itália. A partir daí, a trajetória das práticas de salvaguarda permaneceria intimamente ligada ao problema da função do conjunto histórico na estrutura urbana, bem como às estratégias que procuravam resolver as contradições entre desenvolvimento e conservação (SANT'ANNA, 2014, p.63-66). Sant'anna (2014, p.60) situa que somente a partir dos anos 1960 a especificidade dos conjuntos edificados e sua autonomia definitiva em relação ao monumento histórico foram incorporadas pela legislação na Europa, de modo mais ou menos generalizado. No Brasil, apesar da influência internacional das cartas patrimoniais que vinham ampliando, progressivamente, a noção de “criação arquitetônica isolada” para conjunto urbano e orientando a destinação e conservação dessas áreas para uma função útil à sociedade (CARTA DE VENEZA, 1964), a visão do IPHAN permaneceu, até a década de 1970, quase imutável: elitista e excludente. Neste contexto, intensifica-se o conflito entre a proteção dos monumentos coloniais isolados e a degradação e descaracterização dos centros históricos, que não eram contemplados pelas políticas de preservação, embora houvesse já algumas cidades alvo de tombamentos.

A partir dos anos 1970 esse panorama começou a ser alterado. Segundo Santos (1986, p.61), já não era mais tão prioritário para o IPHAN tombiar edifícios monumentais, muito mais urgente era manter as cidades vivas, tendo em vista que:

Do jeito que vem sendo praticada, a preservação é um estatuto que consegue desagradar a todos: o governo fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar; os proprietários se irritam contra as proibições, nos seus termos injustos, de uso pleno de um direito; o público porque, com enorme bom senso, não consegue entender a manutenção de alguns pardieiros, enquanto assiste à demolição inexorável e pouco inteligente de conjuntos inteiros de ambientes significativos.

Ressalva Gomes (1995, p.91) que nos conjuntos urbanos, onde não havia proteção legal, “impunham-se as regras da especulação imobiliária e o gosto modernista dos arquitetos”, caso que se pode exemplificar como Bairro do Recife, onde, nos anos 1960, aparecem edifícios que rompem com o gabarito existente,

entre eles: Banco do Brasil, Prefeitura do Recife, CityBank, Bandepe e Sindicato dos Despachantes Aduaneiros (VIEIRA, 2008, p.118) (Figura 13).

Figura 13– Edifícios que rompem com o gabarito do Bairro do Recife, construídos na década 1960.



(1) - Sede do Banco do Brasil; (2) - Prefeitura do Recife ; (3) - CityBank; (4) - Antigo prédio do Bandepe, atual sede do Porto Digital; (5) - Sindicato dos Despachantes Aduaneiros; Fonte: Marques (2016), modificado pela autora (2016).

Na década de 1970, ocorreram os “Encontros de Governadores”¹⁸, onde foram debatidos os caminhos possíveis para administrar a conservação do patrimônio de forma a conter os riscos representados pela urbanização e industrialização que avançavam no Brasil. A partir de então teve início o processo de descentralização das políticas preservacionistas, que resultou na divisão de responsabilidade do IPHAN, de âmbito federal, com as esferas municipais e estaduais, começando a surgir os órgãos de proteção em diversos estados do Brasil, com novas estruturas e legislações.

Na América Latina, essa preocupação com os danos causados às cidades, devido à urbanização e à industrialização, já havia sido levantada pelas Normas de Quito, de 1967, que destacavam com mais ênfase a questão econômica. Esse documento dedica um capítulo à “valorização econômica do monumento” e propõe

¹⁸ Encontro dos Governadores em Brasília (1970) e Salvador (1971), nos quais foram traçadas novas estratégias de preservação e proteção com a participação dos estados. Foram estabelecidos princípios que irão nortear a política de preservação no Brasil a partir dos anos 1970.

“o melhor aproveitamento dos recursos monumentais de que se disponha, como meio indireto de favorecer o desenvolvimento econômico do país”, principalmente de cidades latino-americanas que passavam por um “acelerado processo de empobrecimento” do patrimônio histórico (NORMAS DE QUITO, 1967). Nesse documento, também, se reconhece a importância da função do turismo monumental relacionado à proteção do patrimônio cultural e seu consequente retorno financeiro.

Foi a partir das recomendações da UNESCO ¹⁹ e dos “Encontros de Governadores” que foram estabelecidos princípios que irão nortear a política de conservação do patrimônio no Brasil, a partir dos anos 1970. Um dos pontos fundamentais dessa nova política é a “integração entre esferas de planejamento” (MILET, 1988, p.168), ou seja, ações conjuntas entre planos de urbanização e planos de proteção patrimonial. O papel do conjunto histórico na estrutura e dinâmica da cidade passa a ser um discurso corrente.

Na perspectiva de incluir o patrimônio arquitetônico e urbano nas necessidades socioeconômicas da cidade, passa “a ser central a integração de políticas mais amplas de desenvolvimento” (CASTRIOTA, 2009, p.161). Os planos integrados de conservação são incorporados ao planejamento da cidade e suas políticas devem se adequar à “economia moderna de mercado”, passando do campo estritamente cultural para uma política em que as ações devem potencializar a geração de valor econômico. Essa noção implica em uma revisão dos novos usos conferidos a essas áreas preservadas que, como se aponta a seguir, vão mudar de acordo com a época e objetivo das proposições.

¹⁹ A UNESCO assume, o papel de universalizar as práticas sobre o patrimônio cultural. Segundo Milet (1988), a recorrência a ela, marca o início de uma nova sistemática preservacionista no Brasil; inclusive, porque as ações até então realizadas pelo SPHAN revelaram-se incompatíveis com o processo de internacionalização da economia.

2.1 ABORDAGEM SOCIAL E A FUNÇÃO HABITACIONAL COMO FOCO DE ATUAÇÃO NOS CENTROS HISTÓRICOS NOS ANOS 1980.

No Brasil a política da conservação dos centros históricos, associada ao desenvolvimento urbano foi introduzida a partir de políticas habitacionais, tendo a figura do Estado como protagonista das ações. Um exemplo a ser seguido nesta época era Bologna²⁰, na Itália. Essa experiência representa a “origem” da conservação urbana integrada, cujos princípios foram aplicados durante os anos 1970 e 1980 em cidades italianas e espanholas de modo a manter os moradores nos centros históricos. O resultado das intervenções foi avaliado como “uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular” (ZANCHETTI; LAPA, 2012, p.19).

Tomando por parâmetro as referências e políticas internacionais, diversos planos de conservação para as cidades brasileiras foram voltados para o tratamento dos problemas urbanos e sociais, recaindo o interesse sobre a população residente nestas áreas. Portanto, as propostas nesse período mostravam uma preocupação maior com os movimentos populares, privilegiando os problemas socioeconômicos das áreas históricas, estando em segundo plano o aproveitamento turístico (SANT’ANNA, 2014, p.272).

Santos (1986, p.63) expõe o pensamento da época com a publicação do artigo denominado “Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo”, apesar de suas ideias serem vetadas anos atrás “sob o pretexto de que ofendia os brios da arquitetura nacional”. Segundo o autor:

Temos de agradecer, portanto, às camadas mais pobres. Há quase duzentos anos são os maiores guardiões do nosso patrimônio. Já é tempo de tentar retribuir-lhes o favor, dignificando os espaços em que vivem e trabalham, sem espoliá-los. [...] Usando a preservação ambiental, teriam de levar em consideração os laços entre os espaços e as atividades econômicas e sociais que já suportam antes de pensar no que se deseja para o futuro. Teriam, portanto, de observar com cuidado como é a vida onde querem intervir e entrar no seu fluxo. Isto significa enorme contato com moradores e usuários, esclarecendo-os, levando-os a descobrir

²⁰ O Plano de Bologna apoiou-se basicamente em fundos públicos destinados à conservação do patrimônio histórico, em fundos destinados à construção de casas populares e em acordos com proprietários locais. A principal crítica que se faz a este Plano é o alto custo de sua implantação (DIAS, 2005, p.39-42).

e cultivar os valores do lugar, permitindo que participem das decisões.

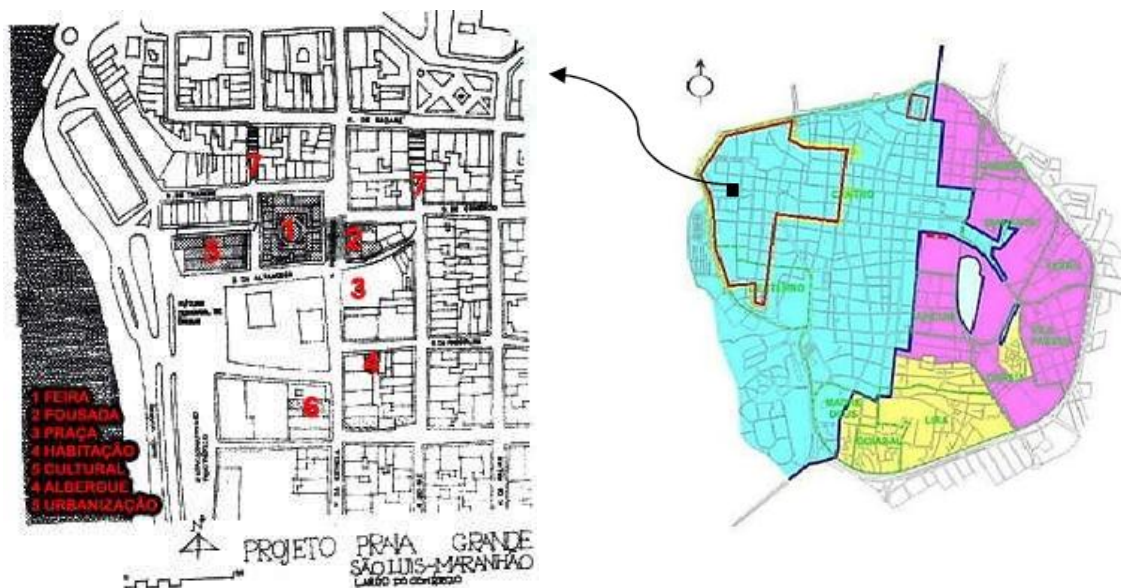
Neste sentido, o autor defendia a fixação da população residente na área histórica e a conservação com participação social nas decisões de intervenção. Essa tendência já podia ser observada em intervenções promovidas pelos governos estaduais em algumas capitais do país.

Em São Luís, por exemplo, a preocupação em conservar o centro histórico, que se encontrava em estado de abandono, ocorre essencialmente no período de 1980 e 1982 por iniciativa do governo do estado. Segundo Vieira (2008, p.232) o projeto implementado, intitulado “Praia Grande”, defendia a manutenção da população de baixa renda residente e demonstrava a preocupação com a participação popular, constituída especialmente pelos feirantes da área.

O centro histórico de São Luís foi tombado²¹ pelo IPHAN em dois momentos: em 1953 e 1974, delimitando uma área protegida de cerca de 90 hectares, onde existem mais de mil edificações consideradas de valor histórico e paisagístico, compreendendo os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão (BOTELHO, 2005, p.66). Porém, a área de atuação do projeto de intervenção não abrangia nem todo o bairro da Praia Grande, limitando-se ao entorno do Largo do Comércio (Figura 14). A ideia era implantar pelo menos um equipamento de cada função apontada como promissora para revitalizar o centro histórico: comércio varejista, o turismo, cultura e habitação. Estes foram implantados, mas não produziram um efeito multiplicador, como um “núcleo de atração”, pois como aponta Vieira (2008, p.236-238), a área degradada do centro histórico possuía uma dimensão muito grande e apenas a intervenção pontual no Largo do Comércio não foi capaz de provocar o efeito catalisador de desenvolvimento.

²¹Posteriormente, em 1986, o Decreto Estadual nº 10.089, tornou protegida uma área ainda maior, com cerca de 160 hectares e aproximadamente 2.500 imóveis, em 1997 é inscrito como Patrimônio Mundial (BOTELHO, 2005, p.66).

Figura 14 – Centro histórico de São Luis (direita) e recorte da área de abrangência do Projeto Praia Grande (esquerda).



(1) - Projeto Paria Grande 1980, São Luis – Maranhão. Fonte: VIEIRA, 2008; (2) - Mapa do centro Histórico de São Luis do Maranhão; Fonte: ANDRADE, 2011.

Outro exemplo significativo deste período é a intervenção no centro histórico de Salvador. Tombado em 1984, desde 1967 já vinham sendo realizadas intervenções na área do Pelourinho, voltadas ao turismo (BRAGA, 2013, p.147). O interesse por ações efetivas de intervenção na área foi retomado a partir de 1985, quando o centro histórico da cidade foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Em 1986, o governo estadual apresenta uma proposta intitulada “Plano de Recuperação para o centro Histórico da Bahia”, o qual se distanciou do que efetivamente foi colocado em prática. De um lado, no discurso dos arquitetos²² responsáveis pela elaboração do plano, estava a preocupação de atrelar a preservação do patrimônio construído com a manutenção da população, através de melhorias no contexto socioeconômico e do fortalecimento do uso habitacional. De outro lado, na prática, os usos ali implantados apontavam o turismo como prioritário já neste momento, em detrimento das problemáticas socioeconômicas

²² Arquiteta Lina Bo Bardi e os arquitetos Marcelo Carvalho Ferraz e Marcelo Suzuki. Em 1986, Lina Bo Bardi, convidada pelo então prefeito de Salvador, volta à Bahia para um novo período de realizações. Seria o segundo momento de Lina na Bahia. O primeiro foi entre 1958 e 1964, do qual se destacam as obras do Solar do Unhão, criado como Museu de Arte Popular, e o próprio Museu de Arte Moderna da Bahia (Ferraz, 2008).

ali presentes. Quanto à forma de intervir, caracterizou-se por ações pontuais, dentro de um perímetro restrito cujo foco centrava-se no Pelourinho, não considerando a totalidade do tecido urbano tombado (BRAGA, 2013, p.148).

Avalia Sant’Anna (2014, p.283-284) que a cidade-patrimônio como instrumento de política habitacional e promoção social praticamente não saiu do plano do discurso, sendo a principal herança deixada uma maior conscientização no âmbito do IPHAN quanto à necessidade de mudar o enfoque do conhecimento tradicionalmente produzido sobre os centros históricos.

Situando o Bairro do Recife neste contexto nacional, verifica-se que o mesmo não participou dos interesses das políticas federais de conservação até o ano de 1996 quando é delimitado, pelo IPHAN, o seu polígono de tombamento. Assim, as primeiras iniciativas²³ de conservação da área vieram do Governo Municipal, através de um Plano de Reabilitação proposto no período de 1986/88.

Porém, antes da elaboração desse plano, surge o Decreto nº 11.692/80 que instituiu toda a extensão do Bairro do Recife como Zona Especial de Preservação Rigorosa (ZEPH), classificando-o como um “conjunto antigo”, separando-o dos demais bairros pertencentes ao centro inicial da cidade. Três anos depois, foi editada a lei de Regulação do uso do Solo – LUOS nº 14.511/83²⁴, reconhecendo três Zonas de Proteção Rigorosa (ZPR) associadas à manutenção da ambiência dos monumentos tombados do Bairro do Recife, como: a Igreja Madre de Deus, Torre Malakoff, Igreja Nossa Senhora do Pilar, Estação e Forte do Brum. A mesma lei delimitou mais sete Zonas de Proteção Ambiental (ZPA), as quais abarcam o entorno dessas zonas rigorosas. Nota-se nesta legislação a recorrência das ideias de entorno e ambiência, uma vez que a proteção do espaço

²³ As ações de revitalização para o centro do Recife já eram realizadas nas propostas das administrações municipais anteriores. O governo do prefeito Antônio Farias (1975/79), sob a orientação do arquiteto Jaime Lerner, introduz a ideia de revitalização do centro com o objetivo de “devolver progressivamente o espaço ao pedestre, da valorização dos pontos de encontro tradicionais e da montagem de uma estrutura de animação permanente”. Posteriormente, na gestão de Krause (1979/82), a ênfase seria a questão da cultura, embora com ações isoladas. Mas é a partir da administração de Jarbas Vasconcellos (1986/88) que “a questão da gestão torna um elemento imprescindível à revitalização de áreas históricas” (LEAL, 1995, p.212).

²⁴ Esta LUOS de 1993 foi criada com forte influencia do Plano de Preservação Estadual de 1978 (Mapa 10 - apêndice) e o Plano de Preservação Municipal de 1981 (Mapa 11 - apêndice). Nas Normas de Quito (1964) aparecem medidas legais que diferenciam graus de proteção na caracterização de zonas, onde “o espaço que ocupam os núcleos ou conjuntos monumentais e de interesse ambiental deve limitar-se” por 1) zona de proteção rigorosa, que corresponderá à de maior densidade monumental ou ambiente; 2) zona de proteção ou respeito, com maior tolerância; 3) zona de proteção da paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circundante (NORMAS DE QUITO, 1967).

urbano ainda é decorrência da presença dos edifícios tombados isoladamente.

Avaliam alguns autores que a expansão da preservação para o conjunto arquitetônico não garantiu a manutenção do Bairro do Recife, uma vez que as legislações criaram bolsões de conservação e, juntamente com o já instalado processo de abandono do centro do Recife, acelerou a degradação do bairro, provocando o desinteresse por parte dos empresários imobiliários (ZANCHETI, 1995, p.103; BOTLER; PEREIRA; JUREMA, 1995, p.37).

Vieira (2008, p.102) também compartilha a ideia de que a legislação agravou o processo de degradação do bairro, porque incluiu como área de “pequeno potencial construtivo”, toda a extensão dos armazéns e mais a área demolida pelo porto. A inclusão dessas áreas portuárias nas zonas de proteção influenciou nos resultados esperados, pois embora o porto já estivesse em declínio, favoreceu esta função e a manutenção de atividades a ele associadas. Assim, não atraiu o interesse do setor imobiliário e demais setores econômicos, resultando, o Bairro do Recife, em uma zona “periférica”, com usos e pessoas consideradas “marginais”.

Uma reportagem do Diário de Pernambuco, publicada em 10 de agosto de 1986, com o tema “Prostitutas mantêm quase virgem bairro do Recife” (Figura 15), retratou a utilização dos edifícios e espaços públicos pelas prostitutas, as quais, segundo a reportagem, contribuíram para conservação e vitalidade do bairro.

Figura 15 - Prostitutas mantêm quase virgem bairro do Recife.



Fonte: Arquivos de Amélia Reynaldo (2013).

Diante desta realidade do Bairro do Recife e da situação política da cidade e do país que passavam “por um processo de redemocratização legitimado através do discurso social” (VIEIRA, 2008, p.121), as orientações desse Plano de Reabilitação estavam voltadas aos moradores ²⁵ que se configuravam, principalmente, por prostitutas, mendigos e favelados “que representavam um símbolo da resistência do bairro” (URB-RECIFE, 1990, p.04). A mudança de imagem seria um resultado alcançado através das articulações de todas as ações empreendidas²⁶, ou seja, não seria a causa das intervenções, mas o efeito de todos os programas e projetos.

Quanto à delimitação da área a intervir, esta era “imposta” pelas condições geográficas da ilha, diferente do que ocorreu em Salvador, onde o Pelourinho era o alvo das intervenções e em São Luís com ação pontual no Largo do Comércio. No Recife, não houve um recorte espacial de atuação do plano, sendo o mesmo estabelecido pela LUOS/83 que definiu a ilha como objeto de proteção, incluindo a área portuária.

Quanto à estratégia adotada, ao tentar trabalhar de forma ampla, com todo o bairro, e também incorporar as atividades portuárias às ações de preservação, tentou-se “o máximo aproveitamento da estrutura funcional e física existente” buscando maior “integração da área portuária com o bairro” (URB-RECIFE, 1990, p.07-08). Porém, essa estratégia não obteve êxito. Na prática, as ações do plano ficaram no campo de recuperação da estrutura física em alguns edifícios isolados e algumas melhorias no espaço público.

A execução do plano enfrentou problemas como: o não reconhecimento da função social da propriedade urbana, que dá margem a especulação imobiliária atuar nos imóveis mesmo abandonados e em ruínas elevando seu preço de compra; dificuldades com propostas de financiamento da política de habitação popular da época; dificuldades em estabelecer parcerias com a classe média e o setor privado; os reduzidos recursos do governo municipal para grandes

²⁵ A participação social na política de intervenção era expressa nas reuniões do Grupo Permanente de Debates realizados pelos técnicos. Essas reuniões junto com o diagnóstico da região determinaram os objetivos, as linhas de ação e os projetos específicos do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife.

²⁶ Em conversa informal com Amélia Reynaldo, uma das coordenadoras deste plano, quando perguntada sobre a mudança de imagem. Conversa realizada no Laboratório de Paisagens Urbanas na UNICAP em agosto de 2015.

investimentos (LEAL, 1995, p.215; URB-RECIFE, 1990, p.08).

A dinâmica do bairro nos anos 1980, relatada por Leite (2007), era dual: uma realidade durante o dia, onde atividades econômicas do porto e a movimentação de pessoas nos bancos e instituições públicas asseguravam uma rotina diária aparentemente igual à do restante da cidade. Outra realidade era à noite, quando as prostitutas e travestis dividiam lugar com mendigos e meninos de rua e, caminhar nas ruas escuras do bairro “era um convite a uma aventura de risco”. Segundo Leite (2007), à noite “o bairro realmente parecia ilhado do resto da cidade”. A Rua São Jorge, nas proximidades do Pilar, continuava sendo um local de moradia dos pobres, com ‘casas’ de madeira e zinco (LEITE, 2007, p.149).

Resultou que, enquanto os projetos e discursos favoreciam os movimentos populares, os empresários perdiam a perspectiva de valorizar economicamente seus imóveis (VIEIRA, 2008, p.123). Com isso, o plano se encerrou em 1988, tendo em vista que não foram criadas expectativas nos atores que poderiam manter a proposta da revitalização em discussão com o novo governo municipal que se iniciava (ZANCHETTI, 1995, p.104). Um dos legados deste plano foi o maior conhecimento, por parte da administração pública, da existência da população pobre na área do Pilar e a criação do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife que desempenhou funções de articulação e mediação de interesses, consequência de modelo de gestão descentralizada. Essa realidade foi discutida, na década de 1990, sob outra estratégia, que não mais enfrentou a questão social do bairro como assunto principal.

2.2 ABORDAGEM ECONÔMICA E OS POLOS DE ATIVIDADE COMO FOCO DE ATUAÇÃO NOS CENTROS HISTÓRICOS DA DÉCADA DE 1990

Na década de 1990 o cenário brasileiro de conservação do patrimônio se transforma, proliferando as propostas de requalificação de espaços públicos e reabilitação de imóveis nas antigas áreas centrais. Para Sant’Anna (2004, p.155-156), o primeiro indício dessa transformação foi proporcionado pela onda de projetos executados nas áreas centrais e sítios históricos de várias cidades nordestinas, como Salvador, São Luiz, Natal, Fortaleza e Recife, e paralelamente, em metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

As intervenções implementadas nesta época, mostraram que o patrimônio era visto como um importante recurso econômico, como instrumento promocional de grande força e uma excelente “porta de entrada” para o desenvolvimento do turismo e negócios. Então, surgiram na esfera federal, impulsionados por essas expectativas de crescimento econômico, vários programas que trouxeram novas fontes de financiamento, colocando na cena patrimonial instituições como a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que passaram a financiar boa parte dessas obras.

Os principais programas que estavam gerindo a questão financeira do patrimônio histórico brasileiro foram: o PRODETUR/NE²⁷ (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste) financiado pelo BID com coordenação do Banco do Nordeste (BNB) e o MONUMENTA com a participação do IPHAN, apoiado tecnicamente pela Unesco, em parceria com o Ministério da Cultura (MinC) e financiado pelo BID²⁸.

Ainda na década de 1990, o “Cores da Cidade” colocou em evidência os centros históricos das cidades participantes do projeto, entre elas Rio de Janeiro, Salvador, João Pessoa, Curitiba, Santos, Fortaleza, Recife. Embora as ações se resumissem a colorir as fachadas dos edifícios que integravam conjuntos urbanos históricos, a imagem renovada dos edifícios teve grande repercussão na sociedade civil através do apoio da mídia.

Entre algumas cidades que possuíam relevância patrimonial, destacamos o Rio de Janeiro e Salvador como aquelas que investiram em programas propostos pelos poderes locais, ressaltando em específico a estratégia de setorização das áreas sob intervenção, o que caracterizou os projetos desse período.

Em Salvador, como já vinha ocorrendo desde a década de 1980, a meta continuou sendo a dinamização do turismo e do comércio no centro histórico, sem a implementação de medidas voltadas para a manutenção de funções centrais ou para o fortalecimento do uso habitacional existente (SANT’ANNA, 2014, p.160-161). Para as intervenções executadas na área, não houve um plano que

²⁷ O PRODETUR/NE foi um programa amplo que incluiu diversos projetos e ações tendo por objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento nacional (VIEIRA, 2008, p.142).

²⁸ O MONUMENTA, por sua vez, tinha como um dos objetivos diminuir a pressão sobre os recursos do governo federal e estimular o setor privado à preservação do patrimônio, selecionando para tanto sítios e conjuntos urbanos considerados prioritários a partir de critérios como a relevância histórico-arquitetônica, a maior ou menor capacidade de atração de apoios e parceiros e a maior suscetibilidade a usos econômicos, culturais e sociais (JUNIOR, 2010).

abarcasse o conjunto antigo²⁹ como um todo, continuando-se a executar ações pontuais no Centro histórico, o qual foi dividido em cinco sub- áreas (Figura 16) delimitadas de acordo com as especificidades patrimoniais e os tipos de usos e dinâmicas urbanas a elas associadas. O IPAC (Instituto do patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) destaca que a escolha das áreas a serem recuperadas teve por critério a importância artístico-cultural dos imóveis e os respectivos estados de arruinamento e degradação. Para Braga, houve direcionamento do foco de atuação das ações de intervenção a uma porção restrita dentro da poligonal de tombamento cuja delimitação foi pautada pelos espaços públicos de grande visibilidade³⁰ entendidos como “chamariz turístico” (BRAGA, 2013, p.57-152).

A autora critica a visão segmentada do Programa de Recuperação do Centro Histórico, na medida em que a área de atuação permanecia concentrada na recuperação do Pelourinho, mantendo a visão setorizada desta parcela do território, tanto em relação à cidade como um todo, quanto dentro do próprio centro histórico (Figura 17). Isto teve como consequência o contraste entre os diferentes setores e em relação ao entorno, ainda degradado, adquirindo a característica de “fragmento urbano”, quando, ao contrario, deveria representar “uma paisagem única” (BRAGA, 2013, p.151/210).

²⁹ O centro antigo de Salvador corresponde a uma área maior, delimitada pela lei municipal nº 6.586 de 2004, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador (PDDU), que engloba onze bairros em aproximadamente 7km², sendo eles: Centro, Barris, Centro Histórico, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Comércio, e Santo Antônio e Carmo. Este território foi definido para fins de estudo e elaboração do Plano de Reabilitação, considerando como área de abrangência o tecido urbano além dos limites do perímetro tombado (Centro Histórico de Salvador). Tal escolha deu-se devido à constatação de que a maior parte dos problemas socioeconômicos da área estavam instalados no entorno do Centro Histórico (ÁREA, 2016).

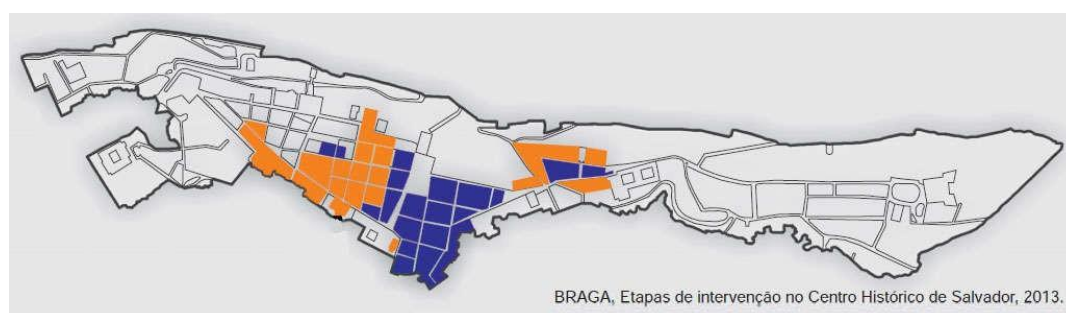
³⁰ O Porto Marítimo localiza-se na cidade baixa assim como as casa de comerciantes atacadistas. Por outro lado, na cidade alta, onde esta o Pelourinho era composto por praças públicas, edifícios administrativos coloniais, atividades de comércio (BRAGA, 2013, p.85).

Figura 16—Limite do Centro Histórico de Salvador e suas Subáreas.



A01 e A02 - Estão monumentos importantes, predomina o comércio formal. **B03** - Núcleo central inicial corresponde ao conjunto arquitetônico mais antigo da cidade, é foco principal da atividade turística. **C04 e C05** - Intenso uso residencial.
 Fonte: BRAGA, 2013, p. 89-90/161.

Figura 17—Etapas de intervenção do Programa de Recuperação do Centro Histórico.



(AZUL) - Primeira etapa realizada entre os anos de 1992 e 1995; **(LARANJA)** - Segunda etapa realizada entre os anos de 1995 e 2007. Fonte: BRAGA, 2013, p. 156-157. Modificado pela autora (2016).

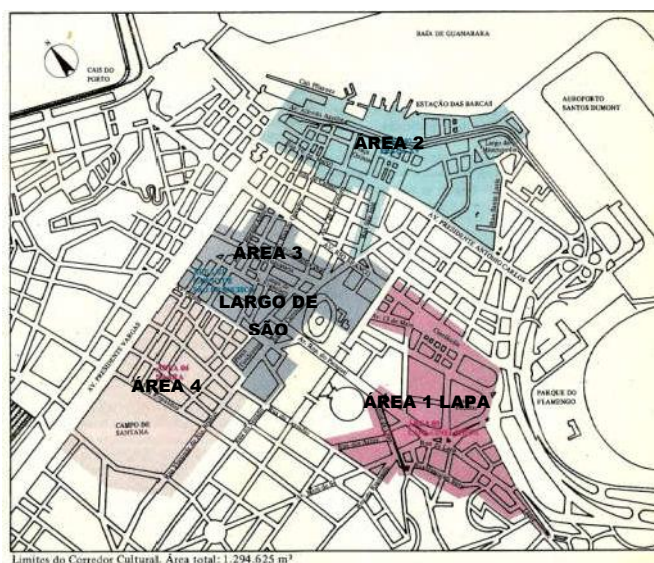
Essa estratégia de intervir em setores também foi adotada no Rio de Janeiro, com o projeto denominado Corredor Cultural³¹. Ocorre que o Centro Histórico do Rio de Janeiro já é dividido em duas partes: entre o centro de negócios “fabril” e o centro “próximo à zona portuária”, situação decorrente da construção da Avenida Presidente Vargas, na década de 1940. Enquanto o primeiro recebeu mais investimentos e programas específicos para a conservação do patrimônio, como o Corredor Cultural, o segundo tornou-se pouco valorizado, entrando em um forte declínio socioeconômico e em um avançado grau de degradação, com o empobrecimento da população residente³² (SOARES e MOREIRA, 2007, p.106).

³¹ Aprovado pela Lei n. 506 de 17/01/1984, que reconhece o Corredor Cultural como zona especial do centro histórico do Rio de Janeiro.

³² ³¹ Especialmente, os bairros portuários foram cercados pela grande avenida e seu muro de edifícios, e pelo Viaduto da Perimetral (demolido em 2015 para acomodar as obras da Olimpíadas de 2016), fazendo com que perdessem a conexão com a cidade e a sua visibilidade, tendo como

Por sua vez, o projeto Corredor Cultural propôs a conservação do conjunto arquitetônico antigo vinculado à inserção de novas construções, associadas a estratégias de incentivo de atividades culturais e de recreação, para minimizar os efeitos do esvaziamento da área central. As áreas escolhidas (Figura 18) foram as imediações do Largo de São Francisco, Lapa – Cinelândia, Praça XV de Novembro e o SAARA (CORREDOR CULTURAL, 1989).

Figura 18–Setores do Corredor Cultural.



Fonte: Cartilha corredor Cultural, 1989, p.09. Modificado pela autora, 2016.

De acordo com a cartilha do corredor cultural, a proposta de divisão em quatro áreas “teve um motivo lógico e operacional”. Além de considerar que, “para o planejador estabelecer fronteiras é uma conveniência de trabalho”, a zona especial de intervenção apresenta limites que contrastam com o seu entorno, tanto nos usos, atividades, arquitetura e ambiência (CORREDOR CULTURAL, 1989, p.10).

No setor Lapa-Cinelândia (área 01) é marcante a variação volumétrica e a

consequência o isolamento urbano (SOARES e MOREIRA, 2007, p.106). Para esta área portuária, foi proposto o Projeto SAGAS. Embora concebido nos mesmos moldes do Corredor Cultural, este Projeto se concentrou mais na definição de parâmetros para a ocupação – por meio da elaboração de legislação de uso do solo – do que na conservação do ambiente construído. Isso porque, diferentemente do primeiro, compreendia uma área em que havia ainda muitos terrenos vazios e prédios sem valor histórico. A zona portuária do Rio de Janeiro há pelo menos duas décadas tem sido objeto de propostas de renovação ou revitalização. A licitação para o arrendamento do Píer Mauá ocorreu em 1997 e foi vencida por um consórcio de empresas de engenharia (COMPANS, 2004).

presença de atividades culturais, políticas e de diversão. A Praça XV (área 02) tem um interessante valor paisagístico e uma arquitetura religiosa e civil o que “dá certo tom de nobreza” a esta área. Dentro da variedade de arquitetura se de espaços estão abrigados usos financeiros, institucionais, culturais, religiosos, comerciais e sociais. O espaço urbano do Largo de São Francisco (área 03) e SAARA (área 04) “destaca-se do resto da cidade pela permanência da sua geométrica repartição dos lotes e os vazios aí recortados” e, por isso estas duas áreas foram ‘agrupadas’ devido as suas características arquitetônicas, ambientais e funcionais similares. Além disso, o que define a característica deste conjunto arquitetônico, do início do século XX, é o comércio diversificado, principalmente varejista, contribuindo também para a “vitalidade” da área as atividades recreativas e de lazer mantidas através dos restaurantes, cinemas, gafieiras e bilhares (CORREDOR CULTURAL, 1989, p.10-20). Embora tratada por fragmentos, os mesmos parecem ter sido fruto de uma análise prévia que justifica, do ponto de vista formal e funcional, a compartimentação feita.

Verifica-se que essa estratégia de tratar o conjunto urbano histórico em setores estava sendo corrente nesta época, como foi demonstrado nos exemplos de Salvador e Rio de Janeiro. No caso do Bairro do Recife, o mesmo vai ser identificado na intervenção regulada pelo Plano de Revitalização que seguia a linha da dinamização do turismo e do lazer na região. Nesse caso, os setores foram designados como “pólos”, incorporando a ideia de atuarem como catalisadores de desenvolvimento atribuindo novos usos e novas dinâmicas urbanas ao local. A princípio, como vimos no capítulo 1, são estabelecidas três áreas em todo bairro (revitalização, renovação e consolidação) e delimitados três principais pólos de atividade: Pólo Bom Jesus, Alfândega e Pilar.

Ao contrário das ações empreendidas no Pelourinho, cuja delimitação do setor de intervenção configurou um único centro de atração, ou seja, um epicentro dentro da área histórica, no Bairro do Recife, a proliferação de pólos de atração resultou em uma área policêntrica, se assemelhando à estratégia implantada no Rio de Janeiro que, no entanto, tinha escalas maiores de intervenção.

Algumas diferenças podem ser pontuadas na estratégia “policêntrica” do Rio de Janeiro e do Recife. Na primeira, foram delimitadas áreas maiores de intervenção, o que possibilitou observar a “ambiência”, os usos e atividades diversificados, os quais foram estimulados possibilitando maior dinamismo de usos e pessoas. Isso

não transformou, necessariamente, cada setor em uma 'centralidade' dentro do centro do Rio de Janeiro. Já no Bairro do Recife, o objeto era a ilha geograficamente delimitada, e sendo as áreas de intervenção traduzidas em "pólos de atividade" que objetivavam o crescimento econômico, o resultado foi a especialização funcional, causando pontos focais que destoavam da "ambiência", do entorno imediato. O termo "pólo" foi introduzido neste momento e se faz necessário explorar e entender esse conceito.

Considerando esta estratégia adotada pelo plano para o Bairro do Recife, é importante resgatar a noção de pólos de desenvolvimento e de crescimento estabelecida, inicialmente, pelo economista francês François Perroux (1960) que desenvolveu a teoria do pólo de crescimento aplicada, primeiramente, na análise da dinâmica industrial (LAGO, 2010).

O pólo, para ele, é o centro econômico dinâmico de uma região cujo crescimento exerce influência sobre seu entorno, de forma que o desenvolvimento regional estará sempre ligado ao do seu pólo (apud ANDRADE, 1967, p.64-66). Essa abordagem cria um desequilíbrio em relação às áreas vizinhas, porque parte da concentração em certo ponto e, a partir daí, propaga-se. No entanto, o crescimento econômico não se propaga de forma difusa pelo espaço (ANDRADE, 1967, p.62; Lago, 2010, p.29).

Perroux (1960) aponta para a distinção entre os termos crescimento e desenvolvimento. Para ele, os pólos de crescimento não se identificam necessariamente como pólos de desenvolvimentos. Conforme Andrade (1987, p.64), Perroux compreendia que "[...] o desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável seu produto real, global [...]". Ou seja, para que haja desenvolvimento é necessário que se favoreça e inclua a população envolvida nas dinâmicas dos pólos.

Já a noção de pólo de crescimento, está ligada diretamente à ideia de crescimento econômico. Segundo Andrade (1967, p.64), o crescimento "existe apenas quando há um aumento do produto global e, conseqüentemente, da renda "per capita", sem fomentar transformações sensíveis às estruturais locais.

Sendo assim, um pólo de crescimento aconteceria com a expansão econômica, em contraste com o pólo de desenvolvimento, que agrega o fortalecimento da

população, colocando em evidência a importância da complementariedade dos projetos, além do crescimento econômico (LAGO, 2010, p.30).

Para Lipietz (1988), os pólos que não funcionam como integradores, são pólos de dissolução, o qual denomina de “pólos de subdesenvolvimento” (apud LAGO, 2010, p.30). Assim, podemos reforçar a ideia de que crescimento econômico por si só não faz de qualquer pólo, um pólo de desenvolvimento.

Estes aspectos conceituais são debatidos amplamente. Existem autores que criticam e complementam a teoria dos pólos, entre eles, Coraggio (1985). Para este autor, a teoria dos pólos de Perroux busca efetivamente o desenvolvimento de “pólos” e dos grupos sociais (associados aos pólos) e exclui da teoria os elementos ideológicos e/ou políticos, para tentar mostrá-la pura. Ou seja, expõe somente o conjunto de relações técnicas, escondendo assim a ideologia da classe dominante (apud BENEVIDES, 2013, p.37).

Porém, nosso objetivo em trazer as reflexões de Perroux não é esgotar o assunto sobre o tema da polarização, mas nos apropriar dessa ideia dos pólos para tentar entender os resultados dos planos de requalificação urbana que tiveram por estratégia a fragmentação das áreas, em particular, o Bairro do Recife onde a ideia de “pólo” foi claramente adotada.

Embora o autor tenha construído a sua teoria em função da indústria motriz, podemos entender que os pólos provocam modificações profundas na estrutura espacial local quando não são gerenciados para se tornarem pólos de desenvolvimento. Este instrumento poderá desarticular a região e gerar pólos de subdesenvolvimento.

A nossa preocupação recai, no caso brasileiro, quando o local é patrimônio cultural, pois além da desarticulação com a população local – geralmente carente - pode ocasionar a desarticulação dos laços afetivos com o próprio patrimônio. A ênfase no crescimento econômica em detrimento do desenvolvimento integrado do local e da população resulta que os agentes beneficiados serão essencialmente externos ao meio, como grandes empresas multinacionais e bancos financiadores e, dificilmente, a população local é a própria empreendedora dos negócios implantados.

No caso do Bairro do Recife, é claro o viés econômico dos pólos de atividade. Segundo a LEI 16.290/97 os pólos são “auxiliares à revitalização dos Setores de

Intervenção, para promoção de atividades urbanas que conjuguem investimentos públicos e privados na ZEPH-09” (LEI 16.290/97, p.16-17), deixando explícito o interesse de atrair investimentos e, não necessariamente, a recuperação do patrimônio ou a integração da população ali residente.

Braga (2013, p.195) identifica que as áreas de abrangência dos pólos são tratadas de forma independente, dirigidas a usos e usuários específicos, num processo de delimitação e distinção dos espaços que está vinculado à especialização funcional do turismo. Segundo Andrade (1967, p.67), podemos pensar o turismo funcionando como ‘atividade motriz’, analogicamente à indústria motriz da teoria de Perroux, porque, naturalmente, provoca uma hipertrofia dos serviços, através da ampliação de certas atividades vinculadas a tal atividade.

A proposta para o Pólo Bom Jesus, por exemplo, objetivava a criação de um “shopping aberto” através de incentivos fiscais, marketing e parcerias (VIEIRA, 2008, p.133). Tinha-se a intenção de que a área “fosse reconhecida como projeto completo em si mesmo” e, para isso, seria dado um tratamento arquitetônico e paisagístico único, (Prefeitura do Recife, 2001, apud BRAGA, 2013, p.189) reforçando ainda mais a intenção econômica do instrumento de gestão e o caráter delimitado e fechado do pólo.

Essa intenção de aparentar o pólo “completo em si mesmo”, provocou o funcionamento do Bom Jesus de forma autônoma do seu entorno devido à forma de tratamento dissociada e ao estímulo de atividades independentes e desarticuladas, o que, para Braga (2013, p.189/210), não garantiu a sua autonomia.

A delimitação das áreas de intervenção através de ‘pólos de atividades’ permitiu reconhecer claramente as áreas alvo dos projetos de revitalização e o direcionamento dos investimentos, ficando mais evidente nos pólos Bom Jesus e Alfândega. Isto intensificou os contrastes no Bairro do Recife, agravados ainda mais pela situação do uso habitacional direcionado exclusivamente para a população pobre, ocasionando diferenciação entre a conservação das edificações e espaços públicos destinados ao uso turístico e aqueles ocupados pelos habitantes remanescentes.

Estes aspectos abordados indicam a vinculação entre os “pólos” e a “fragmentação” do território do bairro, que já vinha sendo fraturado com

intervenções anteriores. Seja em relação à cidade, perante a qual o Bairro do Recife foi diferenciado como área histórica e transformado em uma atração turística, seja no entendimento como “conjunto histórico”, a operacionalização das intervenções se traduz de maneira setORIZADA e excludente. As interferências sobre os aspectos espaciais, visuais, sociais e funcionais implicam nas transformações impressas ao conjunto urbano e acarreta nas transformações de apropriação e simbolismos da área histórica (BRAGA, 2013).

Porém, para avaliar os resultados gerados por essa estratégia de intervenção, se considera necessário explorar o conceito de fragmentação socioespacial, associando este à dualidade entre espaços opacos e luminosos trabalhado pelo geógrafo Milton Santos.

2.2. FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

O objetivo principal deste tópico não é a definição do conceito em si, mas explorá-lo para alcançar o objetivo de entender quais as causas e consequências da fragmentação socioespacial aplicada na lógica da produção do espaço no Bairro do Recife.

As diferentes abordagens sobre a fragmentação estabelecem uma relação entre as dinâmicas espaciais e a metropolização, globalização e os processos de “estouro” da unidade social urbana (CHETRY, 2014). A adjetivação “socioespacial” associada à fragmentação qualifica o tipo de relação que tende ao rompimento entre grupos sociais economicamente distintos e a compreensão do espaço como condição/meio da reprodução social (POZZO, 2015, p.36/37).

A noção de ruptura socioespacial aproxima os processos de fragmentação e de segregação, mas apesar de parecerem termos similares, eles apresentam particularidades e se manifestam de maneira diferente, tanto na dimensão espacial quanto na social. No plano do espaço eles se articulam, revelando conflitos e tensões. É importante ressaltar que a fragmentação não substitui a segregação.

Chetry (2014), baseado em Navez-Bouchanine (2001), entende que a segregação não impede a percepção da cidade como uma entidade geográfica coerente e não

põe em causa o conjunto, já a fragmentação compromete a própria ideia de cidade como unidade na diversidade dá ideia de ruptura materializada no espaço. Para Prévôt-Schapira (1999, apud CHETRY, 2014, p.64), a fragmentação significa a perda da qualidade de “integração” da cidade.

Dessa forma, a fragmentação é entendida como rompimento e descontinuidade, ela impõe a ruptura da unidade e a desconexão com a diversidade plural da cidade, altera a estruturação urbana e as práticas sociais de seus moradores.

Mas, o que provoca a fragmentação socioespacial? Adotam-se as análises de Santos (2015, p.103-111) cuja resposta está na subordinação da produção do espaço aos interesses das grandes empresas ou grupos hegemônicos, impondo interesses externos ao cotidiano local, ignorando as características do meio.

Nesta ótica, os agentes sociais da produção do espaço fragmentado são atores hegemônicos, e em muitos casos, com conivência do Estado, constatação que leva a identificar uma maior participação do poder privado e menor participação dos moradores e sociedade civil nas decisões sobre a produção do espaço. Sendo assim, o espaço fragmentado é o resultado do conflito entre uma organização coercitiva, baseada em relações hierárquicas, na imposição e homogeneização, guiadas por parâmetros exógenos; e o exercício da espontaneidade, baseado em possibilidades reais de um momento histórico e guiado por necessidades locais (SANTOS, 2013, p.33).

A imposição coercitiva representa, portanto, o poder das ações hegemônicas no exercício do controle do espaço. A junção de ‘espaço e poder’ está estritamente relacionada com a formação de “território”, por isso, antes de prosseguir, é conveniente fazer uma breve pausa para apresentar este conceito.

Souza (2005; 2015) considera o território, fundamentalmente, como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. O conceito de poder aqui é entendido na dimensão das relações políticas, “corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas agir em uníssono, em comum acordo”. Jamais é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. (ARENT, 1983 apud SOUZA, 2015, p.80) Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social configurada no espaço. O poder é exercido em um território e, muito frequentemente, por meio de um território (SOUZA, 2015, p.78).

Ainda segundo Souza (2015, p.87), “Não há influência que seja exercida ou poder explícito que se concretize sem que seus limites espaciais, ainda que às vezes vagos, igualmente sejam menos ou mais perceptíveis”. Sendo assim, as fronteiras e limites do território podem ser “invisíveis”, não tangíveis, e muito menos palpáveis, mas existem.

Souza (2015, p.89), ao colocar em primeiro plano a dimensão política das relações sociais na formação de territórios, não exclui a materialidade do espaço, nem a dimensão cultural-simbólica da sociedade. As motivações para se conquistar ou defender um território podem ser fortemente de cunho cultural ou econômico, não necessariamente de ordem “estritamente” política.

Portanto, os territórios são vistos como um “campo de força”, que só existe enquanto durar as relações sociais das quais eles são projeção, “podendo ser criados e desfeitos ciclicamente, ter duração efêmera e nem chegar a deixar marcas na paisagem”. Em muitos casos, segundo o autor, o uso intensivo e ostensivo de práticas espaciais, como restrição de acesso e locomoção, manuseio de signos inscritos na paisagem, resignificação de ‘lugares’, modificação de fronteiras, e assim sucessivamente, envolvem a instrumentalização e a alteração do território (SOUZA, 2015, p.89-97).

Ao entender a formação do “território” podemos trazê-lo para nosso âmbito de estudo, relacionando-o com a fragmentação na produção do espaço, ou seja, a seleção e delimitação de subespaços, a partir da imposição de poder de algum grupo social dominante, que se fundamenta em representações sociais homogêneas e altera a estruturação urbana.

Naturalmente, a estrutura urbana vai mudando com a sociedade. Segundo Santos (2015, p.80-81), as atribuições de funções e valores são redefinidas a partir das necessidades e características de uma época. No entanto, as práticas impostas por grupos hegemônicos impõem bruscamente a alteração no cotidiano, atribuindo seus próprios valores, vinculados a seletividade de funções e usos do subespaço destacado.

A especialização funcional realça o valor econômico desses subespaços e é capaz de rentabilizar uma produção. Refere-se a “produtividade espacial”, noção que se aplica a um espaço, mas em função de uma atividade ou conjunto de atividades que tornam o espaço lucrativo (SANTOS, 2014, p.49). Estas ações

propiciarão uma revalorização capitalista do espaço, com o valor de troca esmagando o valor de uso (SOUZA, 2015, p.126). Trata-se de uma racionalidade que não tem outra razão, a não ser o lucro, a preocupação única e exclusiva de rentabilizar o subespaço escolhido com uma função “hegemônica”, sem a preocupação maior com o que já existia ali (SANTOS, 2013, p.73). São as condições artificiais, criadas racionalmente para determinado fim, que sobressaem das condições existentes (SANTOS, 2014, p.49).

Entendemos melhor essa problemática do “território de poder” ao contrapô-lo com o conceito de “lugar”, entendido “como um espaço percebido e vivido, dotado de significado” (SOUZA, 2015, p.114). Na prática, os espaços nos quais pensamos quase sempre são lugares por serem dotados de significado, de afetos e relações cotidianas.

Porém, Souza (2015, p.119-120) ressalta que o fato de uma identidade socioespacial ser forte não a ‘imortaliza’. Cita autores como Harvey (1996) e Massey (1994) que criticam o caráter conservador de “identidade congelada” e defendem os lugares possuidores de “identidades fluidas e mutáveis”. Podemos estabelecer uma ligação entre essas “identidades fluidas e mutáveis” dos lugares com a estratégia de homogeneização do espaço pertinente ao “capitalismo contemporâneo”, a qual, ao mesmo tempo em que “impessoaliza” e massifica - espaços delimitados - também gera o que Souza chamou de reações psicológicas, a necessidade de familiarizar-se a certos espaços tornando-os lugares. Por mais que a vivência deles traga as marcas da velocidade e da falta de intimidade, como por exemplo, o restaurante multinacional, o parque temático da Disney ou o shopping Center, há uma necessidade humana de “lugarização”³³, de tornar familiar e dotar de significado e carga afetiva as porções do espaço com as quais mais se interage (SOUZA, 2015, p.124), que passa a ser lugar.

Mesmo assim, isso não oculta o caráter prejudicial de subjacentes recortes e delimitações espaciais estabelecidos de acordo com critérios “objetivos”, direcionados a determinado fim lucrativo, como por exemplo, espaços definidos por especialistas ou planejadores a serviço do Estado para abrigar uma centralidade turística. Esses espaços não apenas podem ser “artificiais” e forçados, por não gerarem empatia naqueles que deverão ser seus usuários, ou até mesmo naqueles moradores já existentes, mas podem vir a ser obstáculos e fatores de

³³ Lugarização é a analogia de territorialização (SOUZA, 2015, p.123).

conflito, por desrespeitarem identidades socioespaciais construídas ao longo de gerações (SOUZA, 2015, p.118).

Assim como os territórios, os lugares só existem enquanto durarem as relações sociais das quais são projeções espacializadas. Mas, no caso do lugar, o fato da dimensão do poder não estar em primeiro plano, o que não significa que a mesma seja inexistentes. Um 'lugar' pode ser perceptivelmente um 'território', isso tem haver com o fato de que às identidades socioespaciais se associam com as relações de poder espacializadas, em que se nota a finalidade de defender as identidades e um modo de vida (SOUZA, 2015, p.116).

Pode ser considerado um exemplo de "lugar" como "território", no sentido de defesa da identidade, o surgimento do pólo não-oficial que se desenvolveu na Rua da Moeda, no Bairro do Recife, à revelia do Plano de Revitalização que "oficializou" o pólo da Rua do Bom Jesus. O "Pólo Moeda" nunca existiu nos planos de revitalização, estando inserido em uma área mais ampla do Pólo Alfândega, mas se tornou "um caso de ocupação espontânea" uma vez que "nele, subvertiam-se quase todas as sociabilidades que não podiam ocorrer em outras áreas do bairro" (LEITE, 2007, p.260 - 261).

O "pólo Moeda" também conseguiu revitalizar um espaço do bairro, imprimindo sua própria dinâmica de usos, da mesma forma como ocorria no Bom Jesus, as fronteiras do "pólo Moeda" também circunscrevia e definiam um estilo de vida que só poderia ser vivenciado naquele espaço. No entanto, essas fronteiras tinham outros parâmetros de inclusão e exclusão, quando comparadas às do Bom Jesus (LEITE, 2007, p.267).

Ao contrário do "Pólo Bom Jesus", onde os usuários foram atraídos devido à intervenção urbana realizada (LEITE, 2007, p.261), o "pólo Moeda" decorreu da ressignificação social daquele espaço pelo seu próprio usuário que o tornaram realidade. Assim, na Rua da Moeda, ocorreu o que Souza (2015) chamaria de "relugarização" que passa pela atribuição de novos significados aos lugares.

Aqui cabe situar os conceitos de "relugarização" e "deslugarização" utilizados por Souza (2015, p.115-126). A "relugarização" pode ser feita através de representações da paisagem; de novas adjetivações; de revisão da história e toponímia, visando valorar de forma positiva a identidade de um lugar. Porque, como vimos, é um processo natural, orgânico, de atribuição de valores que vai

mudando com a necessidade e características de uma época, guiada por necessidades locais.

Em oposição, há o tipo de “relugarização” que se comporta como uma “deslugarização” opressora: um espaço deixa de ser um bairro popular para ser adjetivado como “degradado”, “deteriorado”, com indicativo de que precisa ser “revitalizado” (SOUZA, 2015, p.125-126). Este procedimento é próprio de um discurso técnico que “deslugariza” para facilitar a “desterritorialização”, um discurso que desqualifica um determinado espaço em nome de uma “requalificação espacial” de modo a justificar uma intervenção do Estado e do capital, “fazendo de conta” que não há ali gente, cultura e história (SOUZA, 2015, p.126). É um tipo de “relugarização” forçada, coercitiva, imposta e guiada por parâmetros exógenos ao local.

Em suma, depreende-se que a “lugarização” pode ser entendida como um processo espontâneo, à medida que a sociedade necessita se familiarizar com espaços de maior interação, mesmo que de início eles se comportem como “não-lugar”³⁴. No entanto, à medida que exista inicialmente a “deslugarização” opressora, que anula o lugar existente para depois haver a “lugarização”, neste sentido, esta ação se torna manipulada e induzida, principalmente quando associada aos parâmetros efêmeros da globalização.

QUADRO 07 – SÍNTESE EXPLICATIVA

LUGARIZAÇÃO	Ação que atribui valores a um “não-lugar”
RELUGARIZAÇÃO	Ação espontânea de atribuir novos valores a um lugar existente
DESLUGARIZAÇÃO	Ação imposta de atribuir valores para desqualificar um lugar, e assim facilitar a sua desterritorialização.

Fonte: SOUZA, 2015, p. 111-134.

Retoma-se, então, o conceito de “fragmentação” entendido como ruptura e descontinuidade socioespacial, como desconexão da diversidade plural da cidade

³⁴ Um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, como por exemplo: aeroporto, supermercado, parques temáticos (AUGÉ, 2012, p.73).

que altera a estruturação urbana e as práticas sociais. A fragmentação pode ser resultado das já referidas ações de “deslugarização” como instrumento da “requalificação espacial” que visa, muitas vezes, conduzir a formação de um “território” sobre um “lugar” - dotado de identidade e significados particulares-, que ora são aniquilados, ficando apenas o espaço, ora sobrevivem em fragmentos inseridos na realidade imposta pelo poder.

Quanto mais racional for a ação imposta por atores hegemônicos à revelia do que pensa e sente a população, menos respeito haverá pelo “lugar”, fragmentando espaços simbolicamente referenciais ou misturando coisas identitariamente heterogêneas ou incompatíveis. Essa ação funcionará, então, como um elemento perturbador, gerador de conflitos nas relações entre os indivíduos e o lugar, entre práticas, usos e funções do espaço e o sentimento de pertencimento e de identificação.

Santos (2015, p.114) considera que tanto o “território” quanto o “lugar” são “esquizofrênicos”, porque de um lado acolhem os vetores da globalização que neles se instalam para impor sua nova ordem e, de outro lado, neles se produz uma contra ordem personalizada nos “excluídos” e “marginalizados”. Isto porque a ação hegemônica se propaga de modo heterogêneo no espaço e, portanto, deixam de coexistir outras racionalidades, ou “contra-racionalidades” (SANTOS, 2015, p.114-115).

Esta situação se agrava ainda mais quando a “fragmentação” ocorre sobre um “lugar” com forte patrimônio cultural, pois ao romper com a diversidade existente compromete a construção social e cultural que justifica a conservação do próprio patrimônio, fato já identificado no Bairro do Recife por autores como Leite (2007) e Braga (2013) que exploraram tal fenômeno relacionando-o, especificamente, com o Plano de Revitalização de 1990. Porém, **as recentes propostas para o bairro conduzem o retorno reflexivo sobre estes conceitos e processos, possibilitando identificar qual é a realidade sobre a qual incidem as novas proposições de requalificação, adotando a premissa de que as anteriores ações hegemônicas não se propagaram de forma igual para todos os subespaços do bairro, fragmentando-o.** Para aprofundar esta análise toma-se por referência Milton Santos (2013), quando remete à formação de ‘espaços opacos’ e ‘espaços luminosos’ no âmbito urbano.

2.4 ESPAÇOS OPACOS E LUMINOSOS

O entendimento sobre o processo da fragmentação socioespacial e suas consequências está, para nós, estritamente relacionado com a ideia de Milton Santos (2013; 2015) sobre espaços opacos e luminosos. Do ponto de vista da composição quantitativa e qualitativa do espaço, haveria, segundo Santos (2013), áreas de maior densidade cuja constituição é mais marcada pela ciência, tecnologia e informação, chamadas de luminosas. Estes seriam os “espaços da racionalidade”, mais susceptíveis à racionalização dos diversos atores e, desse modo, incorporados plenamente às correntes de globalização (SANTOS, 2013, p.48-49). Os espaços luminosos são expressões da intencionalidade que preside sua criação, são detalhadamente preparados para exercer funções mais precisas, tendo, consequentemente, o seu valor específico realçado (SANTOS, 2013, p.72-73). Nessas condições, a tendência é a predominância dos interesses corporativos sobre os interesses públicos quanto ao seu desenvolvimento econômico e social local (SANTOS, 2015, p.107).

Em oposição aos luminosos, o autor define os espaços opacos, que seriam orgânicos e, por isto, efetivamente espontâneos, abertos e do aproximativo. Complementa Ribeiro (2012, p.68): “São espaços com menos técnica e mais inventividade, com menos dominação e mais domínio”. Santos ainda os caracterizam como praticamente vazios de ciência, tecnologia e informação, sendo, por isso, concernentes a lentidão que se contrapõem à vertigem e exatidão características daqueles luminosos. Entre esses extremos, opaco e luminoso, haveria também uma infinidade de situações intermediárias (SANTOS, 2013, p.48-79).

Quando Santos (2014; 2015) cita os homens lentos associados aos espaços opacos, ele refere-se, principalmente, aos mais pobres, àqueles que ficam a margem da aceleração do mundo globalizado. Em oposição, os homens rápidos, próprios dos luminosos, são aqueles envolvidos com ações hegemônicas.

Leite (2007, p.295-296), de forma simples, marcou a diferença entre estes dois tipos de espaços no Bairro do Recife, ao descrever a existência da *calçada-sombra* contrapondo-a com a *calçada-luz* da Rua do Bom Jesus. Neste caso, “a *calçada-luz* se destinava aos turistas e a quem podia frequentar os bares e restaurantes” implantados ali por força do Plano de Revitalização, enquanto “a

calçada-sombra passava a ser território livre para quem da primeira era excluído”, como os próprios moradores do bairro e pedintes. Esses distintos usos das calçadas é, para o autor, uma tentativa de demarcar e territorializar relações de poder, revelando contrastes ainda mais complexos.

Essa referência aos usos diferenciados das calçadas do Bairro do Recife exemplifica também a assimetria no tratamento dado aos subespaços objetos de uma “requalificação espacial”, materializado nos “pólos de atividade”, os quais foram iluminados, priorizando os usos de bares e restaurantes, enquanto outros espaços, excluídos, permaneceram em sua opacidade com seus usos considerados “marginais”. O discurso que sustenta este tipo de estratégia é baseado na lógica de criar novas dinâmicas transformadoras desconsiderando que os espaços que delas resultam aprofundam a fragmentação socioespacial.

Dialogando com Souza (2015), de uma forma geral, pode-se perceber que esses programas e projetos de “renovação urbana”, e em especial o Bairro do Recife, utilizam-se da “deslugarização” e se instalam em tecidos urbanos sempre apontados como degradados, perigosos, desajustados e incômodos. Complementa Sánchez (2004, p.29) que estas se superpõem, em geral, a “áreas de antigas fábricas, frentes marítimas ou armazéns em velhas áreas portuárias, agora refuncionalizados e revitalizados para formar novos complexos de consumo em sintonia com os padrões culturais dominantes”, e assim, iluminados. Que são, na verdade, diante a cidade, fragmentos urbanos transformados em nós de atividades e fluxos econômicos, somado aos espaços da chamada oferta cultural: museus e centros de lazer.

Avalia Ribeiro (2012, p.67) que nos programas e projetos de ‘renovação urbana’ as ações hegemônicas são capazes de seduzir o olhar sobre os espaços luminosos oferecendo materializações imediatas e indícios da visão de mundo desejado e desejável. São percebidos como aqueles da valorização, “da vida plena, *clean* e justa”, envoltos de beleza e do que há de mais moderno.

Junto a isso, está a compreensão da influência crescente da imagem urbana como linguagem sintética do urbano, isto é, aquela linguagem que consegue expressar, de forma convincente, aspectos selecionados da vida urbana e da materialidade da cidade. Complementa Sánchez (2004, p.35; 2004 p.121-125) que “a produção da imagem da cidade está intrinsecamente ligada a representações e valores” – ação historicamente cambiáveis- no entanto, na elaboração da síntese prevalecem

as representações de poder hegemônico que constituem-se na negação da possibilidade de existência de outras imagens e de outras leituras de cidade. Subjacente a essas sínteses encontra-se a proposta de uma ordem urbana que pretende fazer impensáveis e impossíveis outras formas de viver. Estratégia desenvolvida para assegurar a viabilidade do projeto modernizador. Obscurecendo processos constitutivos de sujeitos coletivos que expressam maneiras de viver e reapropriações da cidade afastadas das previsões da ordem urbana promovida pela imagem-síntese (SÁNCHEZ, 2003, p.121-125).

Sendo assim, esses espaços iluminados encontram-se subordinados à visão de mundo daqueles atores que se impõem nos processos de produção do espaço, os quais agem “por meio da seleção, da recombinação de referenciais culturais” para criar espaços inteiramente novos e “reinterpretados sob o prisma oficial” obtendo como resultado “uma visão simplificada, uma experiência depurada, que substitui as indisciplinadas complexidades da cidade por “uma versão melhorada da realidade complexa” (SÁNCHEZ, 2004, p.37). À proporção que a luz engrandece esses subespaços, outros se mantêm numa opacidade que se aproxima da falta de importância, do desinteresse e do literal apagamento (RIBEIRO, 2012, p.67).

Nessa linha de abordagem, sugere-se uma reflexão sobre “memória da cidade”, ou mais precisamente: que “memória” é selecionada quando elaboram a imagem-síntese de conjuntos urbanos históricos “revitalizados”? É conveniente conceituar brevemente o que se entende por “memória da cidade”. Essa diz respeito não à capacidade de lembrar dos indivíduos ou grupos, mas ao estoque de lembranças que estão impregnadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade (ABREU, 2011, p.31). É importante atentar que a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas, conseqüentemente, a vivência na cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas que podem ser bastante distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência a mesma cidade ou lugar (ABREU, 2011, p.28).

Embora seja um elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar, a busca pela memória da cidade nem sempre é motivada por razões identitárias (ABREU, 2011, p.23), pois desde o século XIX se descobriu que a imagem urbana é uma mercadoria, que pode ser mercantilizada e pode dar grandes lucros, notadamente com o turismo (KEARNS e PHILO, 1993 apud ABREU, 2011, p.23).

Criar imagens faz possível a atração de capital que, por sua vez, possibilita a transformação física do espaço. Por isso, hoje em dia, o desenho urbano tem por um de seus princípios a configuração de uma imagem de cidade que seja reconhecida, exportável, consumida pelos habitantes, visitantes e turistas (MUÑUZ, 2005, p.68).

É nesse sentido que as intervenções sobre o espaço urbano manipulam realidades complexas, em nome do acesso rápido e da fácil decodificação, criando uma coleção de “espaços-sínteses”, consagrados e designados para falar de uma nova maneira de fazer cidade (SÁNCHEZ, 2004, p.29). Assim, se fragmenta o espaço, ressaltando parcelas iluminadas que são facilmente incorporadas à memória coletiva, enquanto outras áreas opacas são relegadas ao esquecimento, embora possam ter tanta importância histórico-cultural quanto aquelas iluminadas.

Milton Santos (2013, p.72-73) desconstrói a adesão a esses espaços luminosos através do reconhecimento da sua rigidez e da sua perigosa artificialidade. A artificialidade está na lógica apoiada em eventos para promoção de cidades e lugares, os quais, em geral, substituem as manifestações espontâneas da cultura local, criando impedimentos simbólicos que retêm formas populares de expressão (RIBEIRO, 2012, p.68). O fato de adaptarem-se comportamentos locais aos interesses globais, que estão sempre mudando, leva a um processo descontínuo, cujo ritmo e permanência dependem do poder dos agentes promotores. Sendo assim, os espaços luminosos tendem a curta duração optando a resultados mais imediatos (SANTOS, 2015, p.106).

A opacidade abriga-se, em geral, em processos de longa duração. O opaco pode ser entendido como uma forma de sobreviver, como “espaços da sobrevivência” (RIBEIRO, 2012, p.67) ou “espaços da resistência” à espetacularização, à cidade como mercadoria, ao simulacro dos espaços urbanos que se tornam simples cenários (JACQUES, 2009). O lado opaco da cidade vem revelar ou denunciar o que o projeto urbano exclui, contrapondo o espetacular com as micropráticas cotidianas do espaço vivido (JACQUES, 2009).

Concluindo, verifica-se que a importância de reconhecer as diferenças disseminadas pela fragmentação socioespacial perpassar o entendimento dos conflitos sempre presente entre o turismo e a habitação, entre o público e o privado. A isso, soma-se a fundamental compreensão dos espaços opacos e luminosos quando associados às áreas de valor patrimonial, nas quais a

manipulação das estratégias de iluminar fragmentos da cidade necessariamente pode não conduzir à conservação do conjunto urbano patrimonial como se deseja.

A partir das diversas questões colocadas neste capítulo, apreende-se que a estratégia de atuação setorizada nos centros históricos foi característica de uma época, como se exemplificou com Salvador e o Rio de Janeiro. No caso do Bairro do Recife, este processo foi reforçado com a adoção dos “pólos de atividade”, já questionado quanto aos seus resultados que não alcançaram nem o desenvolvimento do bairro como um todo, nem a gestão e conservação integrada do conjunto histórico.

Diante deste panorama, o conceito de fragmentação socioespacial é aqui adotado com o objetivo de balizar a análise dos processos que incidiram sobre o Bairro do Recife nas últimas décadas, buscando identificar quais os motivos, os agentes e as principais consequências para o espaço urbano em foco, bem como discutir sobre a especialização funcional, a escala diferenciada de intervenção e a prioridade em certos subespaços.

Neste mesmo sentido, nos apropriamos do conceito de espaços opacos e luminosos, para questionar as práticas contemporâneas de “revitalização” dos centros históricos e a recorrência da dualidade na conservação do patrimônio cultural, consequência da valorização de espaços mais passíveis à globalização e abandono dos demais, menos apropriados à mesma lógica de mercado. Com isso discutiremos, também, a resistência e permanência do que iremos chamar, na análise a seguir, de “pólos não oficiais”.

3

O OPACO E O LUMINOSO NO PROCESSO DE FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL NO BAIRRO DO RECIFE

Estando o Bairro do Recife apresentado ao leitor, e contextualizadas temporalmente as intervenções ali realizadas, estando definidos os conceitos apropriados para o estudo aqui proposto, cabe neste capítulo analisar como a alternância entre “iluminar” e “sombrear” áreas específicas no bairro, enquanto parte das estratégias propostas para sua requalificação, reflete o que é hoje esta realidade, sob os aspectos espacial, social e patrimonial. Como já foi dito, as recentes propostas conduzem o retorno reflexivo sobre esta temática, cabendo então aqui pensar: O que se está fazendo hoje no Bairro do Recife, repetindo modelos já questionados ou buscando caminhos mais viáveis?

Como visto, o ponto de partida desta análise é a fragmentação socioespacial, que vem por meio de processos conduzidos por fortes agentes, como por exemplo, o poder público, a quem compete definir as poligonais de tombamento, os planos de “revitalização”, por vezes estruturados de modo a trabalhar com áreas luminosas ou opacas. Porém, existem também outros agentes embutidos nesses processos, como o mercado imobiliário, os moradores do lugar, os empreendedores e demais agentes hegemônicos. Todos estes têm força e tempos distintos, levando a resultados sobre o espaço mais ou menos duradouros e consolidados, como passamos a analisar.

Sintetizamos em momentos os principais processos que ocorreram no Bairro do Recife (Figura 19). O primeiro deles, explorado no capítulo 1, é a reforma urbano realizada no início do século XX, a qual resultou na destruição do núcleo original do bairro, onde as evidentes representações coloniais foram substituídas pela desejada cidade modernizada, com traçado urbano novo, arquitetura eclética e monumental, destinada a novos usos.

Esta reforma urbana configurou a primeira fragmentação do bairro, porque implicou num processo de elitização dessa área sul, modernizada, destinada a atividades ligadas ao comércio e às finanças. Em contraposição, foi desconsiderada a área norte, que na época era de ocupação mais recente e, por isso permaneceu “não modernizada”, associada à habitação e às atividades portuárias. Identificam-se, desde já, os principais agentes responsáveis pelo projeto modernizador: de um lado, o poder público e os empreendedores, que “iluminaram” a cidade renovada; do outro, na cidade não renovada e por isso “opaca”, ficaram a população residente e o porto, motivo da reforma do bairro, mas nem por isso em evidência.

Em um segundo momento, na década de 1970 o bairro já era reconhecido como patrimônio, após a FIDEM³⁵ elaborar o 1º Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (PIDRMR), o qual instituiu 35 sítios históricos em toda a região a partir do PPSH³⁶, sendo o Bairro do Recife parte integrante de um conjunto de bairros históricos. Posteriormente, na década de 1980, ele torna-se ‘exclusivo’ até mesmo em relação a seus vizinhos: bairro de São José e Santo Antônio, com a instalação do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife (ERBR), cuja tarefa era executar o Plano de Reabilitação, em 1987, sendo o único bairro da cidade com esta estratégia na época.

O que temos, nesse momento, é o Bairro do Recife totalmente iluminado perante a cidade e perante os demais sítios históricos da região metropolitana, direcionando a atenção para esta área. Porém, apesar de deixar resultados significativos quanto à forma de pensar a conservação do bairro, as transformações espaciais foram pouco expressivas, o que acabou não causando uma fragmentação tão preocupante.

Presume-se que isto tenha acontecido devido a fatores como: ser o Estado o principal agente; o insuficiente recurso econômico para implantação das ações; ser o objetivo central do plano a conservação do Bairro do Recife em função da inclusão dos próprios moradores residentes na ilha, bem como a valorização de suas vivências. Tudo isso foi decisivo para a elaboração de propostas que levassem a um entendimento mais ampliado do bairro e menos fraturado, a partir do zoneamento recomendado (ver mapa 04, cap.1, p.28).

³⁵ Fundação para Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife.

³⁶ Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife.

O terceiro momento situa-se na década de 1990, época que se buscava transformar o Bairro do Recife em uma “nova” centralidade cultural nacional e internacional. Com isso, o tombamento da poligonal surge como alternativa, com uma delimitação que abrange a área da reforma urbana do início do século XX bem como as áreas onde seus impactos podem ser observados (ver mapa 08, cap.1, p.44).

Ao definir a proteção da área da reforma de 1910 e, conseqüentemente, torna-la prioritária nas políticas patrimoniais, estabeleceu-se a dimensão visual da monumentalidade das edificações ecléticas como pano de fundo para o processo de ‘revitalização’ do Bairro do Recife (LEITE, 2007, p.79). Ou seja, este processo de tombamento, além de enfatizar a parcela sul do bairro como espaço luminoso dentro do próprio conjunto histórico, reforça essa desigualdade dos aspectos visuais, traduzida no tratamento arquitetônico dos edifícios, validando assim, a fragmentação resultante da reforma urbana. Quanto aos usos, a dualidade não é mais apenas entre ‘negócios’ e ‘porto’, mas agora envolve a atividade turística e a habitacional, que não se mostram complementares dentro do bairro.

Visando atrair novos usos, turistas e usuários para o local, o processo de revitalização desta época almejava criar uma nova imagem para o Bairro do Recife, ou melhor, esta “nova imagem” estava diretamente relacionada apenas com a área da poligonal cuja representação simbolizava o “único remanescente íntegro completo no Brasil do pensamento urbano e arquitetônico da *‘belle époque’*”, para justificar a substituição de alguns edifícios por outros da arquitetura modernista, a “Proposta de tombamento” sustentava o argumento da importância da memória individual e coletiva inscrita nesses exemplares ao longo do tempo, notadamente aqueles gerados pelo capital comercial e financeiro que definiram e definem ‘a cara’ do Bairro do Recife como território eminente de troca, desde a fundação da cidade do Recife (PCR/URB/ERBR, 1998 apud LEITE, 2007, p.82).

Criar a imagem de conjunto eclético fez possível a atração de capital, principalmente de recursos do governo federal, o que assegura outras fontes de financiamento não viabilizadas para os sítios protegidos somente por ação municipal com o programa Monumenta/BID, e com isso, possibilitou a execução de projetos estabelecidos no Plano de Revitalização.

O polígono de tombamento foi transformado, portanto, na história conservada do Bairro do Recife, em oposição à desconhecida realidade do restante da ilha.

Ressaltando o ecletismo como imagem-síntese e o conjunto tombado como espaço-síntese desse momento, estes foram incorporados à memória coletiva hegemônica, afastando todas as outras expressões simbólicas e identitárias do espaço, bem como suas relações com a história.

Conhecer o Bairro do Recife significava se estabelecer nos limites delimitados pela poligonal, fazendo entender que todo o resto do bairro correspondia a um espaço vazio, sem sentido e sem utilidade, tornando as diferenças invisíveis. Embora os técnicos responsáveis pelo plano reconhecessem a relevância do porto no desenvolvimento histórico-paisagístico do bairro, este não foi considerado, evidenciando a distinção, entre espaços valorizados e não valorizados. Assim, o Bairro do Recife, apresenta-se mais como “valor de imagem” do que o seu valor de uso.

Segundo os dois grandes agentes hegemônicos neste momento: a agência de revitalização ligada à municipalidade e os comerciantes e proprietários de imóveis, as atividades de lazer e turismo pareciam ser a via rápida para o processo, não sendo considerado o outro grupo de interesse, os moradores locais que eram o contraponto deste objetivo (MONTEIRO, 2012, p.254). É bom lembrar que se procurava incorporar uma parceria mais efetiva entre o poder público e o setor privado, portanto, era importante tornar o bairro um empreendimento atrativo, convergindo interesses (BOTLER, PERREIRA, JUREMA, 1995, p.36). Sendo assim, o que temos nesse momento é o Bairro do Recife fragmentado entre a parcela iluminada, cujo interesse era construir a imagem-síntese patrimonial do Bairro do Recife para o turismo, deixando na sombra uma parcela que não os interessava: o porto, o Pilar, a área norte da ilha.

Porém, toda essa ênfase no lado sul da ilha não a faz por completa iluminada. Apesar da poligonal de tombamento enfatizar o conjunto eclético do bairro, a estratégia de intervenção veio a fragmentar esta área através dos “pólos de atividades”, então definidos pelo Plano de Revitalização que estabeleceu subespaços de interesse que, conseqüentemente, receberam mais investimentos financeiros público e privado e melhorias na sua infraestrutura.

Dessa forma, há uma clara fragmentação da própria poligonal, sendo a alternância entre opaco e luminoso, estabelecida dentro da própria delimitação luminosa da área patrimonial. Neste quarto momento, portanto, os pólos serão iluminados, obscurecendo o entorno imediato pertencente à própria poligonal e,

permanecendo, ainda mais opaca a área norte, a “não-poligonal”.

Como vimos no capítulo 2, é claro a ênfase econômica do pólo de atividade, porém, o crescimento econômico por si só não o faz um catalisador de desenvolvimento, porque é necessário que se fortaleça e inclua a população local nas dinâmicas do plano, o que nos leva a inferir que este instrumento de gestão não funcionou como propagador do desenvolvimento no Bairro do Recife. Os agentes beneficiados foram, essencialmente, externos à dinâmica preexistente do local, como os empreendedores e turistas, até mesmo, os próprios donos de alguns imóveis do bairro, cuja intenção maior era a lucratividade, queriam ver seus imóveis valorizados.

Além da intenção econômica, os pólos tinham a característica de serem fechados em si mesmos, funcionando como um território ou um “campo de força” (SOUZA, 2015), a partir da imposição coercitiva das dinâmicas socioespaciais, delimitando e definindo fronteiras, mesmo que simbólicas, atraindo semelhantes e repelindo os diferentes. Portanto, não foi implementado, de fato, a conservação integrada do bairro.

Mesmo havendo um pólo “direcionado” para a área da comunidade do Pilar, este nunca foi desenvolvido como deveria, permanecendo na sua opacidade, “invisível”, agravando ainda mais esta situação, por ser o uso habitacional ali existente, direcionado exclusivamente para uma população carente, gerando clara diferenciação entre a conservação das edificações e espaços públicos destinados ao uso turístico e aqueles ocupados pelos habitantes e usos remanescentes.

A delimitação e seletividade das áreas de intervenção, através desses “pólos de atividades”, bem como a desigualdade de tratamento entre os pólos demarcaram “linhas visíveis” da fragmentação do bairro. No entanto, essas linhas não se definiam apenas entre os pólos oficiais, mas também surgiam no interior dos próprios pólos turísticos. O caso da Rua do Bom Jesus é emblemático. O que a distinguia das demais ruas do próprio pólo Bom Jesus era o tratamento diferenciado que a Prefeitura dispensava, através dos serviços urbanos de limpeza, segurança e iluminação, por esta representar a parte mais bem-sucedida do empreendimento que transformou o antigo bairro em um local de consumo e lazer (LEITE, 2007). As demais ruas que não recebiam destaque eram escuras e

degradadas, como por exemplo, a Rua do Apolo³⁷ voltada aos estudantes e universitários, e a Rua da Moeda ocupada, geralmente, pelo público underground, sendo esta, no Pólo Alfândega contrastando com o shopping Paço Alfândega.

A possibilidade de exploração do turismo levou a um processo no qual quase todas as edificações na Rua Bom Jesus fossem ocupadas por uma só atividade, o lazer gastronômico: bares, restaurantes, cafeterias (MONTEIRO, 2012, p.253). A seletividade de uma função, única e específica, e usos hegemônicos possibilitaram a rentabilidade rápida do empreendimento, facilitando a sensação de algo bem-sucedido. No entanto, algum tempo depois os resultados demonstraram tratar-se de um fenômeno de duração efêmera, fato que nos remete ao que Santos (2013, p.28) chama de temporalidade hegemônica. O espaço luminoso tem característica de uma ação vertiginosa, mas também pode resultar em um “perecimento prematuro”, se chega ao auge e ao declínio numa dinâmica veloz.

No Bairro do Recife, ao priorizar o uso turístico, o sujeito que a revitalização da área projetou foi aquele que só está lá de passagem, não assegura um uso contínuo do espaço (MENEZES, 2015, p.22) e, ora pode estar dinamizando o ‘revitalizado’ bairro, ora o abandona. Atuando como atividade econômica principal, o turismo tende a responder a interesses mutantes, cada vez mais transitórios e que se caracteriza por construir estruturas pouco sustentáveis (MONTEIRO, 2012, p.258). O relato de Melo (2003, p.85) exemplifica bem o tempo efêmero desses agentes hegemônicos no Bairro do Recife:

Inúmeros bares e boates foram inaugurados e assim como surgiram, desapareceram. Parece que há uma rápida passagem do auge à decadência. Há uma constante transformação na disposição das atrações no Bairro. A “cara” do Bairro em 2002 estava muito mudada em relação às primeiras visitas que fiz ao Bairro em 2000. Alguns bares não existiam mais, alguns espaços para festas estavam fechados, algumas boates haviam mudado de nome. Poucos estabelecimentos continuam no mesmo lugar e com o mesmo nome. Há um caráter de uso intenso e rápido dos espaços de lazer que se estabelecem no bairro.

Complementa Monteiro (2012, p.253), que a competitividade excessiva dos bares

³⁷ Segundo Leite (2007, p.225), no início do Plano de Revitalização, a Rua do Apolo teve uma intensa proliferação de bares, restaurante, casas de show, voltados para um público jovem. “O fato é que, com a mesma velocidade com que surgiu um pólo de animação na Apolo, ele também desapareceu”, alguns comerciantes culpavam a prefeitura alegando não ter havido a mesma atenção que a Rua do Bom Jesus, os técnicos da prefeitura indicaram a causa devido à “sazonalidade” do público frequentador.

e restaurantes na Rua do Bom Jesus, levou ao processo autofágico e, quando os primeiros empreendimentos fecharam, o efeito dominó foi devastador. Isso indica que as atividades de turismo tendem a ser voláteis, e a ausência de incentivo e consolidação de outros usos tornou o processo de revitalização sem sustentabilidade (BRAGA, 2013; MONTEIRO, 2012).

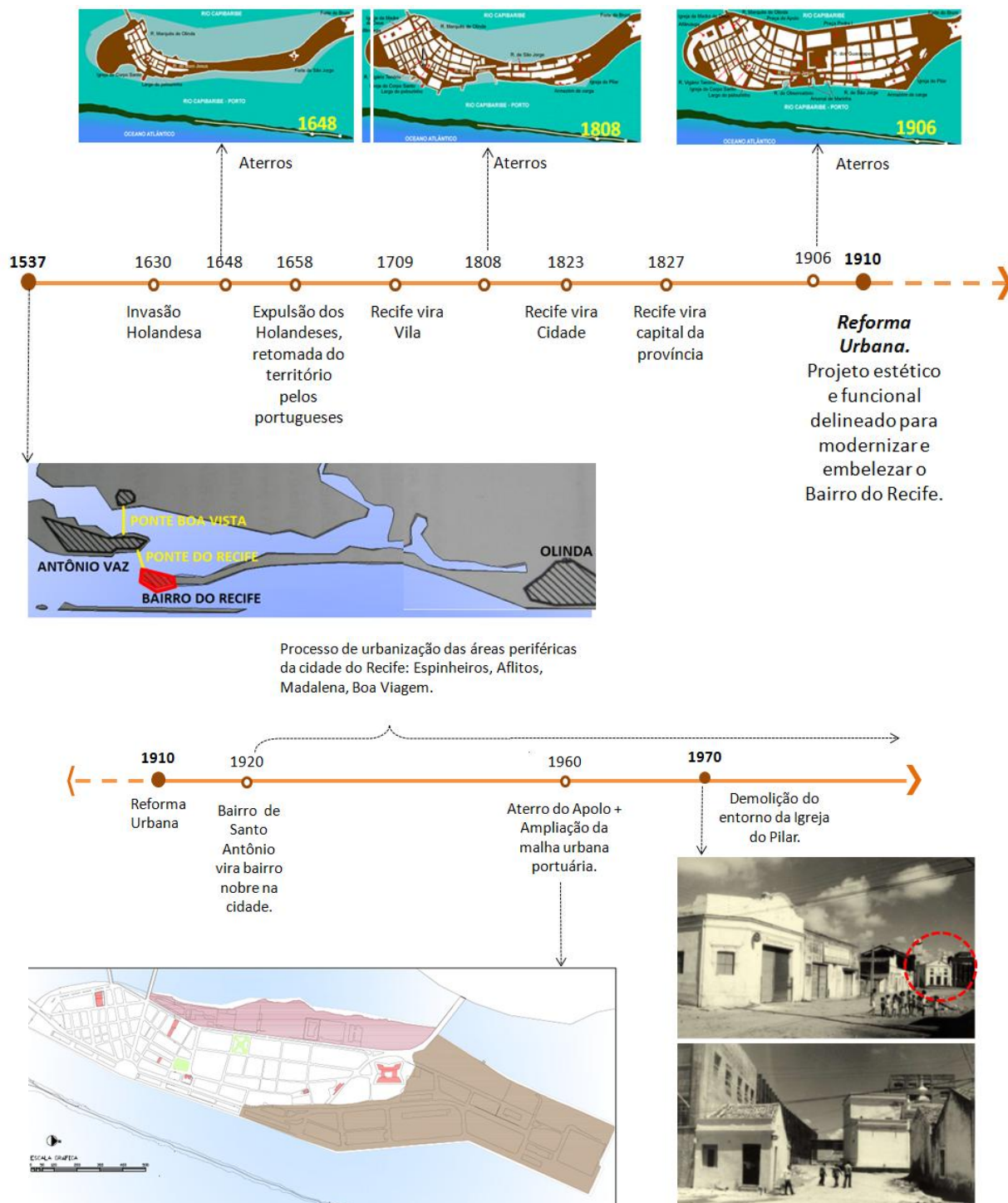
Esta característica da temporalidade hegemônica, de dinâmica veloz e “perecimento prematuro”, foi observada não apenas no Bairro do Recife, mas em outras situações, a exemplo do Pelourinho em Salvador, onde o turismo e lazer também foram as atividades que predominaram nos planos de requalificação. Os resultados foram os mesmos, o rápido declínio e precoce deterioração das estruturas físicas, apontando ser este procedimento um caminho nebuloso. Esse processo é resultado, também, da “banalização da invenção”, ou seja, o que é novo hoje, amanhã já não é mais, gerando lugares para o consumo rápido, durante um período de lucratividade ou de “uma moda” (MONTEIRO, 2012, p.247).

Isso se dá porque a produção do espaço luminoso destinado ao turismo incorpora novos termos nessa equação, inserindo interesses globalizados na cultura e nas instituições locais, alterando a importância de fatores tradicionais (MONTEIRO, 2012). Como observou Vieira (2008, p.171), no fim do Plano de Revitalização os interesses econômicos da iniciativa privada ficaram acima do próprio objetivo de conservar o patrimônio do bairro, pois nesse sentido, as ações empreendidas priorizaram a consolidação de um modelo que permitisse o consumo do lugar, alienando-se este produto da experiência pré-existente e daqueles que o preservaram de fato, no caso, os antigos moradores, para destiná-lo a qualquer outra pessoa (BRAGA, 2013, p.229; VIEIRA, 2008, p.171; LEITE, 2007).

Neste contexto, o panorama do Bairro do Recife ao final da vigência deste plano é de “abandono” e “decadência”. Ou melhor, a área objeto de intervenção regida pelo tempo, usos e ações hegemônicos, volta a ficar, gradativamente, com a imagem de degradação. O outro lado, o lado norte da ilha, não valorizado, regulado pelo tempo não-hegemônico, continuava obscuro pertencendo a atores e atividades que não faziam parte das principais ações do Plano de Revitalização: habitacional, institucional, industrial e portuária. Essa desigualdade poderia ser facilmente diluída no processo mais geral de exclusão social que ocorre em qualquer metrópole, não fosse o bairro objeto de uma intervenção que pretendia

exatamente recuperar o Centro Histórico do Recife para seus cidadãos (LEITE, 2007, p.239).

Figura 19 – Linha do tempo – Trajetória das intervenções no Bairro do Recife.



Fonte: DÂMASO, Mariane(2016).

Observando essa dualidade entre áreas luminosas e opacas, relacionadas a usos e agentes hegemônicos e não-hegemônicos, questiona-se: quais resultados extrair desta experiência? Verifica-se que a ideia de pólo vinculada ao turismo acirrou ainda mais a fragmentação que já ocorria no bairro, pois os principais pólos: Bom Jesus e Alfândega, mesmo em declínio, se destacavam frente às demais áreas “não-pólo” situadas no recorte da poligonal de tombamento e, contrastavam ainda mais com as áreas da “não-poligonal”.

Atentar para a escolha de agentes hegemônicos, negligenciando o agente que faz a longa duração, que é o agente não-hegemônico e suas funções, também aponta ser um caminho equivocado. Ao invés da diversidade de grupos sociais e usos, que as áreas deveriam abrigar, direcionam-se as intervenções a usuários em função do consumo reduzindo o espaço urbano patrimonial ao entretenimento e restringindo as possibilidades de interação, isto demonstra ser a lógica do espaço luminoso.

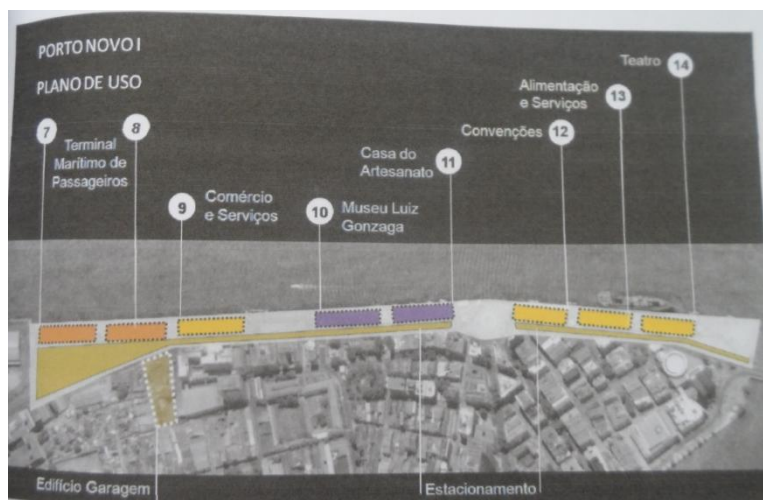
Mas será que aprendemos? O que se está fazendo no século XXI no Bairro do Recife? A principal ação estratégica no presente: iluminam-se a área portuária, os armazéns na frente marítima do bairro, os quais em 2007 foram licitados com a intenção direcionada ao uso turístico (Figura 20 e 21). As obras dos armazéns do Porto do Recife começaram, em sua grande parte, no ano de 2012, a partir da seleção de um conjunto de empresas que, através de licitação pública, se encarregam de executar as obras, que têm previsão de entrega em 2017.

Figura 20 – Recortes de jornais indicando licitação da área dos armazéns (1).



- (A) – “Porto do Recife vai licitar área turística”, publicado em 02/06/07 pelo Jornal do Comércio;
- (B) - “Porto do Recife terá área turística”, publicado em 03/08/07 pelo Jornal do Comércio.
- Fonte: Arquivos do IPHAN.

Figura 21 – Recortes de jornais indicando licitação da área dos armazéns (2).



(C) – Ilustração da proposta de ocupação da área turística na frente marítima do Bairro do Recife, publicado em 03/08/07 pelo Jornal do Comércio. Fonte: Arquivos do IPHAN.

O projeto denominado operação urbana consorciada³⁸ “Porto Novo do Recife” configura-se como mais um ‘pólo de atividades’ destinado ao lazer, turismo e consumo, que tem a frente marítima como principal atrativo, englobando um conjunto de armazéns tidos como áreas não operacionais do Porto do Recife. A escolha desses galpões foi definida a partir de estudos de viabilidades técnica e econômica (BARBOSA, 2014) por vezes desconsiderando ser esta uma estrutura física que agrega grande e expressivo valor histórico, simbólico, memorial e documental uma vez que foi o porto a origem do bairro.

O ‘pólo Novo Recife’ se utiliza da Avenida Rio Branco, como guia para conduzir o público até a Praça do Marco Zero, a partir de onde se divide em duas ações (Figura 22): o “Porto Novo”- lado norte da praça - tem incentivos do governo e abriga atividades como: o terminal marítimo de passageiro, museu Cais do Sertão, Memorial Luiz Gonzaga e Centro de Artesanato de Pernambuco. Já o “Porto Novo Recife” - lado sul da praça - se concretiza através do empreendimento chamado ‘Armazéns do Porto’, com predominante participação da iniciativa privada, atraindo para os armazéns restaurantes, bares, lojas de entretenimento e comerciais, espaços para exposições e eventos fechados³⁹ (BARBOSA, 2014).

³⁸ As operações urbanas consorciadas poderão prever, entre outras medidas: I - a modificação de índices e características de parcelamentos, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente; e, II - a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente (PLANO DIRETOR DO RECIFE, LEI 17511/08).

³⁹ Na reforma dos armazéns que se localizam ao sul da Praça do Marco Zero, e nos armazéns do

Figura 22 – Pólo Novo Recife se divide em dois: “Porto Novo” e “Porto Novo Recife”.



Fonte: PORTO NOVO (2016), modificação da autora (2016).

Esta atual proposta tem por objetivo conciliar os seguintes interesses de diferentes agentes: (a) o Porto do Recife, que espera transformar seu patrimônio ocioso em uma oportunidade de geração de renda; (b) os potenciais investidores privados, que precisam ser apresentados à projeção de um cenário viável e atrativo para investimentos; e (c) os poderes público, Estado de Pernambuco e Cidade do Recife, que prezam pelas contrapartidas sociais e tributárias que os investimentos deverão propiciar (BRANDÃO, 2007).

O que corre, de fato, é, mais uma vez, uma intervenção urbana vinculada a interesses de especuladores e dos grupos hegemônicos. Só que agora a exaltação da frente marítima com o estímulo a permanência no local é reforçada com o projeto da Prefeitura do Recife denominado “Recife Antigo de Coração” através da qual “desde março de 2013, o Bairro do Recife se transforma num grande parque a céu aberto aos domingos” (RECIFE. BR). São ações que, junto com outros projetos governamentais, tais como as “Ciclofaixas de Turismo e Lazer” nos feriados e fins de semana, a “Feira de Artesanato da Rua do Bom Jesus” aos domingos (Figura 23) e o permanente fechamento da Avenida Rio Branco, têm transformado o Bairro do Recife num grande *playground* para desfrute das classes média e alta, além dos turistas.

Cais de Santa Rita, o investimento privado está estimado de cerca de R\$ 250 milhões, além de cerca de R\$ 100 milhões de recursos públicos (BARBOSA, 2014).

Figura 23 – Projetos de lazer aos fins de semana.



(A)– Ciclofaixas de Turismo e Lazer (2015). Fonte: CBN RECIFE (2016); (B) – Feira de Artesanato da Rua do Bom Jesus (2015). Fonte: ECOPASSAPORTE (2016);

O projeto “Porto Novo Recife” utiliza da mesma retórica de atribuir valores aos espaços do bairro histórico, que estariam sendo considerados “sem uso e sem vida”. Primeiro “deslugariza” o lugar para facilitar a mudança brusca, pois ocorre que os antigos armazéns eram considerados subutilizados, porém, nos armazéns 13 e 14, por exemplo, aconteciam shows, o Mercado Mundo Mix e o “teatro do Armazém”⁴⁰. O público que frequentava estes eventos que ocorriam quase às escuras dos olhos da cidade era “completamente antienobrecido”, mas se apropriava de forma ativa deste espaço alheio ao bairro “revitalizado” (LEITE, 2007, p.222/246). No entanto, esse uso do local foi ofuscado pela imposição de mais uma parcela de um “novo” e “limpo” bairro. Os armazéns foram “deslugarizados” quando em oposição poderia ter sido incentivado o uso existente, melhorando a infraestrutura e diversificando o público e atividades no bairro. Isso se dá, mais uma vez, porque permitem a incorporação de novos termos nessa equação de conservação, inserindo interesses globalizados na cultura local e alterando a importância de fatores tradicionais.

O agente hegemônico, por exemplo, empreendedores internacionais, passam a elaborar arranjos e determinar seus interesses, introduzindo valores e estilos de uma vida globalizada e totalmente descolada da experiência local. Como ocorre, por exemplo, no terminal marítimo de passageiros quando os turistas

⁴⁰ O armazém 13 era um enorme galpão onde aconteciam shows e, algumas vezes, a feira do Mercado Mundo Mix. Já o Armazém 14, a partir do ano 2000, ficou sendo chamado de “teatro do Armazém”, conjugava um palco experimental para apresentações cênicas e um pequeno bar, voltado para o público da área da Moeda. A área externa do armazém 14, às margens da baía portuária, transformou em um espaço para shows pagos de grande porte (LEITE, 2007, p.221-222).

desembarcam dos transatlânticos e entram direto no ônibus, mantendo uma relação superficial com o Bairro do Recife.

Como relato empírico, em um dos meus passeios pelo Bairro do Recife, uma segunda-feira de um dia comum, foi possível reparar o som de uma orquestra de frevo, era o anúncio da chegada de um Transatlântico que acabara de atracar no Terminal Marítimo. Aproximando ao local, a primeira vista pude perceber a presença de alguns luxuosos ônibus de turismo enfileirados à espera dos passageiros recém-chegados. Na frente do terminal, além dos ônibus, e alguns taxistas e familiares ou amigos à espera dos turistas, havia também um forte aparato policial, algo um pouco difícil de ver em outros lugares no Bairro do Recife naquele mesmo momento. Dentro do terminal marítimo, os turistas iam sendo recepcionados por uma pequena orquestra de frevo e dois passistas que apresentavam os passos e o ritmo do patrimônio imaterial (Figura 24). Ações dessa natureza bloqueiam o contato físico com o “cotidiano” do bairro, os diálogos com entorno, as interações sociais com os agentes tradicionais, permitindo assim que o novo Recife brilhe e adquira um significado que justifique e solidifique essa necessidade do novo com experiências superficiais (BARBOSA, 2014, p.113).

Figura 24 – Desembarque de turistas no terminal marítimo de passageiro no Bairro do Recife.



Fonte: JÚNIOR, MOISES FERREIRA (2017).

Em compensação, ainda que ocorram ações vinculadas aos agentes hegemônicos, é possível verificar uma reação dos não-hegemônicos. Na década de 1990, o desenvolvimento das referidas atividades “alternativas” na área dos armazéns, veio a ter continuidade na Rua da Moeda fazendo dali um pólo “não-oficial” de entretenimento para esse público não-hegemônico. O caminho traçado

por esta rua foi inverso ao da Rua do Bom Jesus, pois surgiu de uma “relugarização” pelos próprios agentes que a utilizavam, ao contrário da Rua do Bom Jesus que induziu a presença dos seus usuários através da intervenção urbana realizada. Configura-se em um caso de apropriação espontânea numa área do bairro que ainda não havia sido “revitalizado” no plano da década de 1990. Assim, “O pólo Moeda conseguiu também revitalizar um espaço do bairro, imprimindo sua própria dinâmica de usos” (LEITE, 2007, p.267).

Atualmente, a reação às ações hegemônicas no Bairro do Recife, foram as manifestações dos moradores da comunidade do Pilar, que mais uma vez são excluídas do grande foco da intervenção, que ilumina as atividades de entretenimento e faz opaco o uso habitacional, que há muito não está nos planos do agente principal da ação que é o poder público (Figura 25). Como resultado, já foi aqui apontado que se criou uma imagem negativa de quem mora no Pilar: uma população associada aos “indesejáveis”, “marginalizados”, cuja presença caracteriza há muito tempo o lado degradado e perigoso do bairro.

Figura 25 – Protestos realizados pela Comunidade do Pilar.



(A)– Protesto ilustrando barracas na Praça do Marco Zero em 2015; (B) – Manifestação na Av. Cais do Apolo em frente a Prefeitura do Recife, no Bairro do Recife em 2014. Fonte: JCONLINE (2016).

Estes protestos são o reflexo da situação de negligência que a comunidade do Pilar vem sendo submetida, motivando os moradores a reivindicar melhores condições de vida, porque ao passo em que se ilumina a Rua do Bom Jesus, o Paço Alfândega, os armazéns do Porto, a população do Pilar permanece opaca

nas políticas de requalificação urbana.

O “Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão da comunidade do Pilar”, iniciado em 2010, previa a construção de 588 unidades habitacionais, creche, escola, posto de saúde, mercado público comunitário, praça, pavimentação das ruas e iluminação pública. No entanto, desde 2012, as obras foram paralisadas⁴¹ com apenas 84 unidades entregues. Financiada com recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Ministério Público Federal de Pernambuco (MPF/PE) deu um ultimato à Prefeitura do Recife para entregar mais 108 unidades habitacionais⁴² até fim de 2016 (Figura 26) e, em relação às demais unidades restantes os recursos ainda estão sendo negociados com a instituição financeira (CARVALHO, 2016).

Figura 26 – Unidades entregues na comunidade do Pilar.



(A) e (B) - Rua do Brum em direção à Av. Militar (Forte do Brum); Fonte: arquivo da autora (2016).

Sendo postas em prática todas as linhas de atuação previstas para a comunidade do Pilar⁴³, este programa de requalificação iria promover a inserção desta população no contexto do bairro. Porém, atualmente, a leitura visual do seu entorno evidencia a opacidade em que vive: cercada por edifícios de uso portuário e outras edificações de grande porte, como a antiga Fábrica Pilar e o Moinho Recife. A precariedade da infraestrutura reafirma o estado de abandono da

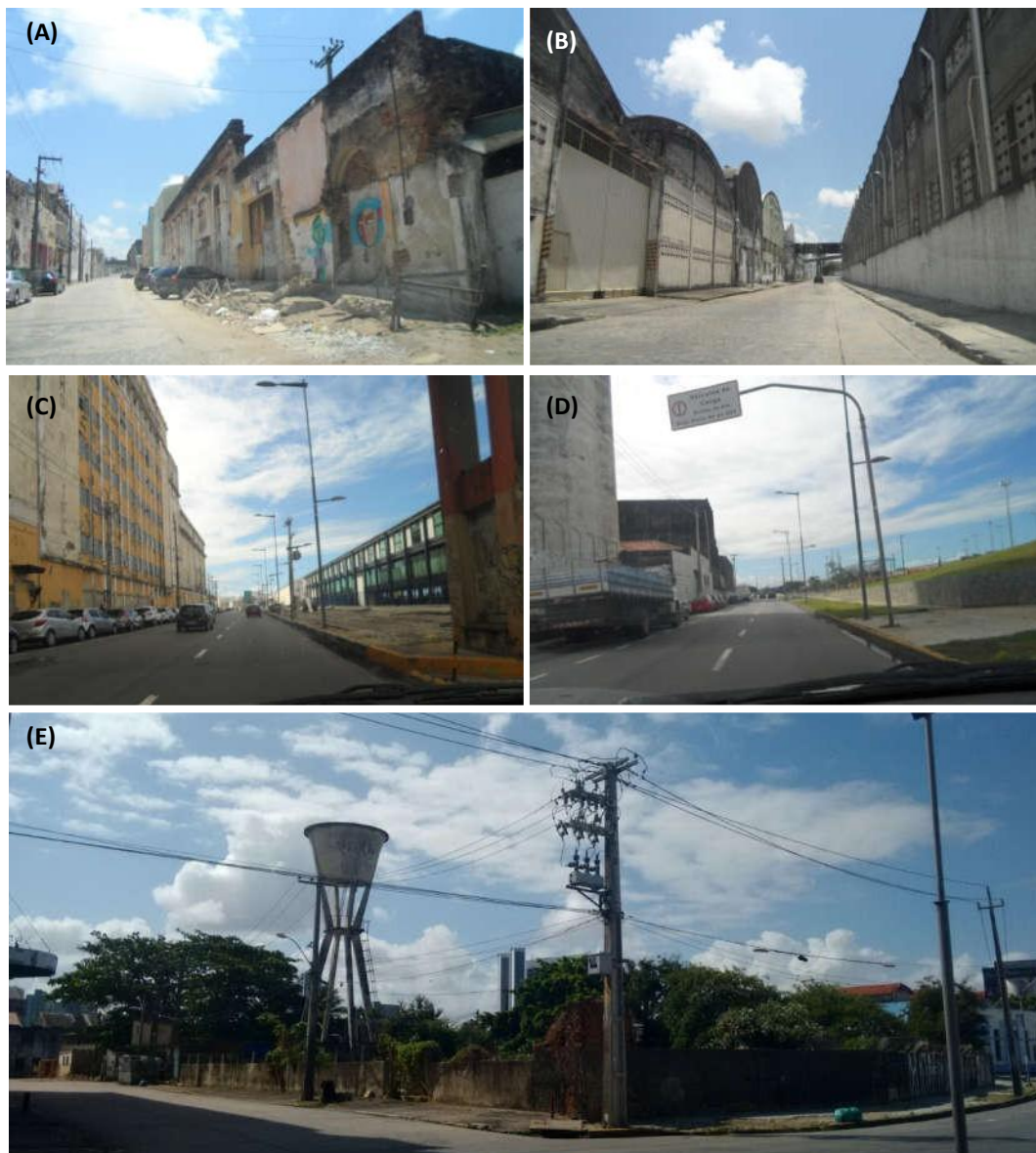
⁴¹ A construtora responsável pela obra desistiu de continuar no local, porque estariam tendo prejuízos por causa da demora em finalizar as escavações arqueológicas. No local, foram descobertos vários esqueletos humanos e um grupo de arqueólogos do IPHAN acredita que ali existia um cemitério, aproximadamente do século XVI (CUNHA, 2014).

⁴² O MPF também pede que a empresa aterre a área das escavações arqueológicas, conforme compromisso firmado com o IPHAN (CARVALHO, 2016).

⁴³ A proposta consiste em três linhas de atuação: a primeira, na requalificação urbanística da área: com a reconstrução das quadras; construção do conjunto habitacional vertical; criação de novos acessos com uma praça margeando a Av. Alfredo Lisboa. A segunda linha é a inclusão social da população e a terceira está direcionada a valorização do patrimônio cultural como a restauração da Igreja do Pilar (BRAGA, 2013; VIEIRA, 2008).

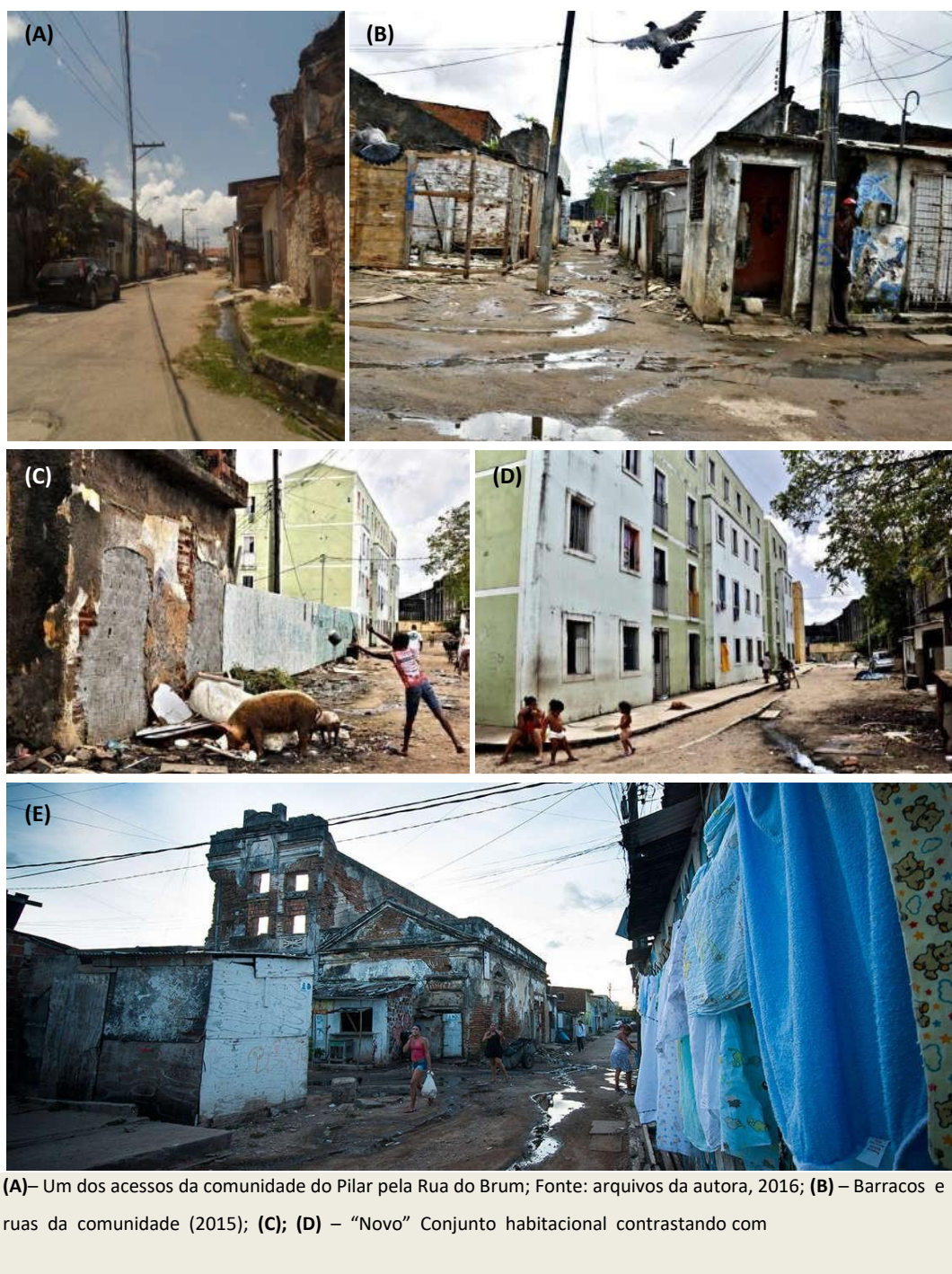
comunidade, que é o único lugar da ilha que tem esgoto a céu aberto, parecendo se tratar de outro bairro, não aquele divulgado pela mídia (Figura 27 e 28).

Figura 27 – Vista de fora: comunidade do Pilar “escondida” por trás dos edifícios do seu entorno (entre muros).



Rua do Brum: (A)–Fachada de edifícios antigos, obras abandonada (2016); (B) - Galpões e Antiga Fábrica do Pilar (2016); **Av. Alfredo Lisboa:** (C) –, edifício institucional (amarelo) e Terminal marítimo de Passageiro (2015); (D) – Edifícios do porto (esquerdo) e estacionamento do terminal marítimo de passageiro (2015); (E) – Um dos acessos a comunidade do Pilar, em perspectiva terreno usado para estacionamento (2016); Fonte: arquivos da autora (2015; 2016).

Figura 28 – Vista de dentro: a realidade da Comunidade do Pilar.



Enquanto as alternativas de lazer no Bairro do Recife, voltadas a grupos sociais de média e alta renda são priorizadas pela Prefeitura, a realidade da comunidade do Pilar é bem diferente. Excluídos do “grande parque a céu aberto” (RECIFE.BR) ofertado nos fins de semana, a população do Pilar cria o seu próprio espaço de

lazer, se apropriando de espaços que “sobram” pela lógica do entretenimento espetacularizado. Assim, a comunidade vai “lugarizando” a área externa do Forte do Brum⁴⁴ (Figura 29) como forma de suprir anseios de infraestrutura de lazer que não lhes são oferecidos (MARCO ZERO, 2015). Num cotidiano invisível e lento, o Forte do Brum não interessa aos agentes hegemônicos, não faz parte das práticas de revitalização e, por isso, é tão opaco quanto a Comunidade do Pilar que se sente à vontade em utilizá-lo.

Figura 29 – Forte do Brum e área de lazer da Comunidade do Pilar.



(A)– Entrada Forte do Brum; (B) - Ao lado do forte, campo improvisado; Fonte: arquivos da autora (2016).

Essas reações dos agentes não-hegemônicos, exemplificadas na comunidade do Pilar - se fortalecendo como pólo residencial popular, vêm demonstrando a resistência do homem lento no Bairro do Recife vertiginoso. Para Santos (2015), a revanche do opaco sobre o luminoso, se revela na medida em que este é rígido e superficial enquanto aquele é espontâneo e orgânico, podendo se adaptar a mudanças. Ou seja, a adaptação do homem lento e opaco que vive na Comunidade do Pilar é uma ação verdadeiramente “luminosa” no sentido da sua permanência e “fortalecimento” enquanto comunidade. Aqui, o sentido da ação luminosa, não é da ação hegemônica globalizante, mas de uma ação que garante vivacidade e resistência, e por isso, merece ser iluminada nas políticas urbanas.

Esse mesmo entendimento, da revanche do opaco sobre o luminoso pode ser visto no Polo Moeda? Já que a Rua da Moeda ganhou vida própria mesmo não estando inicialmente associada à ideia de espetacularização das cores das fachadas da Rua do Bom Jesus. Mas, atualmente, está inserida nas políticas de revitalização, incorporada nas diferentes temporariedades do Bairro do Recife.

Nos dias de semana, em horário comercial a Rua da Moeda, com bares e restaurantes, é um dos pontos de encontro dos trabalhadores para almoçar (Figura 30). Enquanto outros bares, em ruas adjacentes, como a Rua Tomazina, esperam a noite para abrir suas portas e atender outra clientela mais boêmia (Figura 31).

É possível perceber que aos poucos, os antigos agentes “*underground*”, que lugalizaram a Rua da Moeda, vão deixando de ocupa-la e vão se apropriando das ruas adjacentes. O mesmo se percebe na mudança dos donos dos imóveis da Rua da Moeda, os atuais proprietários dos estabelecimentos, reivindicam “melhorias” e mais investimento na rua, comparando com os demais polos, como por exemplo, na reportagem na Figura 32, onde os proprietários dos estabelecimentos da Rua da Moeda reivindicam: programas de moradias de classe média, mudança do público que frequenta o bairro nos fins de semana, e estímulo à apresentação de blocos líricos e festivais de jazz para a Rua da Moeda.

Figura 30 – Turistas e visitantes almoçando na Rua da Moeda.



Fonte: JÚNIOR, MOISES FERREIRA (2017).

Figura 31 – Rua Tomazina, adjacente a Rua da Moeda.



Fonte: Rodrigo Cavancanti (2017).

Figura 32 – Reportagem sobre cobranças de “melhorias” para a Rua da Moeda.

JC

Da Editoria Cidades

Comerciantes e empresários do Recife Antigo mostram-se preocupados não só com a falta de segurança, mas com a ocupação do lugar como um todo. “Qualquer urbanista sabe que um bairro só funciona com gente morando nele e aqui praticamente não há morador”, observa Fernando Neves, proprietário da Arte Plural Galeria, na Rua da Moeda.

Ele chama a atenção para esvaziamento do bairro à noite, de segunda a sexta-feira, o comércio informal desordenado e os sem-teto dormindo nas calçadas. “São questões que precisam ser resolvidas com ações de governo”, destaca. “Falta definir uma política de ocupação. O que se quer para cá? Cultura, eventos, festas populares, moradia, classe média? É preciso ter uma linha de atuação.”

Instalada há dez anos no bairro, a Arte Plural deixou de abrir aos domingos. “O clima não é propício a uma galeria”, diz ele. “Quinze dias atrás, apesar do policiamento, teve chuva de garrafa na Rua da Moeda, quebraram quatro cadeiras do meu restaurante (Just Koni)”, diz Luiz Vidal. “Fechei a porta três vezes, o público do domingo é horrível.”

Para o presidente da Associação de Bares e Restaurantes da Rua da Moeda, Pepe Valença, eventos de qualidade trazem para o bairro um público diferenciado. “A segurança é afetada pelo tipo de atração que se oferece. Nós, da Rua da Moeda, gostaríamos de receber blocos líricos e festival de jazz e blues”, indica.

Segundo ele, por orientação da PM, os estabelecimentos da Moeda encerram as atividades às 22h, aos domingos. “Temos prejuízo financeiro. Mas em termos de segurança, é o melhor para todos”, pondera Pepe.

Proprietário do Teatro Mamulengo, na Praça do Arsenal, Carlos Moura disse que os tumultos ocorridos domingo (11) não chegaram à sua porta. “Não havia policiamento na praça, mas a casa funcionou sem problema, das 16h às 0h”, informa.

Empreendedores cobram projeto de ocupação para o Recife Antigo

Falta de morador, prédios vazios, ruas desertas à noite e comércio informal desordenado são as mazelas do bairro, segundo comerciantes e empresários

Publicado em 13/01/2015, às 08h09

Foto: Sérgio Bernardo/JC Imagem

Fernando Neves, proprietário da Arte Plural, na Rua da Moeda, não abre mais a galeria aos domingos. “Não há condições”, argumenta Sérgio Bernardo/JC Imagem

Fonte: JCONLINE. Acessado em 10/10/26.

É inevitável comparar a Rua da Moeda com a Rua do Bom Jesus, esta última também passou por mudanças na sua dinâmica. Mas, diferente da Moeda que continua com o uso de bares e restaurantes sendo aos pouco mudando o público alvo. Na Bom Jesus, a mudança foi mais abrupta, passou de rua mais movimentada e seletiva na década de 1990, para uma rua frequentada durante a semana, na grande maioria, pelos funcionários que trabalham nos prédios próximos. O fato do poder público comprar alguns prédios da Rua do Bom Jesus para implementar o programa “Cores da cidade” possibilitou a inserção de algumas instituições em alguns desses prédios, como é o caso do INCIT – um laboratório que desenvolve um programa de extensão da UFPE.

Mesmo que a feirinha de artesanato, que atualmente ocorre na Rua do Bom Jesus, nos fins de semana, já tenha se consolidado, fazendo parte da programação do local, ela não surgiu da iniciativa de quem já usava o espaço, mas da necessidade do poder público de criar mais um ponto de atração turística. Atualmente, no âmbito dos atuais planos da rua do Bom Jesus não foi retomada, deixando de ser o ponto principais da revitalização do bairro. A imagem-síntese que tenta superar a arrasada ideia dos bares e restaurantes da rua do bom Jesus esta sendo depositada nos armazéns na frente marítima.

De fato, é possível verificar mudanças no Polo Moeda, porém, este permanece como um elo de continuidade de certas práticas e sentidos que já existiram antes. As ruas adjacentes a rua da Moeda ainda é frequentada por pessoas que fazem o cotidiano do bairro (Figura 22), sejam mendigos, flanelinhas, funcionários das instituições públicas, mas se apresenta diferente nos horários de happy hours quando os bares atraem um público mais heterogêneo que está em busca de novos lugares.

Figura 33 – Ocupação durante o dia na Rua da Moeda e adjacentes.



(A)– Esquina da Moeda com a Mariz de Barro; (B) – Rua Mariz de Barro. Fonte: arquivos da autora (2016).

Então, portanto, o Polo Moeda foi se reinventando, adaptando-se as políticas de revitalização do bairro, com traços de ações luminosas, mas é possível verificar a continuidade de algumas atividades opacas. O que pode explicar essa permanência das atividades da Rua da Moeda, podendo-se considerar até a sua sobreposição em relação a “oficial” Rua do Bom Jesus, é justamente porque os espaços opacos têm mais inventividade, menos dominação e mais domínio. Ao contrário do Paço Alfândega que foi criado para ser um centro de compras sofisticado, o seu uso é mais rígido e artificial, mostra-se “fechado em si mesmo” e indiferente ao seu entorno, como por exemplo, a sua não-relação com a Rua Alfândega⁴⁰ (Figura 23). Esta rua é nitidamente “rejeitada”, comporta-se como um espaço que “resta” entre o shopping e a Igreja Madre de Deus. O poder público também mostra seu desinteresse quando, em épocas de carnaval, a rua vira local de banheiros químicos, parecendo ser o único uso possível para ela. Um espaço opaco entre os dois principais pontos luminosos do Pólo Alfândega, mas a sua inventividade se traduz no uso dos moradores de rua ou como lugar de ocupação de artistas itinerantes com sede no próprio bairro.

Figura 34 – Rua Alfândega.



(A) - Espetáculo “Pontilhados”. Fonte: MANTEUFFEL (2016) (B)– Rua Alfândega em perspectiva, direita Igreja Madre de Deus, esquerda shopping Paço Alfândega; (C) – Morador de rua na esquina da Igreja Madre de Deus. Fonte: Arquivos da autora (2016).

No entanto, durante os dias de semana, as diferentes temporariedades, entre os fragmentos do bairro, não ficam tão visíveis. A intensa movimentação dos usos institucionais, na região oeste da ilha, como a Prefeitura Do Recife, Polícia federal e o Tribunal Federal e o Porto Digital, garantem essa sensação. Os automóveis e ônibus que entram no Bairro passam a trazer os funcionários que transitam pelas ruas em direção aos seus trabalhos.

Na área mais central da Ilha, próximo ao antigo moinho de Trigo a vitalidade é garantida pela movimentação das atividades comerciais na área dos galpões. O intenso movimento de caminhões de carga e a atividade de carrega e descarrega ditam o ritmo dessas áreas próximo ao porto.

Quanto à área não poligonal, em relação aos aspectos visuais, é possível verificar recentes mudanças como a requalificação da Praça Tiradentes⁴⁴ e dos edifícios circundantes (Figura 35), isto pode ser entendido como uma nova fase de

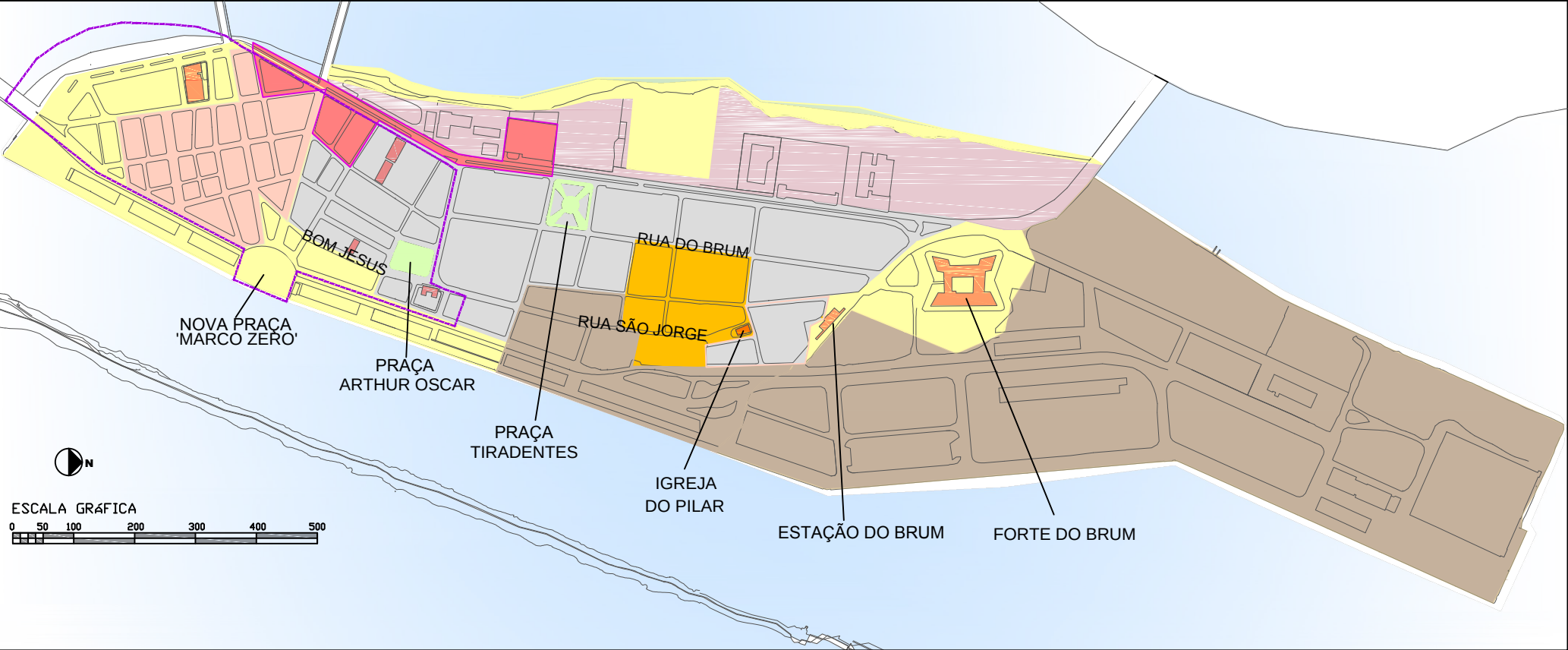
⁴⁴ O conjunto edificado do entorno da Praça Tiradentes encontrava-se bastante degradado. Situada no antigo trecho “fora de portas”, as quadras que ladeiam a praças foram planejadas e construídas em finais do século XIX para abrigar os usos residenciais e de armazenamento. A sua malha urbana, típica deste período, é caracterizada pela ortogonalidade do traçado, em que as vias maiores seguem o sentido norte-sul e as menores, perpendiculares àquelas, seguem o sentido leste-oeste (LIRA; PONTUAL, 2007).

demanda de espaços para instalação de empresas do pólo tecnológico atraído pelo Porto Digital (TINÔCO, 2011, p.79). Segundo Neves (2006, p.271) o foco central deste pólo é a “Estação Digital”, localizada nesta praça, e ainda, está previsto a sua ligação com a Praça Arthur Oscar e a Capitania do Porto. Considerando esse processo gradual de adaptação do espaço do bairro para o desempenho das novas funções inerentes a ao Porto Digital (Mapa 09), é possível verificar indícios de que este pólo venha a ocupar uma parcela da ilha antes entendida como um espaço vazio, sem sentido e sem utilidade. Porém, ainda não consegue mudar significativamente a qualidade de vida da Comunidade do Pilar.

Figura 35 – Requalificação Praça Tiradentes – Antes e depois.



MAPA 09 - PORTO DIGITAL, ZONEAMENTO PROPOSTA DE USO DO SOLO - 2001.



FONTE: TINÓCO, 2011, P.74; PLANO DIRETOR, 2001; MAPA BASE UNIBASE; ADAPTAÇÃO PELA AUTORA (2015).

LAZER E CULTURA - CINTURÃO DAS FUNÇÕES COLETIVAS DE LAZER (CONTEMPLAÇÃO, ESPORTES, ENTERTENIMENTOS), CULTURAL (SHOWS, CENTRO CULTURAIS, TEATROS) E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (MAR, RIO, MANGUE).	PORTO DIGITAL - TERRITÓRIO DAS FUNÇÕES ASSOCIADAS AO ECOSISTEMA DE NEGÓCIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC), INTEGRANTE DO BAIRRO DO RECIFE ANTIGO.	HABITAÇÃO - ESTÍMULOS À CONVERSÃO DAS EDIFICAÇÕES PARA USOS PREDOMINANTEMENTE HABITACIONAL.	SERVIÇOS FINANCEIROS - PRESERVANDO O EIXO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS INSTALADOS. URBANIZAÇÃO DO PILAR - IMPLANTAÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR, INFRAESTRUTURA URBANA E AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL NA COMUNIDADE DO PILAR.	PORTO URBANO MODERNO - MODERNIZAÇÃO DO ATUAL PORTO DE PASSAGEIROS OTIMIZANDO A UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE PORTUÁRIA E LIBERANDO ÁREAS PARA OPERAÇÕES URBANAS QUE AGREGEM VALOR À CIDADE DA TECNOLOGIA E RESTABELEÇAM A INTERFACE PORTO-CIDADE.	CONDOMÍNIO INSTITUCIONAL - CRIAÇÃO DE INSTRUMENTO DE GESTÃO DOS ESTACIONAMENTOS DO ATERRO DO CAIS DO APOLO E IMPLANTAÇÃO DE PARQUE.	LEGENDA: PRAÇA; MONUMENTO TOMBADO; POLIGONAL DE TOMBAMENTO
---	---	---	--	---	---	--

A temporariedade entre os fragmentos do bairro começa a ficar mais perceptível no fim de semana, já observado por Leite (2007), mas agora com algumas mudanças. Em uma tarde de sábado, é possível identificar mais facilmente uma refuncionalização a partir da inserção de usos e formas de apropriação. O bairro durante o período do fim de semana é ocupado principalmente por turistas e visitantes. Alguns ambulantes e artistas de rua também buscam espaço em meio o cenário de consumo das áreas revitalizadas. Muitas lojas, que durante a semana encontram-se fechados ou funcionam de forma parcial, no sábado, abrem.

No lado sul, o shopping Paço Alfândega ultimamente vem tentando atrair um público jovem, promovendo eventos temporários dentro do seu edifício. Neste dia de análise, estava acontecendo um evento organizado pela empresa telefônica vivo, intitulado de “PD lol 17”, que era voltado para os fãs de jogos virtuais e outras atividades eletrônicas (Figura 36). No entanto, mesmo fomentando a vinda desse público ao Bairro do Recife, o estímulo é a permanência dentro do edifício Paço Alfândega, com pouco diálogo com o entorno.

Figura 36 – Pessoas ao redor do pátio interno do Paço Alfândega para o evento “PD lol 17”.



Fonte: JÚNIOR, MOISES FERREIRA (2017).

Ainda no Polo Moeda, durante as primeiras horas da tarde já é possível encontrar os bares abertos e pessoas bebendo. Mesmo que a identidade boêmia do local fique mais evidente durante a noite, grupos de turistas ou famílias a passeio vão aos poucos se apropriando do espaço.

Caminhado mais um pouco, chaga-se na área mais “iluminada” atualmente, dentro do Bairro do Recife, que são os armazéns na frente marítima. Quando se aproxima a esta espaço, a sensação é de entrar em outro bairro, mas limpo e *clean*. A imagem do “novo” ou “renovado” é a estratégia luminosa de fragmentar as relações cotidianas do bairro preexistente, deslocando/escurecendo assim, o “velho e sujo” nas dinâmicas de globalização do espaço.

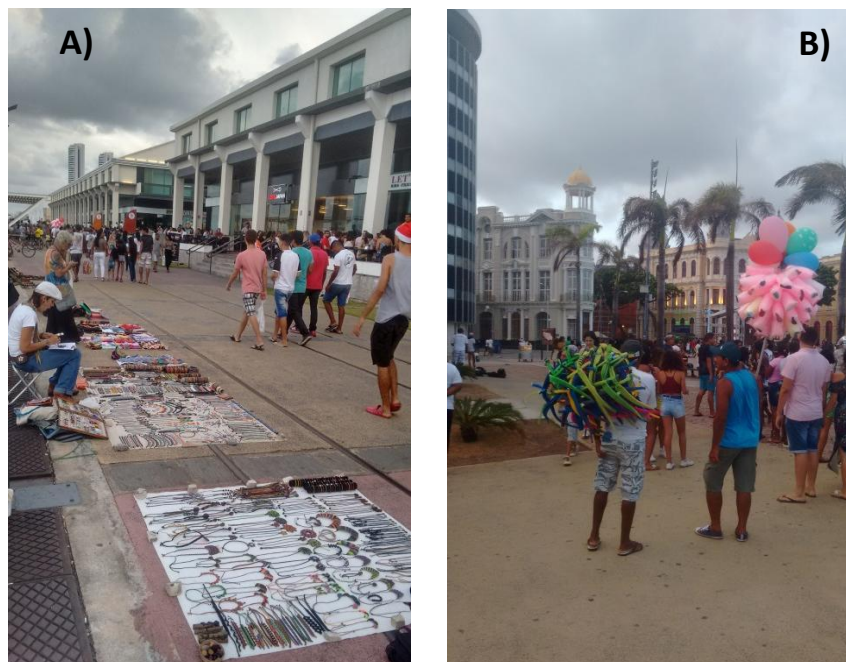
Nos finais de semana, essa área é bem frequentada, com espaços de permanência (Figura 37), e espaços de circulação (Figura 38), onde é possível ver os “contra-usos” do espaço” por ambulantes e artesãos, expondo suas mercadorias. Essa forma espontânea e informal de ocupar o espaço acaba contrastando com a imagem estática das atividades ligadas ao consumo segmentado dos armazéns com o seu pólo gastronômico.

Figura 37 – Pérgulas e bancos em madeira que avançam sobre o rio.



Fonte: JÚNIOR, MOISES FERREIRA (2017).

Figura 38 – “Calçadão” na beira rio e os “contra-usos”.



(A) Artistas itinerantes vendendo artesanato em frente aos armazéns, Fonte: JÚNIOR, Moises Ferreira (2017).

(B) Ambulantes vendendo algodão doce e balões junto ao Marco Zero, Fonte: JÚNIOR, Moises Ferreira (2017).

A Avenida Rio Branco, que foi pedestrianizada em meados de 2014 para abrigar o uso exclusivo de lazer, serve como guia norteador até os armazéns. Quando a proposta foi inaugurada ela foi potencializada por eventos como o “Recife Antigo de Coração” e “Domingo na Rua”, ambos atraíam diversos usuários que podiam aproveitar atrações musicais gratuitas e atividades esportivas e culturais.

Na área não-poligonal, na Comunidade do Pilar, parece não ter muita alteração na temporalidade de seu ritmo. Os usos cotidianos sempre raros de ser presenciados no restante do bairro, aqui estão sempre presentes: crianças jogando bola na rua, ou um morador lavando seu carro, mães passeando com o filho na calçada ou vizinhos conversando com as cadeiras na rua. Verifica-se uma relação íntima entre o uso habitacional e as formas cotidianas de se habitar o espaço urbano que estão diretamente ligadas ao uso ativo e diverso dos espaços públicos. À margem destes dois pólos, nos interstícios entre eles, foi sendo descoberto outro Bairro do Recife, que tem mais inventividade e por isso resiste em sua opacidade e em sua condição de “espaço da sobrevivência” (RIBEIRO, 2012, p.67) ou “espaço da resistência” (JACQUES, 2009).

Mas, não é fácil ultrapassar essa barreira simbólica - com a intenção de verificar até que ponto essa barreira existe, durante a caminhada nas “fronteiras” da comunidade do Pilar sem guia, nem morador local, - fomos observados todo o percurso até um cachorro avançar e nos “expulsar” do território, como intrusos estranhos.

Seguindo em frente, até os edifícios tombamos: Forte e a Estação do Brum, se encontram opacos nas políticas de revitalização do bairro. Esses dois monumentos nunca estiveram fortemente inseridos nas políticas de revitalização do Bairro, ficando desarticulados de toda a área atrativamente turística do Bairro do Recife.

Há, porém, espaços que permanecem luminosos. É o caso da Praça do Marco Zero⁴⁵, talvez o lugar mais visível e acessível do Bairro do Recife. A praça, como ela é hoje, resultou da revitalização da década de 1990, excluindo um espaço de permanência, frequentado pelos marinheiros e trabalhadores que à sombra das árvores conversavam a qualquer hora do dia, para transformá-lo em uma praça

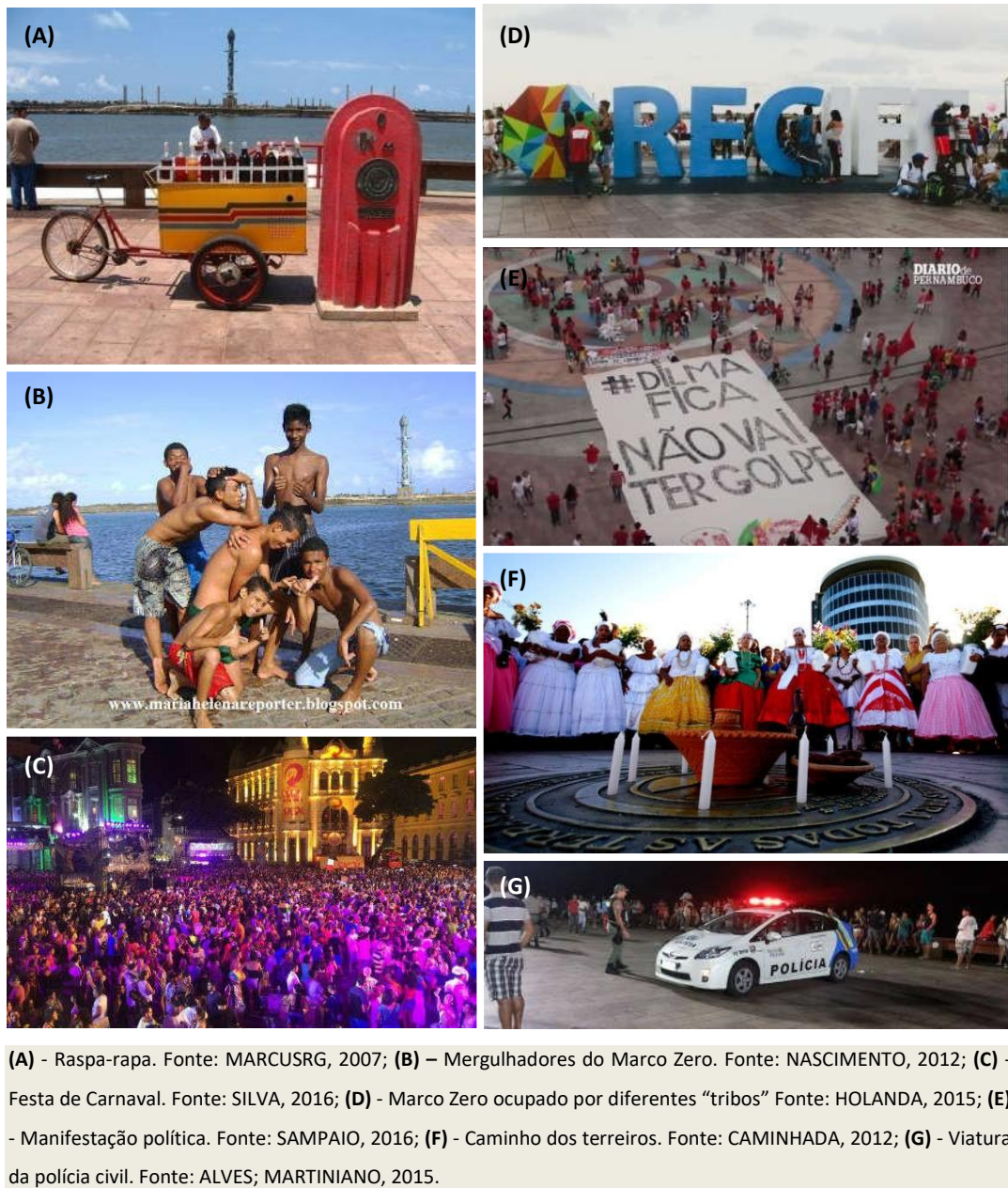
⁴⁵ Chamava-se Praça Rio Branco, porém, já era conhecida popularmente como Marco Zero porque, em 1938, o Automóvel Clube de Pernambuco instalou lá uma base de onde são feitas as medidas oficiais de distâncias rodoviárias (GOETHE, 2015).

sem bancos e sem sombra. O Marco Zero passou a ser a representação urbanística mais fiel da ideia empresarial daquele plano de revitalização, do desejo de mudar a imagem do bairro.

A praça ensolarada, vazia, inabitável à luz do dia, aparentemente sem interação, subtraiu seus tradicionais usuários: mendigos, estivadores, desocupados, visitantes. Porém, nunca perdeu completamente seus significados afetivos, atuando potencialmente como um espaço aberto para múltiplas apropriações (LEITE, 2007, p.220-311). Um espaço luminoso com rastros de opacidade, ou talvez mais que isso, a Marco Zero é um mix de usos hegemônicos e “contra-usos”, um híbrido cultural onde as fronteiras entre estes dois opostos se mostram menos rígidas.

Ao mesmo tempo em que a Marco Zero é um cartão postal da cidade, lugar onde acontecem os maiores eventos promovidos pelo poder público, como o carnaval, é também um lugar de protestos e manifestações políticas, de encontros dos diferentes. No que se refere aos grupos sociais que se apropriam desse espaço, revela a condição de intermediário atraindo nos fins de semana skatista, pipoqueiro, underground, turistas, pescadores, moradores do Pilar e policiais (Figura 39). Aqui a fragmentação parece se render (ou se revelar) com a presença de todos estes agentes.

Figura 39 – As diferentes apropriações da Praça do Marco Zero.



Com a atual operação urbana “Porto Novo do Recife” a Marco Zero continua sendo uma âncora espacial dentro do bairro, porém, com mais um adjetivo: passa a ser o marco simbólico de uma reocupação espacial por projetos hegemônicos, uma vez que se situa em meio aos armazéns do porto, agora iluminados.

O Porto do Recife, desde sua origem, sempre foi um agente modificador⁴⁶ do

⁴⁶ Para Gonçalves e Reynaldo (2002 apud Neves, 2006, p.274), um dos maiores desafios da requalificação do Bairro do Recife é o restabelecimento do diálogo entre cidade e o Porto,

espaço e da paisagem do bairro, mas atualmente, na perspectiva de transformar seu patrimônio ocioso em uma oportunidade de geração de renda, o porto se “transforma” em um dos agentes de requalificação do espaço urbano.

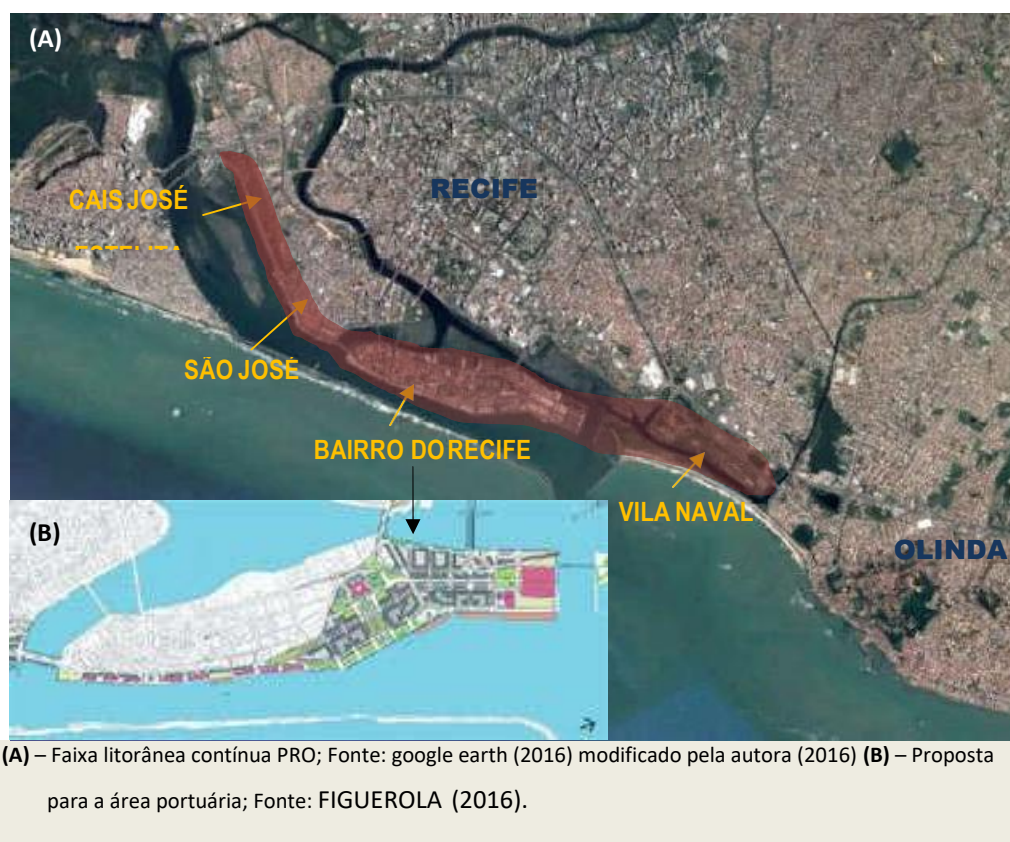
Este processo de iluminar o opaco, ou seja, focar a luz nos armazéns da frente marítima revela um interesse implícito na área que antes era tida como marginal e, agora, é considerada essencial para o “desenvolvimento” da cidade. Como exemplo desse processo de requalificação de áreas, geralmente, subutilizadas em frentes de mar cabe destacar casos representativos como: Baltimore e Boston na costa leste americana, o de importantes cidades europeias como Barcelona, Londres, Bilbao e Amsterdam ou dentro de um contexto sul-americano com caso do Puerto Madero em Buenos Aires. A diferença está na conexão estabelecida com outros projetos, pois a intervenção no Bairro do Recife está interligada com outros projetos na cidade, o que não aconteceu na revitalização da década de 1990, quando o bairro era visto de forma isolada.

A área dos armazéns já vinha sendo objeto de discussão de planos metropolitanos, a exemplo da “Metrópole 2010” e o “Metrópole Estratégica”, elaborados pela FIDEM. Tais planos caracterizavam esta faixa como um “Território de Oportunidades”, suscitando propostas que foram sintetizadas pelo Projeto Urbanístico Recife-Olinda (PRO)⁴⁷ (BRANDÃO, 2007). Embora não tenha sido executado, este projeto parece ter fortalecido as expectativas em torno desta área, sendo proposta para a cidade do Recife, a requalificação de 359 hectares que contemplava uma faixa litorânea contínua de cerca de 8 km de extensão que inclui, em especial, a Vila Naval, o Bairro do Recife, o Bairro de São José e o Cais José Estelita (Figura 40).

desgastado a partir dos anos 1950 face ao declínio das atividades portuárias, porém fatos como a transferência do controle do Porto para o Governo Estadual, em 2001, abriu espaço para uma nova cooperação entre Porto-Cidade.

⁴⁷ Resultado de um convênio firmado em 2005, entre as prefeituras de Recife e Olinda, mais os governos Estadual e Federal (VIEIRA, 2007, p.199).

Figura 40 – Faixa litorânea contínua do centro histórico do Recife e proposta do PRO para o Bairro do Recife.



Toda a parte sul do Bairro do Recife, bem como a extensão norte ocupada pelo porto, se inserem no caminho contínuo traçado pelas propostas do PRO. Porém, só o projeto dos armazéns teve mais força e vem sendo concretizado, mesmo assim, porque essa operação faz parte de projetos bem mais complexos (e questionáveis), que se estendem em direção ao Cais de Santa Rita e ao Cais José Estelita. Sob a denominação de projeto “Novo Recife”⁴⁸, é proposta a implantação de um complexo interligado de centros de comércio, hotéis, edifícios empresariais, apartamentos residenciais de alto luxo e equipamentos de mobilidade urbana para tornar o centro histórico do Recife estruturado para atender uma parcela da população mais aquinhoadada (BARBOSA, 2014, p.113). Estes requisitos também atendem ao Porto Digital, uma vez que as suas atividades “constituem as articulações nodais com o mundo globalizado” (TINOCO, 2011, p.72).

Parece ficar evidente que o grande objetivo das operações do “Porto Novo Recife”

⁴⁸ Projeto que redesenha a faixa contínua da frente marítima do centro histórico do Recife, nada integrada ao espaço pré-existente, mas totalmente condizente com as operações pensadas ao porto em processo de “modernização”.

é exclaimar a necessidade de tornar esta área da cidade atrativa e imageticamente mais vendável. Orientadas pela lógica econômica, apoiada em referenciais internacionais mencionados anteriormente, participam da construção de nichos de mercado que acabam mudando o conteúdo da centralidade do centro histórico, com todo seu simbolismo, correndo o risco de resgatar apenas a centralidade urbana (LACERDA, 2004 apud NEVES, 2006, p.264). O resultado desta proposta pode ser antevisto como mais uma etapa do processo de fragmentação socioespacial do Bairro do Recife, por meio da subtração desta área dos armazéns em relação ao seu entorno imediato, visando conectá-la muito mais com os demais empreendimentos previstos do que com o próprio bairro. Portanto, este pode vir a ser um espaço local cada vez mais fraturado sociopoliticamente, sem continuidade com a estrutura socioespacial que o cerca (SALGUEIRO, 1998).

No entanto, este não é o único erro sobre a visão fragmentada do espaço. Mais uma vez, a própria área que está sendo iluminada, está sendo fragmentada, uma vez que, ao lado norte da Praça do Marco Zero, estão sendo implantados equipamentos culturais por ação do poder público, enquanto o lado sul vem sendo destinado a bares e restaurantes explorados pela iniciativa privada. O que era um conjunto arquitetônico portuário parece não ser mais, os tratamentos de projetos e de funções diferenciados causam a sensação de ruptura dessa preexistência (Figura 41).

Figura 41 – Caminhando na Av. Alfredo Lisboa, conjunto dos armazéns.



(A) - Museu Cais do Sertão, armazém 11 – lado norte; (B) - Empreendimento “Armazéns do Porto” – lado sul, armazém 13. Fonte: arquivo da autora (2015);

Algo novo nesta operação é justamente a criação de “âncoras culturais” que o poder público está promovendo, como o Centro de Artesanato, o Museu Cais do

Sertão e o Museu Paço do Frevo⁴⁹, as quais podem funcionar como fortes indutores da conservação do bairro. Esse aumento de oferta cultural pode ser interpretado como uma tentativa de criar um “pólo cultural” diferenciado daquele criado na década de 1990, onde o lazer era vinculado, na grande maioria, a bares e restaurantes.

Em meio a tudo isso, o que não muda é a Comunidade do Pilar. Ela permanece em segundo plano e, mesmo com a construção das 108 unidades habitacionais, não se estabelece uma dinâmica na dimensão necessária para resolução do problema. Cada vez mais é reforçada a sensação de que existem dois bairros distintos dentro de um só, tanto física quanto funcionalmente. Os espaços revitalizados, iluminados, são lugares de exclusão para os moradores da comunidade, que encontram claras barreiras que os separa em relação ao resto da ilha e, diante disso se isolam como uma forma de defesa. Ao se referirem à comunidade, seus moradores situam o “aqui dentro” em contraponto ao “lá fora” da área revitalizada, como se eles não fizessem parte do mesmo Bairro do Recife, como não o fazem, de fato (MELO, 2003, p.106- 107).

Aqui fica a questão: a estratégia de intervenção em curso hoje, no Bairro do Recife, não é, de maneira geral, a mesma com que se atuou no Pólo Bom Jesus? Então que resultados podem ser esperados, se as áreas de abrangência do pólo “Novo Recife” são tratadas de forma independente num processo de delimitação e distinção de espaços destinados à especialização econômica e funcional para o uso turístico, lazer e consumo, e dirigidas aos mesmos agentes hegemônicos? Leite (2007, p.259), observou que quem iria ao Bairro do Recife e instalava-se apenas no Pólo Bom Jesus, desconhecia as feições contraditórias daquele lugar. Hoje, pode-se dizer o mesmo do “Porto Novo”.

Continua-se desconsiderando que a preservação dos valores patrimoniais, no Bairro do Recife, depende de sua democratização, isto é, de sua apropriação social, de sua promoção como interesse de todos os agentes sociais (NEVES,

⁴⁹ É interessante citar o caso do conjunto de edifícios denominado Chanteclair que também tem a intenção de funcionar como uma âncora cultural dentro do bairro – localiza-se vizinho a Igreja Nossa Senhora da Misericórdia, no Pólo Alfândega. Este conjunto foi objeto de intervenção na reabilitação da década de 1980, com uma proposta de transformar parte dos edifícios em um núcleo de vida cooperativa (URB-RECIFE, 1990), mas com o fim deste plano nada foi feito. Na década de 1990, com o Plano de Revitalização ele volta a ser objeto de obras, mas agora associado ao Paço Alfândega, que previa a criação de um Festival Mall (shopping de eventos) no conjunto edificado. O projeto foi aprovado pelo IPHAN e recebeu recursos do Ministério da Cultura, através do programa Monumenta/BID, no entanto, só em 2014 a recuperada das quatro fachadas foi concluída, restando finalizar a parte interna que se encontra em ruínas, a proposta é destruir toda a organização espacial e transformar em um único edifício.

2006). Parece-nos evidente que essas ações de conservação do Bairro do Recife, que tendem a uma fragmentação contínua, não acompanham o patrimônio oficialmente reconhecido, priorizando parcelas específicas em detrimento de lugares e de riquíssimos exemplares arquitetônicos que também fazem parte da história do Bairro do Recife. Por exemplo, cita-se o realce que se deu a Rua do Bom Jesus como uma das poucas ruas remanescentes que faziam parte do principal percurso quando o bairro ainda era uma vila (Figura 3, cap.1, p.12), no entanto, ela não é a única que permaneceu, tendo a Rua São Jorge, a Igreja do Pilar e a Estação do Brum⁵⁰, todos esses referenciais invisíveis perante a política de preservação, espaços opacos que em conjunto aos espaços luminosos formam e transformam a Ilha do Recife, por muitas vezes percebida apenas por fragmentos.

Quando a noite se inicia, no Bairro do Recife, caminhar é um convite ao perigo. Durante a semana, o bairro acompanha o ritmo dos muitos estabelecimentos e escritórios, encerrando seu expediente gradativamente a partir das 18 horas. Torna-se uma tarefa difícil encontrar pessoas transitando pelas ruas menos iluminadas, até mesmo pessoas se dirigindo a pé para o terminal de ônibus Cais de Santa Rita, pela ponte 12 de Setembro. A movimentação de carros perde a intensidade nesse período, as ruas que durante o dia viram um cenário de intensas disputas por vagas de estacionamento, ao anoitecer recebem um número bem escasso de automóveis. O Bairro do Recife se mostra assim, um bairro comum na cidade do Recife, dentro da dinâmica comum de um bairro central numa cidade metropolitana, apensar dos investimentos durante todos esses anos.

Porém, nem todos os lugares do bairro se manifestam vazios de pessoas, contrariando essa lógica: o Polo Moeda, o Shopping Paço Alfândega e sua loja âncora - a livraria cultura atrai grande parte dos poucos usuários que permanecem ou visitam o Bairro do Recife durante a semana à noite. E a Rua da Moeda, que mesmo sem a potência e vivacidade pretéritos, também contribui para manutenção da dinâmica do bairro. Com poucos bares e restaurantes que se mantêm abertos, ainda assim é possível contar os poucos clientes que de desfrutam da tradicional apresentação “vós e violão” do Bar Sushi Digital. E logo

⁵⁰ Prolongamento da Rua Bom Jesus, a Rua São Jorge é original do séc. XVI e ladeia a Igreja Nossa Senhora do Pilar construída no séc. XVIII. Estende-se até a Estação do Brum, inaugurada em 1881. O largo da Igreja do Pilar constituía o núcleo do povoado chamado “Fora de Portas”, população que vivia fora dos limites do Povoado Recife (GIUSTINA, 2010).

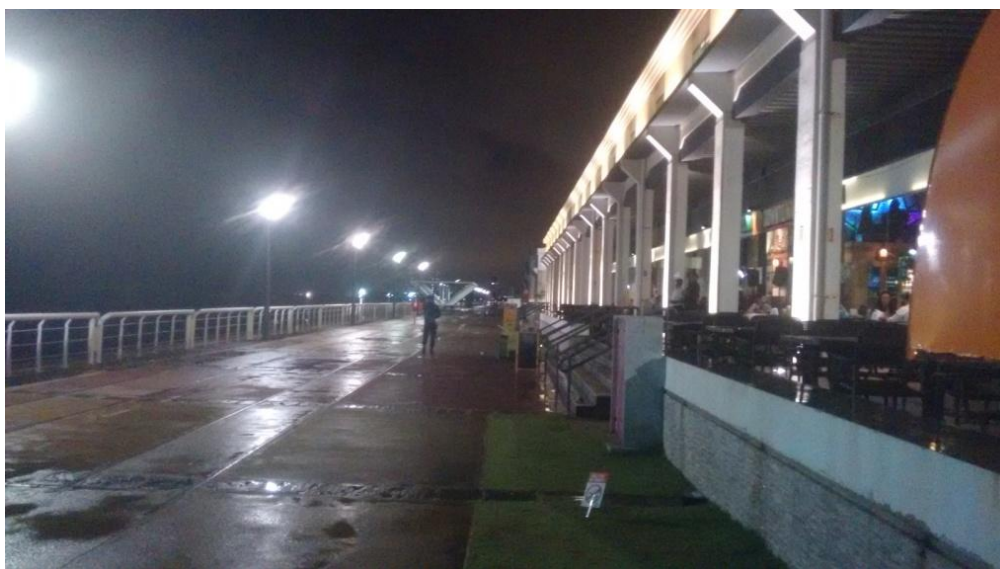
em frente, o Bar Novo Pina (antigo bar Pina de Copacabana) com as portas fechadas, esperando o movimento dos fins de semana.

O cenário das outras ruas do Polo Moeda, como a Madre de Deus e Mariz e Barros, só não se apresenta completamente esvaziado devido à presença de alguns ambulantes e moradores de rua e flanelinhas que caminham de um lado para o outro aparentemente sem rumo.

Indo em direção ao lado norte da ilha do Recife: a Avenida Marquês de Olinda, uma das mais importante e estratégica avenida para mobilidade dentro do Bairro, as figuras que se evidenciam são os taxista a espera de passageiro. Mas quando se permite observar melhor, logo se vê os inúmeros moradores de rua que vão se arrumando em baixo das marquises dos imponentes edifícios ecléticos.

Em direção à área dos armazéns revitalizados do projeto Porto Novo Recife, o novo foco iluminado por parte das estratégias público- privadas, também não se mostra tão atraentes para o passeio. Na área do armazém 14, ainda em fase de conclusão da obra, o vazio toma conta da paisagem. Caminhando para os outros armazéns, foi possível ver alguns estabelecimentos aberto, como o “Rock Ribs” e o “bar Seu Boteco”, mas a movimentação nas áreas públicas era bem reduzida (Figura 42).

Figura 42 – Caminhando na Beira Rio, Armazém 12.



Fonte: JÚNIOR, MOISES FERREIRA (2017).

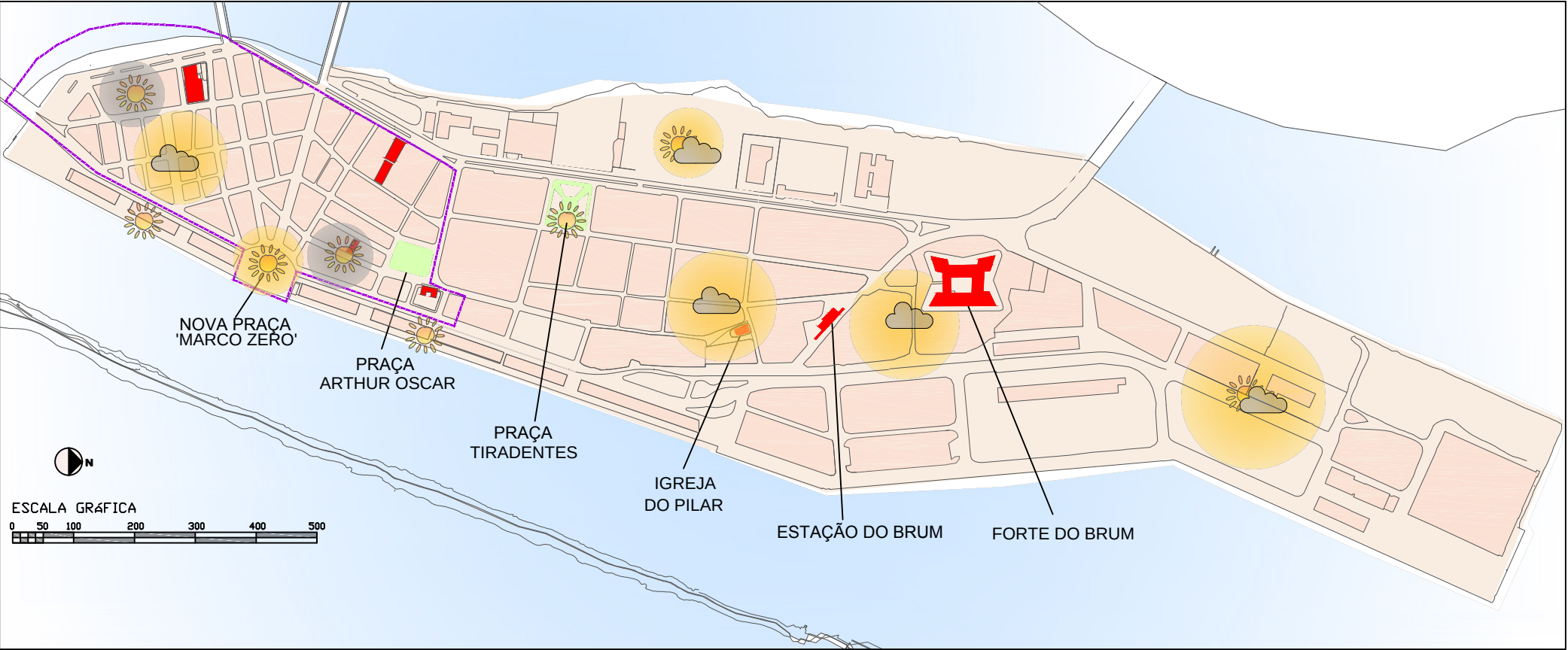
O espaço da Praça Rio Branco (Marco zero da cidade), curiosamente, os únicos dois ambulantes e um pequeno grupo de ciclistas e skatistas, que utilizavam o local como palco para suas manobras iam, juntos, se agrupando num canto da praça.

Indo em direção a Rua do Bom Jesus, onde tem dois bares e algumas lojas voltadas para venda de artesanato e suvenires para turistas, porém todos fechados. Ainda no Polo Bom Jesus, com as ruas vazias, foi possível se surpreender com atividades artísticas próximas a Praça do Arsenal da Marinha, no bar “Teatro Mamelungo”, cheio de clientes e em um enorme burburinho, era dia do “Noite de Poesias”, evento que é organizado por Cida Pedrosa⁵¹. O que me chamou atenção foi o caráter democrático da atividade, onde a calçada era o palco para os poetas recitarem suas poesias. Parece haver, dentro da poligonal iluminada, atividades que resistem fora do circuito globalizantes, que ocupa as ruas e calçadas.

Mas, novamente, fica evidente a forte barreira entre essa área poligonal, quase deserta salvo alguns lugares que conseguem agrupar um número de pessoas, e o lado norte do Bairro do Recife, junto a Comunidade do Pilar. O meu percurso termina aqui, não consegui atravessar “o outro lado” do bairro, parei na barreira criada entre esses dois lugares.

⁵¹ Advogada e poetiza famosa por atuar junto a grupos e movimentos sociais desde a década de 1980.

MAPA 10 - SÍNTESE DOS ESPAÇOS OPACOS E LUMINOSOS - 2016



FONTE: MAPA BASE UNIBASE; ADAPTAÇÃO PELA AUTORA (2016).

- TEMPO LONGA DURAÇÃO;
- TEMPO CURTA DURAÇÃO;

- AÇÃO AGENTE:
- ESPAÇOS LUMINOSOS;
 - ESPAÇOS OPACOS;
 - ESPAÇO À MARGEM DOS PLANOS DE "REVITALIZAÇÃO"

- LEGENDA:
- PRAÇA;
 - MONUMENTO TOMBADO;
 - POLÍGONO DE TOMBAMENTO;

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Andando pelas ruas do Bairro do Recife, ainda permanecem as diferentes temporariedades já observadas por Leite (2007), embora algumas mudanças fossem observadas.

O problema de estacionamento nas ruas do bairro continua, no início do dia de semana, a paisagem do Bairro do Recife vai aos poucos se resumindo a um grande estacionamento a céu aberto. O bairro atrai hoje uma quantidade intensa de automóveis e nas primeiras horas do dia, pode-se dizer que as Avenidas Cais da Alfândega, Cais do Apolo e a Rua Madre de Deus assumem a função estratégica de deslocamento, que permite a entrada e a saída da ilha do Recife.

Os pólos Bom Jesus e Alfândega, que foram o foco das luzes na década de 1990, são como espaços que “esmaeceram” após um ápice, de curta duração, que não se sustentou por serem voláteis os valores atribuídos a eles e por seu público alvo agir como um “consumidor de modas”, como um espectador perante a imagem-síntese que seduz o olhar. Mesmo assim, essa condição efêmera de pólo de atração e as novas dinâmicas ali implantadas causaram uma ruptura socioespacial, deixaram uma marca diferenciada no espaço que os torna evidentes até hoje no conjunto do bairro. Hoje, a Bom Jesus permanece como um cartão postal do Bairro do Recife, ainda é uma das ruas mais visitadas nos fins de semana, mas a rua que se buscou construir no Plano de Revitalização da década de 1990 não existe mais. Os bares e restaurantes daquela época já não atendem os turistas que encontram apoio na feirinha de artesanato promovida no espaço público pelo poder público, pois os empreendedores privados perderam a credibilidade que tiveram neste lugar.

E o pólo “não-oficial” da Rua da Moeda foi utilizado para revelar estes espaços encobertos e invisíveis, mas que lentamente vão conquistando uma luminosidade, pela ação de agentes que “relugarizam” esses vazios deixados pelos planos oficiais.

Hoje, o contínuo movimento que faz os espaços do Bairro do Recife se alternar entre luminosos e opacos, entre luzes que se esmaecem e nuvens que dissipam (Mapa 10, p.109) foi, e continua sendo, o resultado das intervenções no seu

espaço. Ou seja, a análise aqui desenvolvida sobre as implicações da fragmentação socioespacial na conservação do Bairro do Recife permitiu inferir, de modo geral, que o espaço urbano patrimonial do bairro, hoje, é produto dos planos de conservação, não integrada, mas seletiva.

Esta postura seletiva foi reforçada com o Plano de Revitalização de 1993, sustentado em promessas de intervenções mais eficientes para a conservação do Bairro do Recife, mas na prática o mesmo reduziu o entendimento mais abrangente do conjunto histórico. Podemos perceber isto no zoneamento dos três setores do plano (revitalização, renovação e consolidação), as suas delimitações foram baseadas no potencial econômico que cada setor demonstrava ter a partir dos usos preexistentes. Verifica-se como esta postura foi diferente do zoneamento do Plano de Reabilitação de 1980 que formulou o zoneamento fundamentado nas especificidades das características espaciais, arquitetônicas e históricas de cada área do bairro, possibilitando mais flexibilidade em torno do uso do solo.

Outro aspecto demonstrado pela análise é a constante alternância e fragmentação daqueles que são definidos como os espaços luminosos. Explica-se: ocorreu que a poligonal de tombamento, a princípio iluminada como um conjunto foi fracionada em pólos de interesse delimitados por critérios de seletividade de ruas e prédios. Assim, o que era um conjunto patrimonial luminoso foi fragmentado em pólos que deveriam conseguir ser hegemônico perante os outros subespaços, estabelecendo os parâmetros globalizantes com mais facilidade. No entanto, infere-se que a formação desses espaços propicia que os mesmos se fechem em si, dificultando o efeito catalisador que deveria ser característico dos pólos de atividade. Sendo assim, confirma-se a hipótese de que esta fragmentação socioespacial do bairro é produto de uma recorrente estratégia de intervenção que privilegia pontos específicos de ação, sem que o mesmo seja entendido em sua totalidade enquanto uma área de conservação patrimonial.

A análise mostrou que a delimitação espacial segrega e a especialização funcional é insustentável, porém tudo isto está subordinado a uma questão maior: a submissão do preexistente aos interesses exógenos, ou a interesses individuais dos próprios agentes locais, como por exemplo, o Porto do Recife que por muitos anos fez prevalecer seus anseios dentro do bairro. Mesmo havendo, no âmbito dos planos, a intenção de conciliar os interesses internos aos externos, estes foram sempre associados a agentes hegemônicos, negando o poder de vivência

que a população residente e o usuário cotidiano tinham.

Verificou-se que na década de 1990, o bairro era frequentado por diversos grupos que se apropriavam de diversos espaços. Mas, como visto essa heterogeneidade não foi estimulada pelo plano, pois a ação em ruas e prédios específicos levou mais a um fechamento e exclusão do que propriamente a diversidade de seus usuários. Esta estratégia de construção de espaços mais elitistas e homogêneos, também se mostra evidente nos rumos recentes das intervenções nos armazéns do porto.

O diálogo entre essa área sob intervenção e o bairro histórico é frágil, enaltecendo a frente marítima como símbolo “da vida plena, clean e justa”, onde os novos empreendimentos são abertamente direcionados a um público específico, com capacidade de consumi-los. Trata-se, portanto, da conservação do patrimônio a serviço de alguns, para que estes desfrutem da paisagem histórica, tanto quanto desfrutem de um simulacro. Hoje, observa-se uma submissão do preexistente bem mais direcionada aos interesses externos, se comparamos, por exemplo, ao que ocorreu na década de 1990, por que se propõe que esta parcela dos armazéns esteja integrada a projetos mais complexos na área envoltória do bairro, os quais têm a mesma característica excludente.

A diminuição da experiência lenta e orgânica dos agentes opacos é ainda mais evidente quando percebemos que a relação entre áreas opacas e luminosas é sazonal. Sabendo que os espaços luminosos estão dentro de uma lógica de mudanças rápidas e vertiginosas, ocorre que o luminoso de uma época pode vir a ser opaco em um momento seguinte. Verifica-se, por tanto, uma lógica muito maior dessa dinâmica de “iluminar” os espaços globalizados da cidade. A produção do espaço urbano é baseada na obsolescência dos espaços que outrora foram iluminados, que vem se reproduzindo ao longo do tempo.

Retomando brevemente, podemos perceber que a reforma modernizadora, do início do século XX, teve como símbolo as duas avenidas radiais: Marques de Olinda e Rio Branco, onde as principais atividades financeiras se instalaram. No Plano de Revitalização de 1990, essas avenidas continuaram com um papel importante, o da circulação, porém, não mais representavam a expressão desse fim de século, a qual estava direcionada para a Rua do Bom Jesus, vinculada ao turismo, à animação cultural. Atualmente, o que se torna mais interessante iluminar é a arquitetura portuária e a frente d’água, onde o projeto “Porto Novo”

está se transformando no símbolo desta geração. Fica evidente, portanto, o caráter sazonal do luminoso.

Esta alternância, entre escurecer e iluminar, é negativa, principalmente em se tratando de áreas históricas, onde a ruptura pode ocasionar a perda de referências identitárias dos diferentes grupos sociais, os quais vão se relacionar com fragmentos, detentores de valores voláteis e mutáveis, resultando que a relação com o patrimônio construído é baseada em mobilizações induzidas pelos agentes hegemônicos, cujo objetivo, em geral, é forçar o consumo do produto urbano imediatamente visível. A identidade dos lugares passa a ser vinculada a tendências da moda, relegando a segundo plano questões mais complexas entre lembrar e esquecer. Esta ação coercitiva prejudica as manifestações espontâneas, das descobertas e das diferentes experiências que o lugar pode proporcionar, formando um público conduzido a ver aquilo que se deseja mostrar.

Sobre a relação da população com o patrimônio, cita-se uma das diretrizes da conservação integrada que é: “o patrimônio é uma riqueza social; sua manutenção, portanto, deve ser uma responsabilidade coletiva”. Ou seja, enquanto os documentos patrimoniais indicam uma vertente de integração, as ações preservacionistas no Bairro do Recife seguem o caminho oposto, implicando na separação dos usos e usuários, resultando em um espaço fragmentado e desigual. A preocupação das políticas integradas, não representa necessariamente a integração de todas as partes da cidade histórica, demonstrando que se faz necessário avançar muito mais neste aspecto.

Como constatação final, ao que parece, todos os usos atribuídos para a conservação dos conjuntos históricos pode ser positivo desde que devidamente equilibrados e integrados entre si. Os usos e usuários luminosos, sob a lógica da globalização, não ficam excluídos desse entendimento, pois demonstram ter uma possibilidade de viabilização turística importante para essas áreas, porém o viés econômico não pode ser encarado como única alternativa e não pode ser entendido, de forma tão rígida, como início, meio e o fim desse processo de “revitalização” levando ao abandono da área quando esta não for mais rentável. Há outras possibilidades que por vezes, como foi demonstrado no Bairro do Recife, conseguem dar sustentação na conservação patrimonial devido a sua possibilidade de se reinventar e dar continuidade a este processo. Ou seja, os excluídos da espetacularização do patrimônio talvez levem consigo a chave da

sua reversão, que seria refletido na participação popular e nas experiências cotidianas não planejadas, nem determinadas por agentes externos. A curta durabilidade, a momentaneidade da moda e alternância dos luminosos, não seria tão danosa, na medida em que as manifestações espontâneas dos diferentes grupos sociais fossem incorporadas a essa dinâmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (orgs.) A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios, 2011, p.19-39.

ALVES, Igor; MARTINIANO, Diego . LIBERDADE PARA O RECIFE ANTIGO! : Corra que a polícia vem aí!. 2015. Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/curiosidades/o-que-foi-movimento-manguebeat.htm>>. Acesso em: 11 out. 2016.

ANDRADE. José Aquiles Sousa. Revitalização do Centro histórico de São Luís - MA: Desafios e oportunidades. Vila Real de Santo Antônio: Seminário internacional de cidades e entidades iluministas. 06 a 09 de outubro de 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço, polarização e desenvolvimento. A teoria dos Pólos de Desenvolvimento e a Realidade Nordestina.. Recife: CRAM, 61-80 p. 1967.

ÁREA de Abrangência do Plano. Disponível em: <<http://www.centroantigo.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª. ed, 1983.

ARQUEOLÓGICO, Brasil . Arqueologia do Forte do Brum. Disponível em: <<http://www.brasilarqueologico.com.br/arqueologia-forte-brum.php>>. Acesso em: 18 out. 2016.

AUGÉ, Marc. Não-lugar. Introdução a uma Antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus. 9ª ed, 2012.

BARBOSA, D. T. Novos recifes, velhos negócios política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da Baía do Pina – Recife/PE: uma análise do projeto novo recife. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) PPG-UFPE, Recife, 2014.

BENEVIDES, Gustavo. Pólos de desenvolvimento e a constituição do ambiente inovador: uma análise sobre a região de Sorocaba. 260 f. Tese (doutorado) (Pós-Graduação em administração)- Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2013.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. Planes estratégicos y proyectos metropolitanos. Cuadernos Ippur, n. 1, 1997.

BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. EURE (Santiago)[online]. 2005, vol.31, n.93, pp. 53-71. ISSN 0250-7161.

BOTLER, Milton; PEREIRA, Romero; JUREMA, Silva. Estratégias recentes e perspectivas de revitalização do Bairro do Recife. In ZANCHETTI, Silvio; MARINHO, G.; MILLET, V. (Orgs.). Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas. Recife: MDU-Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. 1995, p. 36-41.

BRAGA, Paula Marques. Intervenções Urbanas em Áreas Centrais Históricas: Paisagens Particulares versus a Banalização da Paisagem. Contradições entre a Preservação do Patrimônio Cultural e a Promoção do Turismo em Intervenções Realizadas no Centro Histórico de Salvador e no Bairro do Recife. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2013.

BRANDÃO, Zeca. O Pragmatismo do Desenho Urbano com Memória: a Operação Urbana Cais do Porto. In: 3º Seminário Projetar, v.3, Porto Alegre, 2007, p. 1-26. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/2278>>. Acesso em: 27 set. 2016.

_____. Núcleo Técnico de Operações Urbanas: Estudos 2007 – 2010. Recife: CEPE, 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda. No território do passado, a construção do futuro. s/d

BRENDLE, Betânia; VIEIRA, Natália Miranda. Cais do Sertão Luiz Gonzaga no Porto Novo do Recife. Destruição travestida em ação de conservação. Arquitectos, São Paulo, ano 13, n. 150.03, Vitruvius, nov. 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/13.150/4460>>. Acessado em 12 abr. 2015.

BUARQUE, Sérgio Miguel. Sobre portões e lugares invisíveis. 2015. Disponível em: <<http://marcozero.org/sobre-portoes-e-lugares-invisiveis/>>. Acesso em: 14 out. 2016.

CAMINHADA inicia celebrações da consciência negra em Pernambuco: Registro da 6ª edição do evento. 2012. Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/canal/culturapopular/caminhada-inicia-celebracoes-da-consciencia-negra-em-pernambuco/>>. Acesso em: 11 out. 2016.

CARRIÓN, Fernando. Vinte temas sobre os centros históricos na América Latina. **JOKILETHO, J. et. all. Gestão do patrimônio cultural integrado**, p. 45-50, 2002.

CARTA DE VENEZA, Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 19, n. 5, p. 106-107, 1964.

CARVALHO, Ciara . MPF pressiona PCR para entregar moradia do Residencial do Pilar. jconline, Recife, 30 ago. 2016. CIDADES, p. 1. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2016/08/30/mpf-pressiona-pcr-para-entregar-moradia-do-residencial-do-pilar-250742.php>>. Acesso em: 07 out. 2016.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. Annablume de São Paulo, 2009.

_____. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável, v. 1, n. 1, 2013.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. Recife do Corpo Santo. Secretaria de Cultura do Recife. Recife. 1997.

CBN RECIFE. Ciclo faixas de turismo e lazer funcionam também nesta sexta-feira. Disponível em: <<http://www.cbnrecife.com/noticia/ciclo-faixas-de-turismo-e-lazer-funcionam-tambem-nesta-sexta-feira>>. Acesso em: 20 set. 2016.

CHETRY, Michael. Os conceitos da metrópole latino –americana contemporânea. In Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, Ano 5, n. 16, mar 2014, p.61-67.

CIDADES, Editoria. Empreendedores cobram projeto de ocupação para o Recife Antigo. jconline, Recife, 13 jan. 2015. CIDADES, p. 1. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/01/13/empreendedores-cobram-projeto-de-ocupacao-para-o-recife-antigo-163938.php>>. Acesso em: 17 out. 2016.

COMPANS, R. Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais In: CAMINHOS para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: PMSP/EMURB, p.23-60, 2004.

CORAGGIO, J. L. Polarización, desarrollo y integración. In: KUKLINSKI, A. Desarrollo polarizado y políticas regionales. México: FCE, p.49-60, 1985.

CORREDOR Cultural: Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no. Rio de Janeiro: IPLANRIO/RIOARTE, 2ª ed, 82 p, 1989.

CUNHA, Alexandre. Obras paradas e indignação na comunidade do Pilar: População continua refém da falta de ações da Prefeitura. Leiajá, Recife, 01 abr. 2014. CIDADES, p.1. Disponível em: <<http://www.leiaja.com/noticias/2014/04/01/obras-paradas-e-indignacao-na-comunidade-do-pilar/>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

POZZO, Clayton Ferreira Dal. Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas: os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e

Presidente Prudente. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: [s.n.], 2015.

DAMASCENO, Ângela Nunes. Rio de Janeiro: a cidade que os médicos pensaram e os engenheiros produziram. IV Seminário de História da Cidade do Urbanismo. Rio de Janeiro, 1996.

DANTAS, Wellington et al. Uma produção cultural: Longo alcance. Disponível em: <<http://www.longoalcance.com.br/brecife/mapas.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

DIAS, Adriana Fabre. A reutilização do patrimônio edificado como mecanismo de proteção: uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis. Florianópolis. 2005. P. 39-42. Disponível em: <http://www.historiadorbrasil.net/brasil_republicano/revolucao_1930.htm>, acessado em: 12 - nov- 2015.

DU BOUAGE, Francisco . Cruz do Patrão, Recife 1912. Disponível em: <<http://www.fotolog.com/antonio0725/21300000000035389/>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

ECOPASSAPORTE, Recife. Disponível em: <<http://ecopassaporte.com/pe/pt/roteiro/recife/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

FERNANDES, Cláudio. O que foi o Movimento Manguebeat?. Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/curiosidades/o-que-foi-movimento-manguebeat.htm>>. Acesso em: 11 out. 2016.

FERRAZ, Marcelo. O Pelourinho no Pelourinho. Minha Cidade, São Paulo, ano 08, n. 096.02, Vitruvius, jul. 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.096/1885>>. Acessado em: 25 ago. 2016.

FIGUEROLA, Valentina. Projeto Urbanístico Recife-Olinda. Território de oportunidades. In Revista AU, Ano 21, n. 149, ago. p.46-55. 2006.

_____, Valentina. Apresentação do projeto Urbanístico Recife-Olinda. 2012. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/16/apresentacao-do-projeto-urbanistico-recife-olinda/>>. Acesso em: 24 maio 2016.

GIUSTINA, Lêda Bernardi Della. O pilar que ficou: um estudo de conservação em bens patrimoniais a partir do conceito de valor: o caso da Igreja do Pilar do Recife. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de mestrado, 2010.

GOETHE, Paulo . A praça antes do Marco Zero . Diário de Pernambuco, Recife, 14 jan. 2015. Diário na Redação, p. 1. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2015/01/14/a-praca- antes-do-marco-zero/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

GOMES, Geraldo. Por que o Bairro do Recife? IN: ZANCHETI, Silvio Mendes; MARINHO, Sergio; MILET, Vera. (org). Estratégias de intervenção em Sítios Históricos. Recife: MDU / UFPE, nov.1995, p.89-94.

GONDIM, Alexandre . Comunidade do Pilar à espera das moradias prometidas. jconline, Recife, 15 jun. 2015. CIDADES, p. 1. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/06/16/comunidade-do-pilar-a-espera-das-moradias-prometidas-186016.php>>. Acesso em: 07 out. 2016.

HARVERY, David. Justice, Nature and the Geography of Difference. Cambridge e Oxford: Blackwell. 1996

HOLANDA, Katarina . Marco Zero e Armazéns do Porto: gastronomia e cultura em Recife. 2015. Disponível em: <<http://outroblog.com/2015/12/marco-zero-e-armazens-do-porto-lugares-para-visitar-em-recife.html-brum.php>>. Acesso em: 18 out. 2016.

JACQUES, Paola Berenstein. Errâncias urbanas: A arte de andar pela cidade. Revista Arqtexto, n. 7, p. 16-25, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_7/7_Paola%20Berenstein%20Jacques.pdf> (Acesso em 17 de OUTUBRO de 2016).

_____, Paola Berenstein. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. Arqtextos, São Paulo, ano10, n. 110.02, Vitruvius, jul. 2009 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/10.110/41>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

JC ONLINE. Moradores da Comunidade do Pilar protestam na Avenida Cais do Apolo. jconline, Recife, 17 fev. 2014. CIDADES, p. 1. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/02/17/moradores-da-comunidade-do-pilar-protestam-na-avenida-cais-do-apol-118143.php>>. Acesso em: 07 out. 2016.

JÚNIOR, R. D. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. Revista CPC, São Paulo, n. 10, maio/out 2010. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n10/04.pdf>> Acesso: 17set 2016.

KEARNS, Gerry; Philo, Chris. Selling places: the city as cultural capital, past and present. Oxford: Pergamon Press, 1993.

Lacerda, N. “Revitalização do Bairro do Recife: do lugar de encontro ao espaço de trânsito e fluxos”, palestra conferida no I Fórum Nacional sobre Patrimônio Cultural, Belo Horizonte, 2004.

LAGO, WASHINGTON LUIZ SILVA. O pólo médico-hospitalar do Recife e a Espacialização dos seus equipamentos de saúde: Pólo de crescimento ou de desenvolvimento?. 210 f. Dissertação (mestrado) (Pós-graduação em

Desenvolvimento Urbano)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

LAPA, Tomás; ZANCHETI, Silvio Mendes. Conservação Integrada Urbana e Territorial. In: ZANCHETI, Sílvio (org.) Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002: 31-36.

LEAL, Suely. Condicionantes políticos das estratégias de intervenção em áreas históricas: o município do Recife. IN: ZANCHETI, Silvio Mendes; MARINHO, Sergio; MILET, Vera. (org). Estratégias de intervenção em Sítios Históricos. Recife: MDU / UFPE, nov.1995, p.211 - 219.

LEITE, R. P. "Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Maguetown". Revista Brasileira de Ciências Sociais, V.17, n.49: 115-134, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-690920020002000008#tx14>(Acesso em 17 de OUTUBRO de 2016).

_____, Rogério P. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Editora da Unicamp. Editora UFS. Campinas. São Paulo. 2007

LIPIETZ, Alain. O capital e seu espaço. São Paulo: Nobel. 1988.

LIRA, Flaviana B.; PONTUAL, Virginia. BAIRRO DO RECIFE: O PATRIMÔNIO CULTURAL E O ESTATUTO DA CIDADE . Fórum Patrimônio, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 159-189, set. 2007. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/material/pdfs/cf98b7a108df51a08904.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

LUBAMBO, Cátia W. Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife: CEPE/ Fundação de Cultura Cidade do Recife. 1991.

LUCENA, Pierre. No Bairro do Recife a praça é do povo. Ou do lixo?. 2012. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/atualidades/no-bairro-do-recife-a-pra-do-povo-e-do-lixo/>>. Acesso em: 22 out. 2016.

LUNA, José. Recife Antigo: Pinceladas de história sobre o breço do Recife. . Disponível em: <<http://bairrodorecife.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

MANTEUFFEL, Hans Von. 'Pontilhados' pelas ruas e memórias do Recife Antigo. 2016. Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/canal/funcultura/pontilhados-pelas-ruas-e-memorias-do-recife-antigo/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

MARANHÃO, Cláudio. Igreja da Madre de Deus e Rua Tomazina.. 2014. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/c_m_foto/19632214005/in/photolist-nmpNmu-6n5PqV-7PafNJ-dLJrb1-6s6sVn-vUQefn-AyD6f-AyD4F-pPn6Vu-emMRpa->

q6GBQF-4yh27x-AyD7Y-7VKUuF-aKobkF-AyD3t-8eJDpJ-afsD9E-f57t4P- d8VykA-zr55x-4p7aWz-8eFnaV-8eFkrp-8eFmN6-8dohEr-8doheD-8eFmtc- 83oG5Y-f5mHkU-e3YwN-6zo4VD-e3Yws-a6KXf7-jCuf2h-dLJr3E-b9MJG6- a6MAPd-jCt9tJ-a6KXfj-a6KXfy-a6Mrqu-jCtJRo-cuAzcj-jCtuGj-bdtdH-7k1pgp- a6KXfG-e3YvZ-jCsex5/>. Acesso em: 14 out. 2016.

MARCO ZERO, Conteúdo. Comunidade do Pilar. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wsKL6ljiYYM>>. Acesso em: 14 out. 2016.

MARCUSRG. Recife e Olinda: gastronomia e cultura em Recife. 2007. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/canoafurada/1424375414/in/photolist-3qeSVE-3aSibN>>. Acesso em: 18 out. 2016.

MARQUES, Pedro Pannunzio . Revitalização da Rua Bom Jesus – Bairro do Recife Antigo (Antes, Durante e Depois). Disponível em: <<https://acidadeinvisivel.wordpress.com/tag/recife/>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

MASSEY, Doreen. Space, Place, and Gender. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1994.

MEDEIROS, Cândida Regina Vasconcelos de. Expressões e sentidos da revitalização do Bairro do Recife : limpeza, beleza e política da vida. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. Desenvolvimento Urbano, 2001

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. Pernambuco Falando para o Mundo. In: VI Seminário Docomomo Brasil, 2005, Niterói. VI Seminário Docomomo Brasil - Moderno e Nacional: Arquitetura e Urbanismo, 2005. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%20%20pdfs/Ana%20Elizabete%20de%20Almeida%20Medeiros.pdf>. Acesso em: 6. nov. 2015.

MELO, Júlia Morim de. Mais além da Rua do Bom Jesus: a revitalização do Bairro do Recife, a população e outros usos do local. Programa de Pós- graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de mestrado. Recife, 2003.

MENEZES, José Luiz Mota. Horizontes das intervenções em áreas históricas IN: ZANCHETTI, Silvio Mendes; MARINHO, Sergio; MILET, Vera. (org). Estratégias de intervenção em Sítios Históricos. Recife: MDU / UFPE, nov.1995, p.27-29.

_____. (Org.). Atlas histórico cartográfico do Recife. Recife: Editora Massangana. FUNDAJ/PCR/URB/DPSH, 1988.

MILFONT, M. L. B. A urbanidade no século XVIII: Vila do Recife e Arraial do Tijuca. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

NIGRO, Diego . Praça Tiradentes de volta à cena recifense. 2016. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/09/09/praca-tiradentes-de-volta-a-cena-recifense-252148.php>>. Acesso em: 22 out. 2016.

MILLET, Vera (ORG). Estratégias de intervenção em áreas históricas. Recife: MDU / UFPE, nov. 1988.

MOREIRA, Fernando Diniz. E depois das reformas urbanas? Uma nova etapa da construção da cidade moderna brasileira: Recife do Período Sérgio Loreto (1922-1926). Anais do V Encontro Belo Horizonte, Belo Horizonte, v. único, p. 788-796, ago. 1993. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/1643/1617>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

_____, F. D. A construção de uma cidade moderna: Recife, 1909-1926. In: Anais: Encontros Nacionais da ANPUR - Modernidade, exclusão e a espacialidade do futuro. Brasília, v. 6, 1995.

_____, Fernando Diniz. Modernização e Modernidade: desafios da cidade contemporânea. Idéias e planos do urbanismo moderno cidade do Recife no segundo quartel do século XX. In: PROURB. Anais do IV Seminário de História da Cidade do Urbanismo–“Herança, Identidade e Tendências da cidade Latino-Americana”. Rio de Janeiro: 2 v. [s.n], novembro de 1996.

MONTEIRO, Circe. Turismo e conservação. In: LACERDA, N. & ZANCHETTI, S. M. (orgs.) Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, p. 244-261.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. Embelezar a cidade: a concepção de um novo padrão estético para as cidades brasileiras no Século XIX e início do século XX. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 6, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shc/article/view/799/774>> acessado em: 23 – nov – 2015.

MUÑOZ, Francesc. Paisajes banales: bienvenidos a lasociedad del espetáculo. In SOLÀ-MORALES, Ignasi; COSTA, Xavier (Org). Metrópolis. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005, p. 78-93.

NASCIMENTO, José Clewton do; CRUZ, Luana Honório; VIEIRA, Natália Miranda. Reflexões sobre o entorno de sítios históricos tombados: o caso do centro histórico de natal. In: Arquimemória: sobre preservação do patrimônio edificado, [S.l.: s.n.], Bahia, 2013. p. 1-18. Disponível em: <<http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/987/1/REFLEX%c3%95ES%20SOBRE%20O%20ENTORNO%20DE%20S%c3%8dTIOS%20HIST%c3%93RICOS%20TOMBADOS.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

NASCIMENTO, Maria Helena do. Jovens Mergulhadores do Marco Zero . 2012. Disponível em: <<http://mariahelenareporter.blogspot.com.br/2012/04/jovens-mergulhadores-do-marco-zero.html>>. Acesso em: 03 out. 2016.

NAVEZ-BOUCHANINE, F. Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale:une approche critique de la notion de fragmentation. In DORIER-APPRILL, E. (org.) Vocabulaire de la ville. Notions et références. Paris: Édition du temps, p.109-18, 2001

NORMAS DE QUITO, 1967. Disponível em< <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em, 21 – dez – 2015.

PCR/URB/ERBR. “Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de tombamento do núcleo original da cidade do Recife – Dentro de Portas”. Recife, 1998.

PECHMAN, Robert Moses. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio de Janeiro na formação da modernidade. In. FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. F. (Org.). Cidade & História. Salvador: UFBA / Faculdade de Arquitetura / PPG-AU / ANPUR, 1992. P. 33-43.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a cidade : a nova história cultural e as representações do urbano. In : Seminário de História Urbana, 2, Salvador, 1993.. P. 9-11.

PORTO NOVO. Projetos Porto Novo e Porto Novo Recife. Disponível em: <http://www.portodorecife.pe.gov.br/conheca_portonovo.php>. Acesso em: 21 out. 2016.

PREFEITURA DO RECIFE, Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Recife. Prefeitura da Cidade do Recife. Empresa de Urbanização do Recife-URB. Departamento de Preservação dos Sítios históricos- DPSH. Secretaria de Programas especiais. Recife. 1988

_____, Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Departamento de Preservação dos Sítios Históricos. Biblioteca Almeida Cunha – IPHAN, 1988.

_____, Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife, 1996. Recife. 1996

_____, Plano Específico de Revitalização da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural 09 Sítio Histórico do Bairro do Recife (Nº 16.290/97). URB-Recife. Recife. 1997.

_____, Plano Diretor, LEI 17511/08. Recife: 2008. 24 pág.

PREVOT-SCHAPIRA, M.-F. Segregación, fragmentación, secesión. Hacia una nueva geografía social en la aglomeración de Buenos Aires. Economía, Sociedad y Territorio, n.7, p.405-31, 1999

RIBEIRO, A.C.T. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. In: Redobra Ano 3, número 9. Salvador: EDUFBA, 2012.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. Revista Território, v. 4, p. 39-53, 1998.

SAMPAIO, Bernardo. Marco Zero tem ato em favor de Dilma. Diário de Pernambuco, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x3fi1QUeELA>>. Acesso em: 11 out. 2016.

SANT'ANNA, Marcia. A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. Cadernos PPG-AU/UFBA, V.3, p.43-58. (Número especial: Territórios Urbanos e Políticas Culturais) 2004. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1686>> (Acesso em 15 de OUTUBRO de 2016).

_____, Márcia. Da cidade-documento à cidade-monumento. A norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Salvador: Oiti Editora, 2014.

SANCHEZ, F. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Argos, 2003.

_____. Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In: LIMA, E.F.W.; MALEQUE, M.R. (Org.) Espaço e cidade: conceitos e leitura. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.

SANTOS, Carlos Nelson. Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. ensaio & pesquisa, p.59-63, 1986.

SANTOS, Milton, Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico – científico-informal. 5ª ed. São Paulo. Ed. Da Universidade de São Paulo, 2013.

_____, A Natureza do Espaço: técnica e tempo/razão e emoção. 4ª ed. São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 2014.

_____, Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 24ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Record, 2015.

SANTOS, Elizete de Oliveira. Segregação ou fragmentação socioespacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas. Geo Textos, Espírito Santos, v. 9, n. 1, p. 41-70, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/6767>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

SARTOR, Carlos Eduardo. Imagem da cidade—cidade da imagem: o modelo de intervenção urbana do Rio Cidade. Cadernos Metrópole., n. 04, p. 65-91, 2000.

_____. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9302>> (Acesso em 15 de OUTUBRO de 2016).

SILVA, A de F. Proposta de delimitação da área de entorno e perspectivas de revisão do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, Recife-PE, p, 45-80. In: Patrimônio: práticas e reflexões, - Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SILVA, Ismaela. Marco Zero lotado para dar as boas vindas ao Carnaval 2016. 2016.

Disponível em:
<<http://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2016/02/06/show-inesquecivel-na-praca-do-marco-zero-lotada-marca-abertura-do-carnaval-recife-2016-44730>>. Acesso em: 11 out. 2016.

SIMIS, Tereza Cristina. Convento dos Oratorianos de São Filipe Néri: leituras arqueológicas de um convento que virou shopping. Clio Arqueológica. v.2, n 19, p.175-181, 2005. Disponível em:
<<https://www.ufpe.br/clioarq/images/documentos/2005-N19/2005v2n19dt1.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

em:

SOARES, E. M. A. S.; MOREIRA, F. D. Preservação dopatrimônio cultural e reabilitação urbana: o caso da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro.Revista da Vinci.Curitiba, v.4, n. 1, p. 101 – 120, 2007. Disponível em:<<http://www.up.edu.br/davinci/4/06%20Preserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20patrim%C3%B4nio%20cultural%20e%20reabilita%C3%A7%C3%A3o%20urbana%20o%20caso%20da%20zona%20portu%C3%A1ria%20da%20cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf>> Acesso em 22mai 2016.

SOLÁ-MORALES, Ignasi de. Territórios. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemáticasocioespacialnasmetrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand, 2.ed. 2005.

_____. Os conceitos da pesquisa sócio-espaciais. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

TESSER, Paula. Manguê Beat, húmus cultural e social. Logos V. 26 - Comunicação Urbanos. p. 70-83, 2007 Disponível em:
<http://www.logos.uerj.br/PDFS/26/05_PAULA_TESSER.pdf>(Acesso em 15 de OUTUBRO de 2016).

e

TINÔCO, Waldemir Walter. Vivemos uma nova ordem urbana?: Identificação de princípios gerais que orientam a lógica de organização do espaço da cidade contemporânea do início do século XXI. 161 p. Tese (Doutorado) Pós- graduação em Desenvolvimento Urbano- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

URB - RECIFE, Programa de Revitalização do centro. Plano específico do Bairro do Recife. Uma proposta de reabilitação. Recife, Vol2 e 3, jun de 1990.

URIARTE, Urpi Montoya. Por trás das fachadas coloridas. Etnografias nos “novos” Bairro do Recife (Pernambuco) e Pelourinho (Bahia). Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 7, 2010. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1654>>(Acesso em 15 de OUTUBRO de 2016).

VIEIRA, Natália Miranda. Gestão de Sítios Históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. Revalorização de áreas centrais – A estratégia do Bairro do Recife. In ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, G.; MILLET, V. (Orgs.). Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas. Recife: MDU-Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. 1995, p. 100 – 109.

_____; MARINHO, Geraldo. LACERDA, Norma org. Revitalização do Bairro do Recife. Plano, Regulação e Avaliação. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Universidade Federal de Pernambuco. Ed. Universitária da UFPE, 1998.

_____; LACERDA, Norma. A Revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do caso do Bairro do Recife. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza.v.30, n 1, p 8-24, jan-mar, 1999.

_____. Conservação Integrada e novas estratégias de gestão. Texto elaborado para o 4º Encontro do SIRCHAL realizado em Salvador, Bahia. (10 de maio de 2000). In <http://www.ceci-br.org/Textos/SMZSirchalSalvador.doc>.

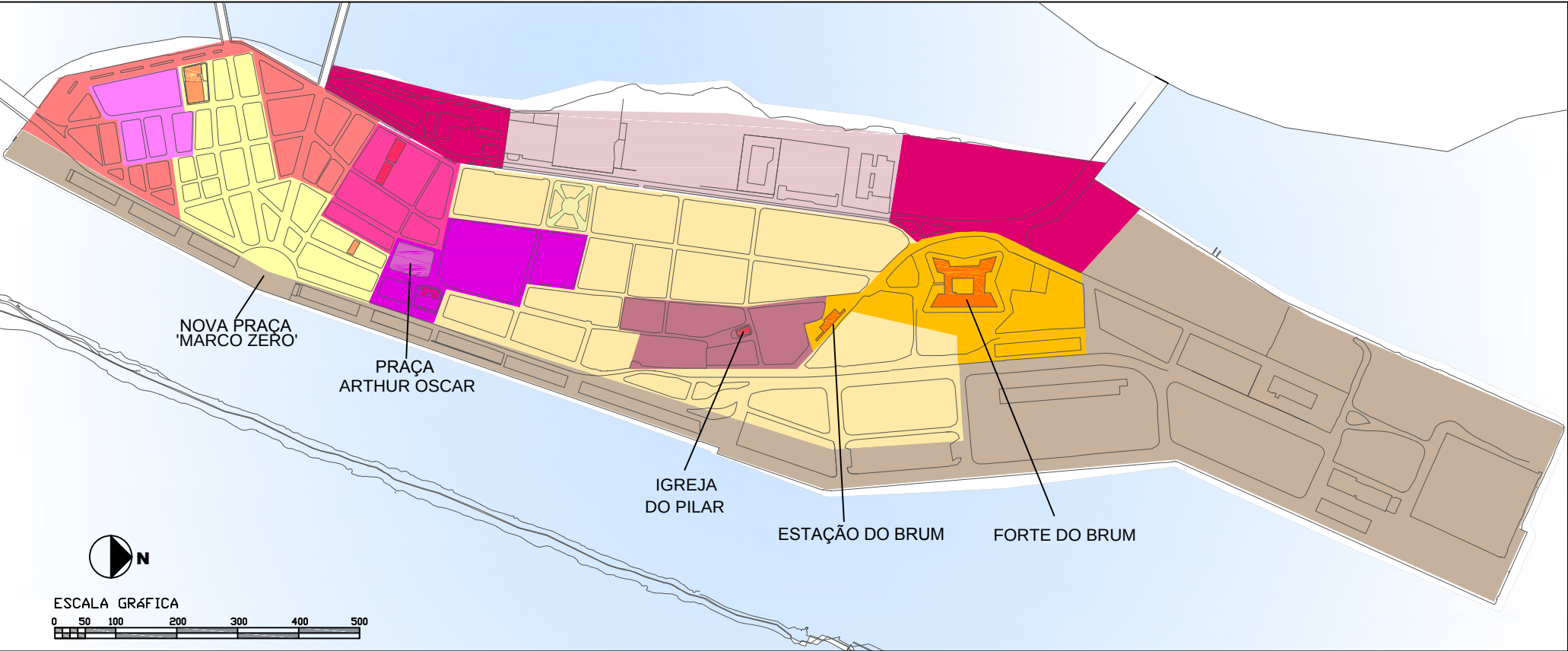
_____; LAPA, Tomás. Conservação integrada: evolução conceitual. In: LACERDA, N. & ZANCHETI, S. M. (orgs.) Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, p. 18-30.

ANEXO

Mapa 11 – Plano de Preservação Estadual, 1978

Mapa 12 – Plano de Preservação Municipal, 1981

MAPA 11 - PLANO DE PRESERVAÇÃO ESTADUAL - 1978



FONTE: MAPA BASE UNIBASE; ADAPTAÇÃO PELA AUTORA (2016).

LEGENDA:

- ZONA DE PROTEÇÃO RIGOROSA**
- ZPR - FORTE DO BRUM
 - ZPR - PILAR
 - ZPR - TORRE MALACKOFF
 - ZPA - TEATRO APOLO
 - ZPA - MADRE DE DEUS
 - ZPA - PAÇO ALFÂNDEGA

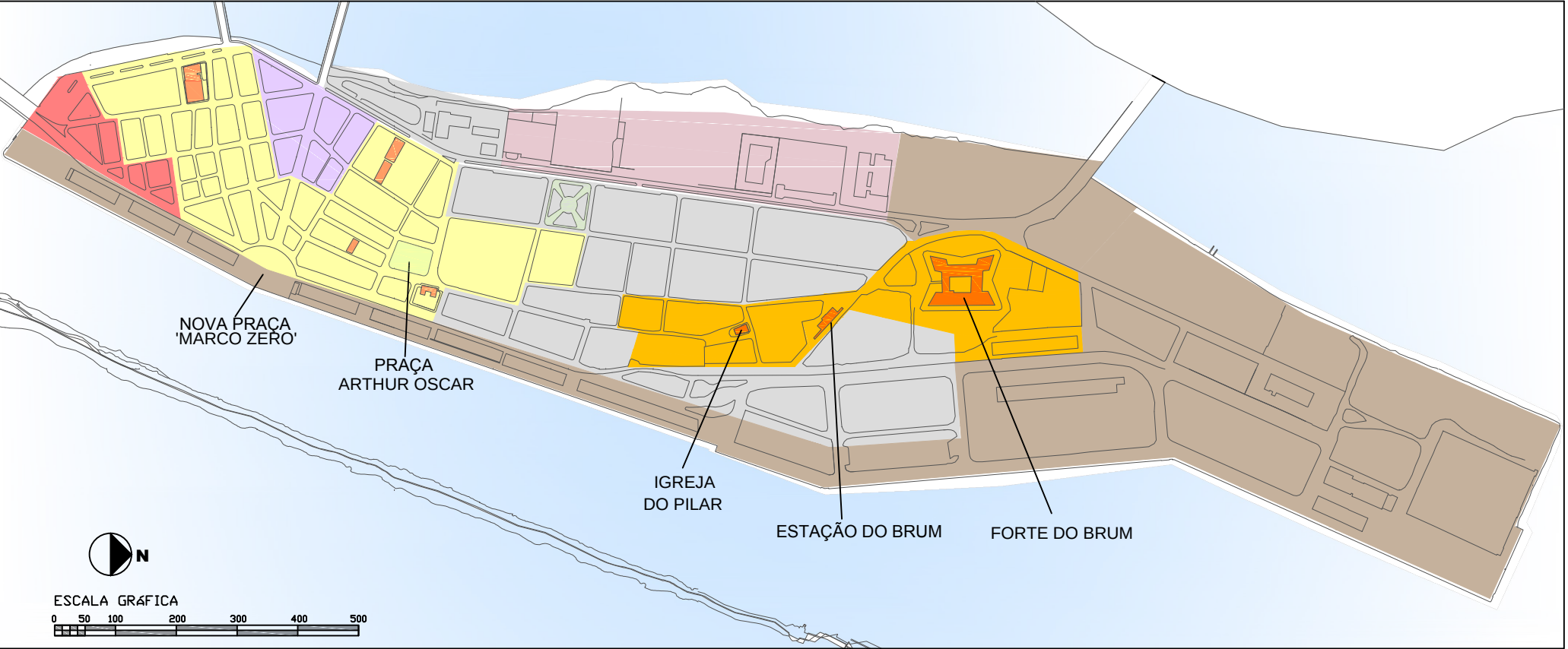
- ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**
- ZPA - PORTO
 - ZPA - PONTE LIMOEIRO
 - ZPR - CAIS DO APOLO

- ZPA - ALFÂNDEGA
- ZPA - PROPRIEDADE DO PORTO S/A

LEGENDA:

- PRAÇA
- MONUMENTO TOMBADO

MAPA 12 - PLANO DE PRESERVAÇÃO MUNICIPAL - 1981



FONTE: MAPA BASE UNIBASE; ADAPTAÇÃO PELA AUTORA (2016).

LEGENDA:

- | | | |
|--|--|--|
| ZONA DE PROTEÇÃO RIGOROSA | ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL | ZPA - CAIS DO APOLO |
| <ul style="list-style-type: none"> ZPR - COMPLEXO ZPR - BRUM | <ul style="list-style-type: none"> ZPA - PORTO ZPA - PONTE BUARQUE DE MACEDO | <ul style="list-style-type: none"> ZPA - ALFÂNDEGA ZPA - PROPRIEDADE PORTO S/A |

LEGENDA:

- PRAÇA
- MONUMENTO TOMBADO